



Aos acionistas,

Focados na melhoria do desempenho operacional e financeiro do nosso negócio, temos evoluído a cada ano, entregando melhorias contínuas e consistentes em nossos resultados por meio da execução da nossa estratégia de (i) liderar e expandir a categoria; (ii) digitalizar e monetizar nosso ecossistema; e (iii) otimizar nosso negócio.

O ano de 2023 ilustra bem essa dinâmica: (i) a indústria de cerveja cresceu no Brasil (nosso maior mercado), atingindo seu maior nível histórico, e continuamos a liderá-la por meio do desenvolvimento das nossas marcas *premium*, *core plus* e *core*; (ii) nossas plataformas digitais continuaram a se expandir em nas nossas principais unidades de negócio; e, por fim, (iii) nossos custos e despesas cresceram abaixo da inflação graças à execução da nossa política de *hedge* referente a câmbio e às *commodities* bem como a uma maior eficiência em relação às despesas de distribuição e administrativas. Com isso, entregamos um crescimento orgânico do EBITDA ajustado consolidado de 42,6% (à frente do crescimento de 2022), com expansão das margens bruta e EBITDA ajustado (+240pb e +430pb, respectivamente).

Sustentamos a mudança de patamar de volume de vendas construída nos últimos três anos (com queda de 1,1% após o nível recorde alcançado em 2022), mantivemos o mesmo desempenho no Br2 e recuperamos nosso desempenho na América Central e Caribe. Pelo segundo ano consecutivo, fomos a empresa brasileira mais premiada no Festival de Criatividade do Cannes e os campeões da categoria "Anunciante do Ano" no Effie Brasil Awards, somando troféus para todas as nossas categorias de bebida - Brahma, Budweiser, Stella Artois e Quilmes em cerveja, Guaraná Antarctica em não alcoólicos e Mike's em *beyond beer* -, além do Zé Delivery.

No Brasil, as marcas *premium* e *super premium* entregaram crescimento de cerca de 25%, no ano, lideradas por Corona, Spaten e Original, com avanço nos indicadores de saúde e bem-estar do consumidor no mercado, de acordo com nossas estimativas. Nossas inovações em *beyond beer* e dentro de uma tendência de saudabilidade, como Budweiser Zero e Stella Pure Gold, também tiveram desempenho positivo no ano. Continuamos a expandir a utilização da nossa plataforma B2B (*Business-to-Business*), BEES, por nossos clientes, evoluindo o novo nível de serviço (*NPS - Net Promoter Score*) para parceiros recorde ao longo do ano (+13% versus 2022). Atingimos a marca de 85% dos clientes do BEES também comprando produtos não Ambev no BEES Marketplace, que alcançou Volume Bruto de Mercadoria (GMV - *Gross Merchandise Value*) de R\$ 1,8 bilhão, 38% acima do ano anterior.

Já nossa plataforma DTC (*Direct-to-Consumer*), Zé Delivery, também continuou sua expansão, ganhando *awareness* e aumentando sua cobertura para mais de 700 cidades, onde vivem cerca de 70% da população brasileira. A plataforma atingiu 5,7 milhões de Usuários Ativos Mensais (MAU - *Monthly Active Users*), somando mais de 60 milhões de ordens em 2023 e com o GMV crescendo 8% versus 2022.

Nosso negócio de bebidas não alcoólicas, no qual crescemos 3,6% no ano, atingiu patamares, com destaque para a performance dos isotônicos (Gatorade) e energéticos, bem como de nossas marcas diet-light zero - entre elas, Pepsi Black, Guaraná Antarctica Zero e H2OHL. Como resultado de nosso foco para reduzir o teor de açúcar em nosso portfólio, entregamos uma redução de mais de 17% comparado a 2022 e cerca de 25% comparado a 2021.

Em nossas operações internacionais, continuamos a enfrentar desafios, embora tenhamos evoluído em relação aos resultados de 2022 na maior parte das nossas unidades de negócio. Na América Latina Sul, o volume caiu 5,5% devido principalmente aos impactos das altas pressões inflacionárias sobre a demanda geral do consumidor na Argentina. Apesar de um cenário macro desfavorável, mantivemos nossa participação de mercado em cerveja estável no país, de acordo com nossas estimativas. Além disso, nossa estratégia focada na geração de fluxo de caixa em Dólares norte-americanos, com a redução dos níveis de *hedge* e exposição a custos e despesas atreladas ao Dólar norte-americano, nos deixou mais bem preparados para navegar pela desvalorização do Peso argentino ocorrida no segundo semestre do ano, especialmente em dezembro. Além disso, nossas operações no Paraguai e na Bolívia apresentaram performance de volume estável no ano. No Chile, nosso crescimento de dígitos alto dos segmentos *premium* e *core plus* e, nesta última, pelo desempenho da marca Paceaña. No Chile, nossas marcas *premium* e *core plus* ganharam peso em 2023, impulsionadas por Corona e Quilmes, respectivamente.

Na América Central e Caribe, entregamos crescimento de volume (+3,3%) e EBITDA ajustado (+22,0%) no ano (em termos orgânicos), com expansão de margens bruta e EBITDA ajustado (+150pb e +350pb, respectivamente). O desempenho da região foi liderado pela República Dominicana, onde a melhoria do cenário macroeconômico aliado à execução consistente de nosso plano comercial resultaram no crescimento de volume dos segmentos *premium* e *core*, impulsionados principalmente por Corona e pelas marcas da família Presidente, respectivamente.

Por fim, no Canadá, entregamos um crescimento orgânico de EBITDA ajustado de 2,7% apesar da queda de volume de 6,4%, preponderantemente em razão do declínio da indústria de cerveja. Do lado comercial, nossas marcas *premium* e *core plus* cresceram um dígito baixo, lideradas por Corona e pela família Michelob Ultra, e a saúde dessas marcas também evoluiu ano após ano. Além disso, nossa plataforma B2B continuou a se expandir no país, estando agora presente nas províncias de Newfoundland, Quebec e Saskatchewan, levando conveniência aos nossos clientes e fomentando o incremento de nosso NPS em três regiões.

Por tudo isso, iniciamos 2024 preparados e confiantes para seguir implementando nossa estratégia de longo prazo, de forma a construir um futuro com mais razões para brincar.

Michel Dimitrius Doukeris

Presidente do Conselho de Administração

Jean Jereissati

Diretor Executivo Executivo

VISÃO GERAL DA COMPANHIA

Atualmente, com operações em 18 países nas três Américas, somos líderes no mercado latino-americano. Nosso negócio consiste na produção e comercialização de cervejas, refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas e não carbonatadas, e é agrupado em quatro zonas identificadas como segmentos reportáveis:

- Brasil, com a produção e comercialização de cervejas ("Cerveja Brasil"), refrigerantes e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas ("NAB Brasil");
- América Central e Caribe ("CAC"), composta por nossas operações na República Dominicana, Cuba, Saint Vincent, Dominica, Antígua, Guatemala (que também abastece El Salvador, Honduras e Nicarágua), Barbados e Panamá;
- América Latina Sul ("LAS"), composta por nossas operações de cervejas, refrigerantes e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas na Argentina, Bolívia e Uruguai, além da produção e comercialização de cervejas no Chile e Paraguai; e
- Canadá, com a produção e comercialização de cervejas e um portfólio de marcas de bebidas mistas e cidras, incluindo exportações para os Estados Unidos da América.

As principais marcas da Companhia são Brahma, Brahma Duplo Malte, Antarctica, Skol, Original, Quilmes Clássica, Paceaña, Pilsen, Presidente, Labatt Blue, Alexander Keith's, Kokanee, Guaraná Antarctica, Sukita, Fusion e Beats. Além disso, a Ambev é uma das maiores engarrafadoras independentes da PepsiCo no mundo. Produzimos, vendemos e distribuímos no Brasil e em outros países da América Latina produtos como Pepsi, H2OHL, Lipton Ice Tea e o isotônico Gatorade sob licença da PepsiCo. Temos também acordos com a Red Bull e outras empresas para distribuição de seu portfólio em alguns canais de distribuição no Brasil e em outros mercados e outros mercados. Além disso, temos sob diversas marcas da Anheuser-Busch Inbev S.A./N.V. ("AB-InBev"), tais como Budweiser, Spaten, Stella Artois, Corona, Beck's e Michelob Ultra.

SUSTENTABILIDADE

Há quase 25 anos trilhamos uma jornada de sustentabilidade e pioneirismo, que, desde 2020, vem sendo atualizada por valores de escuta ativa e colaboração, nos tornando uma Companhia mais inovadora e mais bem preparada para o futuro. Sempre acreditamos que *produzir* as melhores cervejas e bebidas começa com os melhores ingredientes e, para tanto, precisamos de um meio ambiente sustentável e de comunidades prósperas. Ao somarmos os novos valores da nossa jornada à tra cença, traduzimos sustentabilidade em uma visão estratégica focada na criação de valor compartilhado e na geração de impactos socioambientais positivos e transformadores alinhados com nosso compromisso de atuar de forma colaborativa com todos os públicos de nossa abrangência.

Esse compromisso vai além das nossas operações, visando a contribuir efetivamente com todo o ecossistema em que estamos inseridos de forma alinhada com as prioridades fundamentais do nosso negócio, relacionadas a temas naturais, locais e inclusivos. É a partir da nossa atuação colaborativa em prol do crescimento e do desenvolvimento sustentável e duradouros de nossos públicos que construiremos um futuro com mais razões para brincar.

Nosso avanço nas rotinas de sustentabilidade, além de mensuração por meio da execução de indicadores e resultados de projetos, também é reconhecido por meio de prêmios e índices de mercado da bolsa de valores brasileiros: lideramos o Anuário de Integridade ESG elaborado pela Insight Comunicação (em parceria com a Fundação Getúlio Vargas - FGV), fomos eleitos a melhor empresa do setor de bebidas e alimentos pelo Valor Econômico, em seu prêmio Valor 1000, pela nota vez consecutiva e recebemos o prêmio Guardiões da Água, entregue na COP28 pelo Pacto Global das Nações Unidas no Brasil, em razão de nosso programa Bacias & Florestas. Também integramos a 19ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) - que reúne ações de 76 empresas de 36 setores diferentes - e os melhores resultados em Índex Carbono Eficiente (ICOE B3) e passamos a fazer parte do primeiro índice latino-americano de diversidade com foco em gênero e raça (DIVERSA B3).

Queremos ir radiante e promover um impacto positivo que alcance toda a sociedade. Nossos compromissos de sustentabilidade estabelecidos em 2018 nos movem nessa direção. Tais compromissos, que devem ser alcançados até 2025, abrangem áreas essenciais ao nosso negócio e à sociedade: Água, Agricultura Sustentável, Ação Climática, Embalagem Circular e Empreendedorismo.

Água
Objetivo até 2025: 100% das nossas comunidades em áreas de alto risco hídrico devem ter, de forma mensurável, melhoria na qualidade e disponibilidade de água.
Água é a nossa principal matéria-prima, por isso valorizamos iniciativas que promovam disponibilidade e qualidade da água, unindo parceiros, compartilhando conhecimento e auxiliando na utilização sustentável desse insumo, trabalhando em três frentes principais: (i) redução do consumo nas nossas operações; (ii) preservação e restauração de bacias hidrográficas; e (iii) acesso à água potável para comunidades locais.
Nos últimos 20 anos, diminuímos em mais de 50% a utilização de água em nossa produção, alcançando uma média de 2,37 litros de água para cada litro de bebida produzida em 2023. Evoluímos 8,1% versus 2022, atingindo antecipadamente a meta de eficiência hídrica definida para 2025. Esses resultados combinam investimento em tecnologia para redução do uso e reuso de água e tratamento de efluentes com alta performance, e são referência mundial na indústria de bebidas.

Somente com a água de reúso tratada nos processos industriais, conseguimos economizar cerca de 35 ml m³ de água por mês em nossas operações. Ademais, cerca de 500 mil m³ por mês de efluente tratado nesse processo é utilizado por comunidades de algumas regiões (e.g., por olarias, para irrigações, projetos de geração de energia, indústrias de minérios), economizando água das bacias hidrográficas.

Além de trabalhar para reduzir o consumo nas operações, atuamos para preservar bacias hidrográficas. Por isso lançamos em 2010 o Programa Bacias e Florestas, com o objetivo de recuperar, proteger e importar bacias hidrográficas dos países em que atuamos. Em parceria com o Poder Público e com ONGs, como WWF Brasil e The Nature Conservancy (TNC), já trabalhamos em onze bacias, sendo sete no Brasil, três na Bolívia e uma na Argentina. Esses projetos são feitos junto às comunidades localizadas no entorno das cervejarias e busca fortalecer e estruturar a governança local, alavancar recursos para restauração e conservação de florestas, matas ciliares e solos em propriedades rurais nas zonas prioritárias para recarga dos mananciais, engajar e capacitar os atores locais, investir e apoiar o saneamento rural entre outras ações que visam endereçar as principais questões com o tema. Outros resultados que garantem sustentabilidade das ações desenvolvidas são o quada-chuva do programa e o fomento ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), instrumento econômico que tem o objetivo de oferecer incentivo aos proprietários rurais que se comprometem com práticas de conservação nas suas propriedades. Até 2023, o Programa Bacias e Florestas já contabiliza 10.769 hectares de preservação de florestas e mais de 1.858 hectares em restauração, somando mais de 1,9 milhão de árvores plantadas em áreas prioritárias para a recarga dos mananciais em todos os anos de programa, representando impacto ambiental comparável à retirada de cerca de 5,8 mil carros das ruas por ano.

A AMA é a água mineral da Ambev, e é também o primeiro e único produto sólido de água mineral no Brasil que transforma a realidade de milhares de pessoas que não têm acesso à água potável. Isso porque todo o lucro obtido com a venda da AMA é destinado para projetos que levam água potável às comunidades indígenas, do semiárido e de periferias urbanas do Brasil. Além de apoiar projetos que envolvem a perfuração de poços profundos, a revitalização de sistemas de distribuição que estavam inoperantes e a construção de cisternas em escolas, os projetos apoiados por AMA também oferecem suporte de inteligência e capacitação. Nossa ambição com a AMA é levar acesso a água potável para um milhão de brasileiros até 2025. Desde o início do projeto, em 2010, mais de R\$ 9 milhões do seu lucro, transformando a vida de 953 mil pessoas. Em 2023, investimos R\$ 2,1 milhões provenientes do seu lucro, impactando 350 mil pessoas.

No Bolívia, um projeto similar, o SOMOS, foi iniciado com o lançamento da Água Somos, que também pretende aumentar o acesso à água potável na região, destinando parte da receita do produto para projetos de acesso à água no país. No Chile, o Projeto Água Segura conta com a instalação de sete equipamentos de saneamento de água em diversas localidades da região metropolitana de Santiago, em parceria com a tecnologia Plasma Waters. São contempladas poças de água potável, que a população local utiliza, que a população local utiliza, e a população local utiliza.

Também participamos ativamente da plataforma de ação pelo Pacto Global das Nações Unidas, além de sermos signatários do *CEO Water Mandate* e da câmara temática de água do CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), em que fomos eleitos pelos demais empresas para ocupar a cadeira de colider desde fevereiro de 2022.

Agricultura Sustentável

Objetivo até 2025: 100% dos nossos agricultores devem estar treinados, conectados e financeiramente empoderados para desenvolver um plantio cada vez mais sustentável.

Escolhemos e utilizamos os ingredientes com atenção e um rigoroso controle de qualidade, por isso as análises de recebimento e classificação dos insumos são feitas por técnicos especializados, o que confere transparência e confiabilidade. Mantemos há mais de 30 anos uma parceria com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) para incentivar o cultivo de cevada no Brasil e, por meio desse trabalho conjunto, buscamos, principalmente, incrementar os produtos.

Há anos o aplicativo Agroportal auxilia os agricultores a simplificar e acelerar os processos comerciais e agrônômicos, otimizando o tempo de toda cadeia de valor e melhorando a transparência em nossa relação com tais agricultores. Em 2023, 2.303 produtores (sendo 797 no Brasil, 1.148 na Argentina e 358 no Uruguai) estiveram conectados conosco através da plataforma Agroportal. Estamos comprometidos em ajudar a impulsionar a transformação sustentável na agricultura, melhorar os meios de subsistência dos pequenos agricultores e fortalecer a resiliência em nossa cadeia agrícola de fornecimento, incentivamos cerca de 2.000 produtores de cevada, milho, mandioca, arroz, guaraná, açúcar, laranja e caju.

Acreditamos na agricultura regenerativa - uma forma de manejo que visa recuperar o equilíbrio do ecossistema por meio de uma abordagem holística - para ajudar a melhorar a saúde do solo, aumentar a produtividade da terra, gerenciar melhor os recursos hídricos e construir resiliência climática local para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e apoiar a próxima geração de agricultores. Tal forma de agricultura baseia-se em práticas como a seleção das melhores práticas de manejo agrícola, a criação de habitats para polinizadores e a cobertura contínua do solo. Trabalhamos essas práticas junto com os nossos agricultores, buscando desenvolver iniciativas que promovam a complementaridade entre cultivos, a redução da dependência de insumos externos e as emissões de carbono, e estimulando a saúde do solo, a biodiversidade e o desenvolvimento socioeconômico dos produtores rurais. A agricultura regenerativa é um dos meios de que nos utilizamos para alcançar o objetivo de reduzir 25% das nossas emissões em toda a cadeia até 2025. Acreditamos especificamente no manejo agrícola, em 2023, executamos três projetos de agricultura regenerativa - dois na Argentina e um no Uruguai - impactando um total de aproximadamente 10 mil hectares.

Quanto aos agricultores, desenvolvemos projetos de capacitação para que os agricultores apoiados por nós possam implementar um processo de produção sustentável, melhorar o rendimento dos grãos e ter melhor estrutura financeira. Esses projetos são desenvolvidos em três frentes: (i) cuidar da qualidade da matéria-prima (fornecimento de grãos felizes por pesquisadores da Ambev ou por empresas parceiras); (ii) manter um protocolo de boas práticas (documentos que indicam ao produtor a melhor forma de conduzir a produção, otimizando a produtividade e minimizando o impacto ambiental); e (iii) organizar a gestão dos produtores (um time de especialistas da Ambev faz visitas técnicas periódicas para orientar os agricultores).

Ação Climática

Objetivo até 2025: 100% da eletricidade comprada advinda de fontes renováveis e 25% de redução da intensidade de emissões em toda a cadeia. Temos o objetivo de impulsionar a descarbonização e construir resiliência climática por meio das nossas metas de sustentabilidade para 2025. Para tanto, nossa estratégia climática é baseada em três frentes: (i) foco na redução das emissões locais em nossas operações e em suas respectivas cadeias de valor; (ii) soluções baseadas na natureza (escalar práticas de agricultura regenerativa para enriquecer a saúde do solo e melhorar a capacidade de captura de carbono, além do trabalho com bacias hidrográficas); e (iii) engajamento de ecossistema de parceiros (colaboração com fornecedores, parceria com startups e envolvimento com a indústria em geral).

A jornada de economia de baixo carbono em nossas operações tem foco na redução de consumo de energia elétrica e vapor, maior eficiência no uso dos recursos e inovação tecnológica nas operações. Nossas frentes de atuação incluem a redução das emissões locais em nossas operações e em suas principais fontes de consumo e, assim, começamos a otimizar balanços energéticos e processos, além de introduzir novas tecnologias, cada vez mais eficientes. Trabalhamos ao longo de toda nossa cadeia de valor, atuando em todos os escopos para avançar no combate às mudanças climáticas. Desde 2017, já reduzimos cerca de 41% das nossas emissões absolutas dos escopos 1 e 2, e total de mais de 22% em intensidade de emissões de carbono para todos os escopos, a caminho da nossa ambição de atingir os 25% até 2025.

Somente no escopo 1, já reduzimos em mais de 25% a emissão direta de carbono em nossas cervejarias, sendo mais de 40% apenas no Brasil. Para atingir esses resultados, implementamos as seguintes melhorias e tecnologias: (i) uso de biomassa nas caldeiras; (ii) uso de óleo vegetal para gerar calor; (iii) uso de microrburlinas de biogás para cogeração de energia em nossas operações; (iv) uso de BTS (*Biogas Technology Services*) para recuperação de biogás para geração de calor e eletricidade; e (v) uso de plantas de extração de CO2 para recuperar CO2 de gás combustível das caldeiras.

Além disso, somamos hoje um total de 15 plantas carbono neutras espalhadas pelas regiões em que operamos: Cervejaria Ponta Grossa/PR, Maltaria Passo Fundo/RS, Cervejaria Agudos/SP, Cervejaria Cachoeiras de Macacu/RJ, Arosuco Aromas/AM, Cervejaria Juatuba/MG, Refrigerantes Curitiba/PR, Cervejaria Anápolis/GO, Cervejaria Uberlândia/MG, Cervejaria Colorado/SP, Cervejaria Viçama/RS e Cervejaria Cubatão/MT, Fábrica de Rolhas Coroplas - Argentina, Cervejaria e Maltaria Paysandú - Uruguai, Maltaria MUSA - Uruguai. Nossas plantas, nosso objetivo vai além da redução de emissões, incluindo também melhoria nos níveis de eficiência de uso de energia e uso total de energia renovável.

Em relação às emissões indiretas, de escopo 2, hoje utilizamos 98% de energia elétrica renovável em nossas operações, já operando em 100% em países como Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Canadá, Panamá e Guatemala, com objetivo de chegar em 100% de todas as nossas operações até 2025. Estes números foram alcançados em diversas frentes, incluindo a contratação de operações solares e eólicas para nossas cervejarias, a compra de energia renovável no mercado livre e compensação com certificados de energia renovável.

Como parte de nossos esforços para reduzir nossas emissões de escopo 3 (i.e., emissões relacionadas à cadeia de valor) junto com nossos parceiros em nossos esforços de redução de emissões, de escopo 2, hoje utilizamos 98% de energia elétrica renovável em nossas operações, já operando em 100% em países como Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Canadá, Panamá e Guatemala, com objetivo de chegar em 100% de todas as nossas operações até 2025. Estes números foram alcançados em diversas frentes, incluindo a contratação de operações solares e eólicas para nossas cervejarias, a compra de energia renovável no mercado livre e compensação com certificados de energia renovável.

Como parte de nossos esforços para reduzir nossas emissões de escopo 3 (i.e., emissões relacionadas à cadeia de valor) junto com nossos parceiros em nossos esforços de redução de emissões, de escopo 2, hoje utilizamos 98% de energia elétrica renovável em nossas operações, já operando em 100% em países como Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Canadá, Panamá e Guatemala, com objetivo de chegar em 100% de todas as nossas operações até 2025. Estes números foram alcançados em diversas frentes, incluindo a contratação de operações solares e eólicas para nossas cervejarias, a compra de energia renovável no mercado livre e compensação com certificados de energia renovável.

Além disso, somamos hoje um total de 15 plantas carbono neutras espalhadas pelas regiões em que operamos: Cervejaria Ponta Grossa/PR, Maltaria Passo Fundo/RS, Cervejaria Agudos/SP, Cervejaria Cachoeiras de Macacu/RJ, Arosuco Aromas/AM, Cervejaria Juatuba/MG, Refrigerantes Curitiba/PR, Cervejaria Anápolis/GO, Cervejaria Uberlândia/MG, Cervejaria Colorado/SP, Cervejaria Viçama/RS e Cervejaria Cubatão/MT, Fábrica de Rolhas Coroplas - Argentina, Cervejaria e Maltaria Paysandú - Uruguai, Maltaria MUSA - Uruguai. Nossas plantas, nosso objetivo vai além da redução de emissões, incluindo também melhoria nos níveis de eficiência de uso de energia e uso total de energia renovável.

Em relação às emissões indiretas, de escopo 2, hoje utilizamos 98% de energia elétrica renovável em nossas operações, já operando em 100% em países como Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Canadá, Panamá e Guatemala, com objetivo de chegar em 100% de todas as nossas operações até 2025. Estes números foram alcançados em diversas frentes, incluindo a contratação de operações solares e eólicas para nossas cervejarias, a compra de energia renovável no mercado livre e compensação com certificados de energia renovável.

Além disso, somamos hoje um total de 15 plantas carbono neutras espalhadas pelas regiões em que operamos: Cervejaria Ponta Grossa/PR, Maltaria Passo Fundo/RS, Cervejaria Agudos/SP, Cervejaria Cachoeiras de Macacu/RJ, Arosuco Aromas/AM, Cervejaria Juatuba/MG, Refrigerantes Curitiba/PR, Cervejaria Anápolis/GO, Cervejaria Uberlândia/MG, Cervejaria Colorado/SP, Cervejaria Viçama/RS e Cervejaria Cubatão/MT, Fábrica de Rolhas Coroplas - Argentina, Cervejaria e Maltaria Paysandú - Uruguai, Maltaria MUSA - Uruguai. Nossas plantas, nosso objetivo vai além da redução de emissões, incluindo também melhoria nos níveis de eficiência de uso de energia e uso total de energia renovável.

Em relação às emissões indiretas, de escopo 2, hoje utilizamos 98% de energia elétrica renovável em nossas operações, já operando em 100% em países como Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Canadá, Panamá e Guatemala, com objetivo de chegar em 100% de todas as nossas operações até 2025. Estes números foram alcançados em diversas frentes, incluindo a contratação de operações solares e eólicas para nossas cervejarias, a compra de energia renovável no mercado livre e compensação com certificados de energia renovável.

Além disso, somamos hoje um total de 15 plantas carbono neutras espalhadas pelas regiões em que operamos: Cervejaria Ponta Grossa/PR, Maltaria Passo Fundo/RS, Cervejaria Agudos/SP, Cervejaria Cachoeiras de Macacu/RJ, Arosuco Aromas/AM, Cervejaria Juatuba/MG, Refrigerantes Curitiba/PR, Cervejaria Anápolis/GO, Cervejaria Uberlândia/MG, Cervejaria Colorado/SP, Cervejaria Viçama/RS e Cervejaria Cubatão/MT, Fábrica de Rolhas Coroplas - Argentina, Cervejaria e Maltaria Paysandú - Uruguai, Maltaria MUSA - Uruguai. Nossas plantas, nosso objetivo vai além da redução de emissões, incluindo também melhoria nos níveis de eficiência de uso de energia e uso total de energia renovável.

Em relação às emissões indiretas, de escopo 2, hoje utilizamos 98% de energia elétrica renovável em nossas operações, já operando em 100% em países como Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Canadá, Panamá e Guatemala, com objetivo de chegar em 100% de todas as nossas operações até 2025. Estes números foram alcançados em diversas frentes, incluindo a contratação de operações solares e eólicas para nossas cervejarias, a compra de energia renovável no mercado livre e compensação com certificados de energia renovável.

Além disso, somamos hoje um total de 15 plantas carbono neutras espalhadas pelas regiões em que operamos: Cervejaria Ponta Grossa/PR, Maltaria Passo Fundo/RS, Cervejaria Agudos/SP, Cervejaria Cachoeiras de Macacu/RJ, Arosuco Aromas/AM, Cervejaria Juatuba/MG, Refrigerantes Curitiba/PR, Cervejaria Anápolis/GO, Cervejaria Uberlândia/MG, Cervejaria Colorado/SP, Cervejaria Viçama/RS e Cervejaria Cubatão/MT, Fábrica de Rolhas Coroplas - Argentina, Cervejaria e Maltaria Paysandú - Uruguai, Maltaria MUSA - Uruguai. Nossas plantas, nosso objetivo vai além da redução de emissões, incluindo também melhoria nos níveis de eficiência de uso de energia e uso total de energia renovável.

Em relação às emissões indiretas, de escopo 2, hoje utilizamos 98% de energia elétrica renovável em nossas operações, já operando em 100% em países como Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Canadá, Panamá e Guatemala, com objetivo de chegar em 100% de todas as nossas operações até 2025. Estes números foram alcançados em diversas frentes, incluindo a contratação de operações solares e eólicas para nossas cervejarias, a compra de energia renovável no mercado livre e compensação com certificados de energia renovável.

Além disso, somamos hoje um total de 15 plantas carbono neutras espalhadas pelas regiões em que operamos: Cervejaria Ponta Grossa/PR, Maltaria Passo Fundo/RS, Cervejaria Agudos/SP, Cervejaria Cachoeiras de Macacu/RJ, Arosuco Aromas/AM, Cervejaria Juatuba/MG, Refrigerantes Curitiba/PR, Cervejaria Anápolis/GO, Cervejaria Uberlândia/MG, Cervejaria Colorado/SP, Cervejaria Viçama/RS e Cervejaria Cubatão/MT, Fábrica de Rolhas Coroplas - Argentina, Cervejaria e Maltaria Paysandú - Uruguai, Maltaria MUSA - Uruguai. Nossas plantas, nosso objetivo vai além da redução de emissões, incluindo também melhoria nos níveis de eficiência de uso de energia e uso total de energia renovável.

Em relação às emissões indiretas, de escopo 2, hoje utilizamos 98% de energia elétrica renovável em nossas operações, já operando em 100% em países como Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Canadá, Panamá e Guatemala, com objetivo de chegar em 100% de todas as nossas operações até 2025. Estes números foram alcançados em diversas frentes, incluindo a contratação de operações solares e eólicas para nossas cervejarias, a compra de energia renovável no mercado livre e compensação com certificados de energia renovável.

Além disso, somamos hoje um total de 15 plantas carbono neutras espalhadas pelas regiões em que operamos: Cervejaria Ponta Grossa/PR, Maltaria Passo Fundo/RS, Cervejaria Agudos/SP, Cervejaria Cachoeiras de Macacu/RJ, Arosuco Aromas/AM, Cervejaria Juatuba/MG, Refrigerantes Curitiba/PR, Cervejaria Anápolis/GO, Cervejaria Uberlândia/MG, Cervejaria Colorado/SP, Cervejaria Viçama/RS e Cervejaria Cubatão/MT, Fábrica de Rolhas Coroplas - Argentina, Cervejaria e Maltaria Paysandú - Uruguai, Maltaria MUSA - Uruguai. Nossas plantas, nosso objetivo vai além da redução de emissões, incluindo também melhoria nos níveis de eficiência de uso de energia e uso total de energia renovável.

Em relação às emissões indiretas, de escopo 2, hoje utilizamos 98% de energia elétrica renovável em nossas operações, já operando em 100% em países como Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Canadá, Panamá e Guatemala, com objetivo de chegar em 100% de todas as nossas operações até 2025. Estes números foram alcançados em diversas frentes, incluindo a contratação de operações solares e eólicas para nossas cervejarias, a compra de energia renovável no mercado livre e compensação com certificados de energia renovável.

Além disso, somamos hoje um total de 15 plantas carbono neutras espalhadas pelas regiões em que operamos: Cervejaria Ponta Grossa/PR, Maltaria Passo Fundo/RS, Cervejaria Agudos/SP, Cervejaria Cachoeiras de Macacu/RJ, Arosuco Aromas/AM, Cervejaria Juatuba/MG, Refrigerantes Curitiba/PR, Cervejaria Anápolis/GO, Cervejaria Uberlândia/MG, Cervejaria Colorado/SP, Cervejaria Viçama/RS e Cervejaria Cubatão/MT, Fábrica de Rolhas Coroplas - Argentina, Cervejaria e Maltaria Paysandú - Uruguai, Maltaria MUSA - Uruguai. Nossas plantas, nosso objetivo vai além da redução de emissões, incluindo também melhoria nos níveis de eficiência de uso de energia e uso total de energia renovável.

Em relação às emissões indiretas, de escopo 2, hoje utilizamos 98% de energia elétrica renovável em nossas operações, já operando em 100% em países como Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Canadá, Panamá e Guatemala, com objetivo de chegar em 100% de todas as nossas operações até 2025. Estes números foram alcançados em diversas frentes, incluindo a contratação de operações solares e eólicas para nossas cervejarias, a compra de energia renovável no mercado livre e compensação com certificados de energia renovável.

Cofundamos, em 2017, ao lado da Coca-Cola, o programa Reciclar pelo Brasil. A ideia foi unir os esforços e investimentos, que já eram feitos por cada uma das empresas, para otimizar e maximizar o valor gerado pelo programa. Conduzindo a parceria com a Associação Nacional dos Catadores de Catadores de Materiais Recicláveis (Ancat), o programa hoje já soma 17 empresas associadas, desenvolve logística reversa e reciclagem com o objetivo de profissionalizar o trabalho das organizações envolvidas, elevar o volume de resíduos coletados e a renda média dos catadores. Entre 2018 e 2023, o programa passou de 160 cooperativas em 17 estados, com 3 mil catadores, para mais 468 cooperativas em 25 estados e no Distrito Federal, com 5,2 mil catadores de materiais recicláveis apoiados.

Além disso, nossa fábrica de vidros no Rio de Janeiro é, atualmente, uma das maiores recicladoras de cacos de vidro da América Latina, sendo que mais de 40% da matéria-prima advinda de cacos coletados por meio de parcerias com empresas de logística reversa e cooperativas, além de receber cacos provenientes das indústrias de vidro, auxiliando no processo de reciclagem do vidro e reutilização na produção de novos garrafas. O projeto faz com que a Ambev economize 35% de energia. A fábrica também realiza um tratamento no gases gerados no forno e remove até 99,95% de poluentes. Até 2025, passaremos a operar uma nova fábrica de vidros, dessa vez no Paraná.

Encerramos 2023 contabilizando em todas as nossas operações os seguintes resultados: mais de 68% de conteúdo reciclado em nossas embalagens de alumínio, cerca de 45% nas de vidro e acima de 40% nas de PET.

Empreendedorismo

Objetivo até 2025: 100% dos nossos empreendedores capacitados e suportados em gestão.

Nossa jornada de inovação produtiva iniciou-se em 2017 e 2018, com o lançamento, respectivamente, da água AMA - primeiro produto social da Ambev que visa democratizar o acesso à água, conforme abordado acima - e do programa VOA - projeto de transformação social baseado em voluntariado, com foco no compartilhamento de conhecimento e experiências em gestão com ONGs. Posteriormente, com nossas ações sociais e de apoio durante a pandemia, entendemos que um traço forte da nossa cultura é que, para a Ambev, só vale crescer se for para crescer junto com nosso ecossistema.

Em 2022, consolidamos o aprendizado com esses diversos projetos e ações e tiramos do papel o Bora, que integra a nossa jornada de impacto social ao lado de AMA, VOA e as agendas de Consumo Responsável e Ambev Contra Fome. Com o Bora, buscamos combater a pobreza e gerar transações em todo o ecossistema. Temos a ambição de incluir, até 2032, cinco milhões de pessoas no mercado produtivo com a plataforma Bora, que vai dar acesso a uma rede de conexões, conhecimento e empoderamento financeiro.

No primeiro ano do Bora, impactamos mais de 51 mil pessoas, gerando mais de R\$ 17 milhões na economia a partir de conhecimento, renda e oportunidades. Já em 2023, essa plataforma impactou 201 mil pessoas, totalizando 252 mil brasileiros apoiados desde o lançamento do programa.

Entre as frentes prioritárias do Bora, envolvemos nosso ecossistema cervejeiro com a Academia da Cerveja, escola de conhecimento e cultura cervejeira da Ambev, junto a Escola Superior de Cerveja e Malte (ESCM) e ao Instituto Ceres, oferecendo formação gratuita de iniciação e conhecimento no mercado de serviço de bares, restaurantes e outros estabelecimentos relacionados ao universo cervejeiro. Também para essa rede de pequenos e médios empresários e donos de bares e restaurantes, o BEES, em parceria com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrabre) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), criou o programa Aprender para Empreender, com foco em treinamentos e especializações para os pontos de venda. Durante o programa, pequenos e médios empreendedores terão acesso a conteúdos especiais e exclusivos que vão auxiliá-los durante a jornada do empreendedorismo. Os materiais trazem treinamentos sobre planejamento, gerenciamento, vendas e outros temas relevantes para tocar o negócio diretamente de quem mais sabe sobre o assunto: especialistas da Abrasel e do Sebrae, juntamente com o time do BEES.

Em parceria com a Generation Brazil - ONG global de educação para o trabalho - e as empresas Analítica Ensino e Eduk - que atuam no segmento de educação formal e cursos online -, lançamos, por meio do Zé delivery, o Programa Bora Zé, projeto de inclusão produtiva que oferece a oportunidade de capacitação e inserção no mercado de trabalho para jovens em situação de vulnerabilidade, impulsionando a mobilidade social, com cursos de curta duração, com conteúdo online, que podem ser acessados pelo celular, além de 2 mil bolsas de estudo para supletivo do ensino fundamental e médio. Um dos pilares do Bora Zé é a conexão, por isso as pessoas com ensino médio completo poderão contar também com uma trilha de conhecimento mensal para conectá-las a vagas de empregos dentro do ecossistema Ambev, nas áreas de vendas e logística.

Para estimular o empreendedorismo aliado às nossas ambições ambientais e sociais, desde 2018 mantemos uma aceleradora para startups que ofereçam soluções para essas demandas, o 100+ Labs. Nesse período já impactamos mais de 80 ideias e startups, investindo mais de R\$ 15 milhões em parcerias com esse ecossistema. Na edição de 2023 mantivemos como parceiro correalizador do programa a Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA), com um objetivo adicional de buscar startups focadas em conservação da biodiversidade da Amazônia, além de seguirmos contando com nossos parceiros PepsiCo e Unilever e com o apoio da Ball Corporation e Valgroup, além do suporte institucional da Libra Branding, Machado Meyer e Pacto Global das Nações Unidas.

RECURSOS HUMANOS

Chegamos ao final de 2023 com cerca de 43 mil funcionários: aproximadamente 25 mil no Brasil, 5 mil na região da América Central e Caribe (CAC), 3 mil no Canadá e 10 mil nas unidades da América Latina Sul.

Nossa gente é o principal ingrediente dos nossos negócios, e temos como missão a formação de times de alta performance, capacitados e engajados para entregar com excelência a execução da nossa estratégia, gerando valor a longo prazo para a Companhia e nosso ecossistema. Para promovermos crescimento do nosso time, contamos com uma plataforma de serviços de recursos humanos focada em fortalecer as experiências dos nossos colaboradores, estimular o desenvolvimento de novas competências e fomentar equipes curiosas e ambiciosas que possam fazer a diferença na nossa trajetória e no mundo.

Muito da transformação que nos trouxe até aqui foi impulsionada pela evolução da nossa estratégia de longo prazo para o *framework* de "Ambev como

Ambev S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00 - NIRE 35.300.368.941

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO

Receita líquida (ROL): nossa receita líquida consolidada aumentou 24,1% em 2023, atingindo R\$ 79.736,9 milhões, impulsionada pelo crescimento da ROL/hl de 25,5%, devido principalmente às nossas iniciativas de gestão de receita, a despeito de uma queda no volume de 1,1%.

Brasil

A receita líquida gerada por nossas operações de cerveja e bebidas não alcoólicas no Brasil cresceu 8,7% em 2023, atingindo R\$ 46.361,8 milhões.

Cerveja

Nossas operações de cerveja no Brasil incluem a produção e a comercialização de cerveja e do portfólio de *Beyond Beer*, o qual abrange outras categorias de bebidas alcoólicas que não cerveja.

A receita líquida proveniente das vendas de cerveja no Brasil em 2023 cresceu 8,7%, acumulando R\$ 38.985,9 milhões, em razão do aumento da ROL/hl de 9,8%, a despeito de uma redução de volume de 1,0%.

Bebidas Não Alcoólicas ("NAB")

As operações de NAB no Brasil abrangem a produção e a comercialização de refrigerantes e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas.

A receita líquida gerada pela operação de NAB no Brasil em 2023 subiu 8,8%, atingindo R\$ 7.375,8 milhões, devido ao aumento da ROL/hl de 5,0% combinada com o crescimento no volume de vendas de 3,6%.

CAC

A receita líquida das nossas operações na CAC cresceu 10,9% em 2023, acumulando R\$ 10.044,8 milhões, em função do crescimento da ROL/hl de 7,4% e do aumento de volume de 3,3%.

América Latina Sul

A receita líquida das nossas operações na América Latina Sul somou R\$ 13.797,2 milhões, representando um crescimento de 84,4%, devido ao aumento da ROL/hl de 95,1%, a despeito da redução de volume de vendas de 5,5%.

Canadá

A receita líquida das nossas operações no Canadá representou R\$ 9.533,2 milhões da nossa receita consolidada em 2023, apresentando uma queda de 0,2% em relação ao ano anterior. O resultado decorre do declínio do volume de vendas de 6,4%, parcialmente compensado por um aumento da ROL/hl de 6,7%.

Custo dos produtos vendidos (CPV): o custo dos produtos vendidos consolidado teve um crescimento de 18,1% em 2023, totalizando R\$ 39.291,6 milhões, com o custo dos produtos vendidos por hectolitro ("CPV/hl") aumentando 19,4%. Os principais fatores que contribuíram para tal crescimento foram as pressões inflacionárias na Argentina e o incremento do preço do malte.

Brasil

O custo dos produtos vendidos das nossas operações no Brasil em 2023 totalizou R\$ 23.516,0 milhões, representando um aumento de 3,4%.

Cerveja

O custo dos produtos vendidos da operação de cerveja no Brasil em 2023 cresceu 3,3%, chegando a R\$ 19.377,7 milhões, com o CPV/hl apresentando um aumento de 4,3%.

NAB

O custo dos produtos vendidos da operação de NAB no Brasil em 2023 somou R\$ 4.138,4 milhões, representando um aumento de 4,2%, com o CPV/hl crescendo 0,6%.

CAC

O custo dos produtos vendidos das nossas operações na CAC aumentou 7,7% em 2023, acumulando R\$ 5.035,1 milhões, com o CPV/hl subindo 4,2%.

América Latina Sul

O custo dos produtos vendidos das nossas operações na América Latina Sul apresentou um crescimento de 71,6% em 2023, totalizando R\$ 6.657,3 milhões em 2023, com o CPV/hl aumentando 81,5%.

Canadá

O custo dos produtos vendidos das nossas operações no Canadá subiu 2,7% em 2023, totalizando R\$ 4.083,1 milhões, com um CPV/hl crescendo 9,8%.

Despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A): as despesas com vendas, gerais e administrativas consolidadas totalizaram R\$ 23.436,7 milhões em 2023, crescendo 19,7%, impulsionadas principalmente pelas pressões inflacionárias na Argentina.

Brasil

As despesas com vendas, gerais e administrativas das nossas operações no Brasil somaram R\$ 14.468,8 milhões em 2023, representando um aumento de 7,0%.

CAC

As despesas com vendas, gerais e administrativas da operação de cerveja atingiram R\$ 12.247,3 milhões em 2023, apresentando um incremento de 6,4%.

NAB

Despesas com vendas, gerais e administrativas da operação de NAB acumularam R\$ 2.221,5 milhões em 2023, representando um crescimento de 10,6%.

CAC

As despesas com vendas, gerais e administrativas das nossas operações na CAC somaram R\$ 1.931,2 milhões em 2023, aumentando 0,8%.

América Latina Sul

As despesas com vendas, gerais e administrativas das nossas operações na América Latina Sul acumularam R\$ 3.463,8 milhões em 2023, crescendo 90,4%.

Canadá

As despesas com vendas, gerais e administrativas das nossas operações no Canadá totalizaram R\$ 3.573,0 milhões em 2023, apresentando uma queda de 4,6%.

Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas: o saldo líquido de outras receitas e despesas operacionais representou uma receita de R\$ 2.028,9 milhões, comparada à receita de R\$ 2.513,9 milhões registrada em 2022. Essa diferença deve-se principalmente aos créditos fiscais extraordinários reconhecidos no exercício anterior.

Outras receitas/(despesas) operacionais		
<i>R\$ milhões</i>		
	12M22	12M23
Subvenção governamental/AVP de incentivos fiscais	1.289,3	1.573,2
Créditos/(débitos) extemporâneos de tributos	1.013,9	218,0
(Adições)/reversões de provisões	(77,2)	(77,7)
Ganho/(perda) na alienação de imobilizado, intangível e operações em associadas	88,8	86,4
Outras receitas/(despesas) operacionais	199,2	229,1
Outras receitas/(despesas) operacionais	2.513,9	2.028,9

Itens não usuais: os itens não usuais corresponderam a (i) despesas de reestruturação ligadas primariamente a projetos de centralização e reestruturação no Brasil, em LAS e em CAC; e (ii) honorários advocatícios decorrentes de litígios relacionados a bônus de subscrição emitidos pela Cervejaria Brahma em 2003. Diversas ações judiciais foram ajuizadas a fim de discutir os critérios utilizados no cálculo do preço de exercício de tais bônus. Em 2023, como sucessores da Cervejaria Brahma, obtivemos algumas decisões favoráveis definitivas na matéria, que já se encontrava classificada com prognóstico de perda remota. O valor registrado nesta linha refere-se à provisão de honorários advocatícios relacionados à essa matéria.

Itens não usuais		
<i>R\$ milhões</i>		
	12M22	12M23
Reestruturação	(101,7)	(109,4)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	(8,2)	(2,3)
Impactos COVID-19	(16,7)	
Baixa de investimentos	(16,6)	
Honorários		(94,7)
Itens não usuais	(143,3)	(206,4)

Resultado financeiro: o resultado financeiro no ano foi uma despesa de R\$ 3.609,8 milhões, comparado a uma despesa de R\$ 3.423,2 milhões em 2022. O aumento da nossa despesa financeira em 2023 é explicado principalmente por uma menor receita financeira sem efeito caixa decorrente da norma de Contabilidade Hiperinflacionária na Argentina e maiores perdas com instrumentos não derivativos na consolidação do balanço patrimonial entre empresas e em contas a pagar de terceiros (especialmente na Argentina), parcialmente compensado por menores gastos com custo de carregro de *hedge* relacionados à nossa exposição cambial na Argentina - dada a redução dos nossos níveis de *hedging* e de exposição cambial no país.

Resultado financeiro líquido		
<i>R\$ milhões</i>		
	12M22	12M23
Receitas de juros	2.167,7	2.085,6
Despesas com juros	(2.328,3)	(2.432,2)
Ganhos/(perdas) com derivativos	(3.158,4)	(1.675,1)
Ganhos/(perdas) com instrumentos não-derivativos	(618,5)	(1.034,8)
Impostos sobre transações financeiras	(339,6)	(178,3)
Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas	(749,5)	(551,1)
Hiperinflação Argentina	1.603,5	176,1
Resultado financeiro líquido	(3.423,2)	(3.609,8)

A dívida total da Companhia diminuiu de R\$ 3.770,7 milhões em dezembro de 2022 para R\$ 3.501,1 milhões em dezembro de 2023.

<i>R\$ milhões</i>	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Local	754,3	2.077,9	2.832,2	1.043,4	1.571,8	2.615,2
Moeda Estrangeira	228,2	710,3	938,5	254,7	631,2	885,9
Dívida Consolidada	982,6	2.788,1	3.770,7	1.298,1	2.203,0	3.501,1
Caixa e Equivalentes de Caixa (líquido da conta garantida)			14.852,1			16.059,0
Aplicações Financeiras Correntes			454,5			277,2
Dívida/(caixa) líquida			(11.535,9)			(12.835,1)

O risco de crédito da Ambev como emissor de dívida em moeda nacional e estrangeira detém classificação de grau de investimento segundo a Standard & Poor's e a Moody's Ratings.

Imposto de renda e contribuição social: a alíquota efetiva em 2023 foi de 0,5%, contra a alíquota do ano anterior de -4,6%.

Participações de empregados e administradores: em 2023, a participação nos lucros de empregados e administradores provisionada foi de R\$ 1.001,0 milhões. Esse valor faz parte da política de remuneração variável da Companhia, segundo a qual a maioria dos empregados e administradores tem uma parte significativa de sua remuneração sujeita ao cumprimento de metas de desempenho.

Participação dos não controladores: o resultado atribuído a participações de não controladores em nossas subsidiárias em 2023 acumulou R\$ 458,5 milhões, contra um resultado de R\$ 433,3 milhões em 2022.

Lucro líquido: o lucro líquido no ano foi de R\$ 14.960,5 milhões, um aumento de 0,5% comparado ao ano de 2022, enquanto, em uma base ajustada para itens não usuais, o lucro líquido ajustado foi de R\$ 15.227,2 milhões em 2023, um aumento de 0,4% comparado ao ano anterior.

Dividendos e ações: nosso estatuto social prevê dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 40% do nosso lucro líquido anual ajustado, incluindo as quantias pagas a título de juros sobre o capital próprio. Em 2023, foram distribuídos R\$ 11.500,2 milhões de juros sobre o capital próprio. Na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, foram negociados aproximadamente R\$ 95,5 bilhões em ações ordinárias da Companhia durante o ano de 2023. Neste período, o Índice Bovespa teve uma valorização de 22,3%, enquanto nossas ações terminaram o ano cotadas a R\$ 13,73, representando uma desvalorização de 5,4% no ano.

Reconciliação entre lucro líquido e EBITDA: o EBITDA ajustado e o Lucro operacional ajustado são medidas utilizadas pela Administração da Companhia para medir seu desempenho. O EBITDA ajustado é calculado excluindo-se do lucro líquido do exercício os seguintes efeitos: (i) participação de não controladores; (ii) despesa com imposto de renda; (iii) participação nos resultados de coligadas e subsidiárias; (iv) resultado financeiro líquido; (v) itens não usuais; e (vi) despesas com depreciações e amortizações.

O EBITDA é calculado excluindo-se do EBITDA ajustado os seguintes efeitos: (i) itens não usuais; e (ii) participação nos resultados de coligadas.

O EBITDA ajustado e o Lucro operacional ajustado não são medidas contábeis utilizadas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em IFRS ou nos Estados Unidos da América (US GAAP), e não devem ser considerados como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na condição de indicador de liquidez. Nossas definições de EBITDA ajustado e Lucro operacional ajustado podem não ser comparáveis ao EBITDA ajustado e ao Lucro operacional ajustado conforme definido por outras empresas.

Reconciliação - Lucro líquido ao EBITDA		
<i>R\$ milhões</i>		
	12M22	12M23
Lucro líquido - Ambev	14.457,9	14.501,9

Participação dos não controladores

Despesa com imposto de renda e contribuição social

Lucro antes de impostos		
	14.235,7	15.035,9

Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto

Resultado financeiro líquido

Itens não usuais

Lucro operacional ajustado		
	17.831,2	19.037,5

Depreciação & amortização - total*

EBITDA ajustado		
	23.770,9	25.455,4

Itens não usuais sem baixa de investimentos

Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto

EBITDA		
	23.615,1	25.063,6

* Incluindo baixa de investimentos.

Em atendimento ao artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM 80/22, o Presidente Executivo e o Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A política de atuação junto aos nossos auditores independentes na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se consubstancia em princípios que preservam a independência do auditor. Estes princípios estabelecem que:

• auditor não deve auditar seu próprio trabalho;

• auditor não deve exercer funções gerenciais; e,

• auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Adotamos política e procedimentos de pré-aprovação segundo os quais todos os serviços de auditoria e outros serviços prestados por auditores independentes contratados pela Ambev e por suas subsidiárias devem ser aprovados pelo nosso Conselho Fiscal, o qual também cumpre as funções de comitê de auditoria para os propósitos da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, em conformidade com a Regra 10A-3(c)(3).

O Conselho Fiscal adota uma lista de serviços e limites de valor para a contratação de cada tipo de serviço ("Lista Básica"), por sua vez aprovada pelo Conselho de Administração. Qualquer serviço constante dessa Lista Básica é considerado "pré-aprovado" dentro dos limites individuais de valor, e que no agregado anual não ultrapassam 20% dos honorários anuais de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e suas Controladas em determinado exercício social. Trimestralmente, o Conselho Fiscal recebe do Diretor Vice-Presidente Financeiro um relatório resumido sobre o progresso dos serviços prestados pré-aprovados e os honorários correspondentes devidamente autorizados. Quaisquer serviços não contemplados nessa Lista Básica requerem uma opinião anterior favorável do Conselho Fiscal e a aprovação do Conselho de Administração.

Nossa política contém também uma lista de serviços que não podem ser prestados por nossos auditores externos. Essa política é revista periodicamente pelo Conselho de Administração, inclusive por recomendação do Conselho Fiscal.

SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

Tais informações incluem serviços prestados, além dos serviços de auditoria externa, para a Companhia ou suas controladas durante o ano de 2023.

Foram prestados serviços, com prazo de execução inferior a um ano, relacionados a procedimentos de revisão pré-acordados executados em subsidiária no Canadá.

Contratamos um total de R\$ 231 mil referentes a tal serviço, o que equivale a aproximadamente 1% dos honorários de auditoria externa relativos às Demonstrações Financeiras de 2023 da Companhia e suas controladas.

Entendemos que o processo de aprovação existente e a proporção dos serviços adicionais não comprometem a independência do auditor.

¹ Dados por ação ajustados para refletir distribuições de dividendos, juros sobre o capital próprio, desdobramento ou grupamento no período.



Ambev S.A.

Companhia Aberta
 CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00 - NIRE 35.300.368.941

→★ continuação

BALANÇO PATRIMONIAL <i>(em milhões de reais)</i>												
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado		2022
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022	
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	3.746,9	4.923,9	16.059,0	14.926,4	Contas a pagar	15	14.371,4	14.915,7	23.195,1	24.328,5	
Aplicações financeiras	5.2	10,9	35,8	277,2	454,5	Instrumentos financeiros derivativos	29	—	—	751,4	729,4	
Contas a receber	6	3.393,3	2.330,9	5.741,5	5.349,1	Empréstimos e financiamentos	16	784,9	518,8	1.298,1	982,6	
Instrumentos financeiros derivativos	29	—	—	378,0	272,3	Conta garantida	5.1	—	—	—	74,3	
Estoques	7	4.898,4	5.638,7	9.619,0	12.923,0	Salários e encargos		1.218,8	1.203,0	2.128,7	2.335,8	
Tributos a recuperar	8	2.395,0	1.717,8	3.435,7	2.853,5	Dividendos e juros sobre						
Outros ativos		<u>601,2</u>	<u>534,3</u>	<u>1.052,7</u>	<u>1.037,9</u>	o capital próprio a pagar		735,7	645,0	1.526,2	1.464,8	
Ativo circulante		15.045,7	15.181,4	36.563,1	37.816,7	Imposto de renda e						
Aplicações financeiras	5.2	147,8	145,6	242,2	219,1	contribuição social a recolher		51,0	118,2	1.340,5	1.118,6	
Contas a receber	6	93,3	63,3	—	—	Impostos, taxas e						
Instrumentos financeiros derivativos	29	—	—	1,7	1,5	contribuições a recolher		4.572,5	3.987,9	6.236,6	5.812,9	
Tributos a recuperar	8	9.467,7	9.637,5	11.325,1	11.316,3	Opção de venda concedida						
Imposto de renda e contribuição social						sobre participação em controlada						
diferidos	9.2	5.280,5	4.108,7	7.969,6	6.438,8	e outros passivos		3.290,7	2.628,2	4.110,1	3.512,8	
Outros ativos		987,0	1.275,7	1.520,7	1.905,2	Provisões	17	<u>345,8</u>	<u>123,6</u>	<u>418,4</u>	<u>180,7</u>	
Benefícios a funcionários	18	<u>1,8</u>	<u>2,1</u>	<u>57,3</u>	<u>56,6</u>	Passivo circulante		25.370,8	24.140,4	41.005,1	40.540,4	
Realizável a longo prazo		15.978,1	15.232,9	21.116,6	19.937,5	Contas a pagar	15	21.547,2	21.351,6	307,3	509,4	
Investimentos	10	<u>81.232,7</u>	<u>84.673,4</u>	<u>289,1</u>	<u>331,9</u>	Instrumentos financeiros derivativos	29	—	—	11,7	—	
Imobilizado	11	14.195,4	15.154,4	26.630,2	30.055,7	Empréstimos e financiamentos	16	1.130,5	1.497,6	2.203,0	2.788,1	
Intangível	12	2.776,4	1.710,0	10.041,7	9.222,2	Imposto de renda e contribuição						
Ágio	13	<u>281,9</u>	<u>281,9</u>	<u>38.003,6</u>	<u>40.594,0</u>	social diferidos	9.2	—	—	3.318,4	3.725,7	
Ativo não circulante		114.464,5	117.052,6	96.081,2	100.141,3	Imposto de renda e contribuição						
						social a recolher		302,1	347,7	1.487,1	1.598,7	
						Impostos, taxas e contribuições						
						a recolher		508,8	451,8	513,3	671,0	
						Opção de venda concedida						
						sobre participação em controlada						
						e outros passivos		876,5	1.605,4	1.083,2	1.896,8	
						Provisões	17	478,2	589,8	559,6	739,0	
						Benefícios a funcionários	18	<u>326,7</u>	<u>294,1</u>	<u>2.011,8</u>	<u>2.161,1</u>	
						Passivo não circulante		25.170,0	26.138,0	11.495,4	14.089,8	
						Total do passivo		50.540,8	50.278,4	52.500,5	54.630,2	
						Patrimônio líquido	19					
						Capital social		58.177,9	58.130,5	58.177,9	58.130,5	
						Reservas		98.669,4	92.246,6	98.669,4	92.246,6	
						Ajuste de avaliação patrimonial		<u>(77.877,9)</u>	<u>(68.421,5)</u>	<u>(77.878,0)</u>	<u>(68.421,5)</u>	
						Patrimônio líquido de controladores		78.969,4	81.955,6	78.969,3	81.955,6	
						Participação de não controladores		—	—	1.174,5	1.372,2	
						Total do patrimônio líquido		78.969,4	81.955,6	80.143,8	83.327,8	
Total do ativo		129.510,2	132.234,0	132.644,3	137.958,0	Total do passivo e patrimônio líquido		129.510,2	132.234,0	132.644,3	137.958,0	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhões de reais)								
	Atribuído à participação dos controladores					Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total		
Saldo em 01 de janeiro de 2022	58.042,5	55.187,2	31.191,6	—	(61.778,3)	82.643,0	84.017,6	
Lucro líquido do exercício	—	—	—	14.457,9	—	14.457,9	14.891,2	
Resultado Abrangente:								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	—	—	—	—	(6.772,2)	(6.772,2)	(6.863,2)	
Hedge de fluxo de caixa	—	—	—	—	(316,7)	(316,7)	(318,7)	
Ganhos/(perdas) atuariais	—	—	—	—	466,5	466,5	470,7	
Resultado abrangente do exercício	—	—	—	14.457,9	(6.622,4)	7.835,5	8.180,0	
Aumento de capital (nota 19)	88,0	(64,3)	—	—	—	23,7	23,7	
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	—	—	—	3.224,5	—	3.224,5	3.233,7	
Ganhos/(perdas) de participação	—	—	—	—	(2,8)	(2,8)	(3,1)	
Imposto sobre dividendos fictos	—	—	—	—	(6,2)	(6,2)	(6,2)	
Dividendos distribuídos	—	—	—	—	—	—	(357,4)	
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	(11.999,8)	—	(11.999,8)	(11.999,8)	
Compra de ações, resultado de ações em tesouraria e pagamentos baseados em ações	—	216,8	—	—	—	216,8	218,4	
Dividendos prescritos/(complemento)	—	—	—	20,9	—	20,9	20,9	
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente (nota 19)	—	—	—	11,8	(11,8)	—	—	
Reserva de incentivos fiscais	—	—	2.018,6	(2.018,6)	—	—	—	
Reserva de investimentos	—	—	3.696,7	(3.696,7)	—	—	—	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	58.130,5	55.339,7	36.906,9	—	(68.421,5)	81.955,6	83.327,8	
Saldo em 01 de janeiro de 2023	58.130,5	55.339,7	36.906,9	—	(68.421,5)	81.955,6	83.327,8	
Lucro líquido do exercício	—	—	—	14.501,9	—	14.501,9	14.960	
Resultado Abrangente:								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	—	—	—	—	(9.212,4)	(9.212,4)	(9.334,4)	
Hedge de fluxo de caixa	—	—	—	—	(210,8)	(210,8)	(212,1)	
Ganhos/(perdas) atuariais	—	—	—	—	(13,2)	(13,2)	(12,5)	
Resultado abrangente do exercício	—	—	—	14.501,9	(9.436,4)	5.065,5	5.401,4	
Aumento de capital (nota 19)	47,4	(32,9)	—	—	—	14,5	14,5	
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	—	—	—	3.269,4	—	3.269,4	3.277,9	
Opções concedidas sobre participação em controlada	—	—	—	—	6,7	6,7	6,7	
Ganhos/(perdas) de participação	—	—	—	—	(2,6)	(2,6)	(2,6)	
Imposto sobre dividendos fictos	—	—	—	—	(12,4)	(12,4)	(12,4)	
Dividendos distribuídos	—	—	—	—	—	—	(543,9)	
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	(11.500,2)	—	(11.500,2)	(11.500,2)	
Compra de ações, resultado de ações em tesouraria e pagamentos baseados em ações	—	172,8	—	—	—	172,8	174,6	
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente (nota 19)	—	—	—	11,8	(11,8)	—	—	
Reserva de incentivos fiscais	—	—	2.552,7	(2.552,7)	—	—	—	
Reserva de investimentos	—	—	3.730,2	(3.730,2)	—	—	—	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	58.177,9	55.479,6	43.189,8	—	(77.878,0)	78.969,3	80.143,8	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhões de reais)									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Receitas	72.211,9	67.489,4	119.782,3	119.082,7	Receitas financeiras	1.075,9	2.703,4	2.670,3	4.469,1
Vendas mercadorias, produtos e serviços	71.717,8	65.947,5	119.286,7	117.753,6	Outros	79,0	66,1	(768,3)	(582,3)
Outras receitas/(despesas) líquidas	545,6	1.564,8	590,9	1.374,4	Valor adicionado total a distribuir	42.557,9	39.102,9	61.065,0	59.273,6
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(51,5)	(22,9)	(95,3)	(45,3)	Distribuição do valor adicionado	42.557,9	39.102,9	61.065,0	59.273,6
Insumos adquiridos de terceiros	(34.947,7)	(34.854,5)	(54.419,8)	(58.190,8)	Pessoal	3.049,7	2.984,2	6.981,8	6.923,6
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(28.070,5)	(28.425,0)	(40.601,8)	(43.230,3)	Remuneração direta	2.470,7	2.375,3	6.207,8	6.152,1
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.605,8)	(6.207,4)	(13.414,3)	(14.480,2)	Benefícios	264,3	251,0	339,9	331,4
Perda de valores ativos	(271,4)	(222,1)	(403,7)	(480,3)	Fundo de garantia por tempo de serviço	164,9	141,2	196,7	173,3
Valor adicionado bruto	37.264,2	32.634,9	65.362,5	60.891,9	Outros	149,8	216,7	237,4	266,8
Retenções	(3.471,3)	(2.856,4)	(6.014,2)	(5.476,0)	Impostos, taxas e contribuições	20.978,0	18.020,7	32.754,3	29.668,6
Depreciação e amortização	(3.471,3)	(2.856,4)	(6.014,2)	(5.476,0)	Federais	3.044,0	2.301,8	10.998,6	9.348,5
Valor adicionado líquido produzido	33.792,9	29.778,5	59.348,3	55.415,9	Estaduais	17.903,2	15.689,4	21.712,1	20.278,7
Valor adicionado recebido em transferência	8.765,0	9.324,4	1.716,7	3.857,7	Municipais	30,8	29,5	43,6	41,4
Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto	7.610,1	6.554,9	(185,3)	(29,1)	Remuneração de capitais de terceiros	4.028,3	3.640,1	6.368,5	7.790,2
					Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações financeiras	3.961,2	3.619,4	6.101,8	7.552,6
					Aluguéis	67,1	20,7	266,7	237,6
					Remuneração de capitais próprios	14.501,9	14.457,9	14.960,4	14.891,2
					Juros sobre o capital próprio	11.500,1	11.999,8	11.500,2	11.999,8
					Lucros retidos	3.001,7	2.458,1	3.001,7	2.458,1
					Participação de não controladores	–	–	458,5	433,3
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas									

Ambev S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00 - NIRE 35.300.368.941

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2023 (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e as normas internacionais de contabilidade ("IFRS®") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB®"), em vigor em 31 de dezembro de 2023, e divulgam todas as informações relevantes, e somente elas, que estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração no desempenho de suas funções.

O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e julgamentos relevantes estão divulgados na nota explicativa 4 - *Uso de estimativas e julgamentos*.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas, em forma definitiva, pela Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2024.

2.1 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o Real brasileiro, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. Para fins de apresentação, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhões de reais ("R\$"), exceto quando mencionado de outra forma, arredondados para o milhão mais próximo indicado.

As transações em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira e evidenciados pelo valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de apuração do valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

Os ativos e passivos de controladas localizadas no exterior são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício e os saldos das mutações do patrimônio líquido pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no resultado abrangente.

Mesmo quando contabilizados na entidade adquirente, o ágio e os ajustes de valor justo decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial.

2.1.1 Taxas de câmbio

As principais taxas de câmbio utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia são:

Moeda	Denominação	País	Taxa final		Taxa média	
			2023	2022	2023	2022
CAD	Dólar canadense	Canadá	3,6536	3,8540	3,7048	3,9807
DOP	Peso dominicano	República Dominicana	0,0831	0,0925	0,0892	0,0937
USD	Dólar americano	Panamá e Cuba	4,8413	5,2177	5,0085	5,1644
GTQ	Quetzal	Guatemala	0,6189	0,6623	0,6398	0,6649
ARS	Peso	Argentina	0,0060	0,0295	0,0170	0,0403
BOB	Boliviano	Bolívia	0,6956	0,7497	0,7196	0,7420
PYG	Guarani	Paraguai	0,0007	0,0007	0,0007	0,0007
UYU	Peso uruguaio	Uruguai	0,1241	0,1302	0,1291	0,1253
CLP	Peso chileno	Chile	0,0055	0,0061	0,0059	0,0059
BBD	Dólar de Barbados	Barbados	2,3866	2,5721	2,4690	2,5458

2.2 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas normas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, sendo assim apresentada de forma suplementar para fins de IFRS®. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - *Demonstração do Valor Adicionado*.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis adotadas pela Companhia são consistentes em todos os exercícios apresentados. Nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023 não ocorreram mudanças significativas nestas práticas, e tampouco nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Para melhor compreensão, as principais práticas contábeis materiais adotadas pela Companhia e aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis foram incluídas nas respectivas notas explicativas, exceto pelas práticas abaixo descritas, as quais podem permear mais de um assunto das demonstrações contábeis e, portanto, foram sumarizadas nesta nota explicativa.

3.1 Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente

As alterações de normas e novas normas que entraram em vigor em 2023 não são aplicáveis ou não tiveram impactos materiais para a Companhia, para a preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A seguir, estão listadas as principais alterações em normas contábeis que, na avaliação da Administração, poderão gerar impacto em divulgações supervenientes da Companhia:

(i) Em 25 de maio de 2023 o IASB® publicou alterações ao IAS 7/CPC 03 - *Demonstração dos fluxos de caixa* e IFRS 7/CPC 40 - *Instrumentos Financeiros: Evidenciação*, que estabelecem novos requisitos de divulgação das operações de financiamento com fornecedores, o chamado "risco sacado". Tais requisitos devem ser adotados obrigatoriamente pelas companhias que aderem às IFRS® e, no Brasil, aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC a partir do exercício de 2024. A Companhia está avaliando os impactos decorrentes dessas alterações, para eventuais divulgações adicionais correspondentes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas futuras, ainda que tais transações não sejam materiais para o Grupo, conforme divulgado na nota explicativa 15 - *Contas a pagar*.

(ii) O IASB® emitiu, em agosto de 2023, emendas à norma IAS 21/CPC 02 (R2) - *Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis*. As modificações implementadas exigirão aplicação de abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda e, quando não puder, determinar a taxa de câmbio a ser utilizada, e as divulgações relacionadas. A Companhia está avaliando os impactos decorrentes dessas normas, cuja adoção é requerida para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025.

(iii) Em dezembro de 2021 a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE"), no âmbito do projeto do *Inclusive Framework on Base Erosion and Profit Shifting* ("BEPS"), divulgou as regras modelo do Pilar Dois (ou *Global Anti-Base Erosion Model Rules* - GloBE), objetivando uma abordagem em comum da tributação corporativa internacional, de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras apurem os tributos sobre o lucro a uma alíquota mínima efetiva de 15% em cada país onde operam. Tais regras deverão ser aprovadas localmente em cada país que aderir à proposta, via legislação aplicável, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. Em maio de 2023, o IASB® emitiu alterações de escopo ao IAS 12/CPC 32 - *Tributos sobre o Lucro* para permitir isenção temporária na contabilização de tributos sobre o lucro diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, isenção esta que foi adotada pelo Grupo. Considerando as legislações já publicadas nos países em que a Companhia opera, não foi estimado um efeito material nas demonstrações contábeis do exercício de 2023. Além dessas, a Companhia não prevê que existam outras normas ou alterações de normas IFRS® ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo.

3.2 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis das controladas, negócios em conjunto e coligadas utilizadas nas demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação da Ambev, aplicando práticas contábeis idênticas. Todas as transações, saldos e ganhos ou perdas não realizadas em transações entre empresas consolidadas foram integralmente eliminadas.

3.2.1 Controladas

A Companhia controla uma entidade quando ela está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade. Na determinação de controle, potenciais direitos de voto são levados em conta. Presume-se a existência de controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto (o que nem sempre equivale à participação econômica), a menos que possa ser demonstrado que essa participação não constitui controle.

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pela Companhia, exceto quando aplicada a prática contábil do custo precedente em transações de combinação de negócios sob controle comum. A consolidação é interrompida a partir da data em que esse controle deixa de existir.

3.2.2 Coligadas

Coligadas são empresas nas quais a Companhia tem influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais, mas que não controla.

3.2.3 Negócios em conjunto

Negócios em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) a depender dos direitos e das obrigações contratuais de cada parte integrante do negócio.

3.2.4 Combinação de negócio

A Ambev usa o método de aquisição para contabilizar cada combinação de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e participações societárias emitidas pela Ambev. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos/assumidos em uma combinação de negócios são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos, na data da aquisição. A Ambev reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional à participação dos não controladores no valor justo dos ativos líquidos adquiridos. A mensuração da participação de não controladores é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício.

3.2.5 Combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum

Combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas IFRSs® ou CPCs. A IFRS 3/CPC 15(R1) - *Combinação de Negócios* é o pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum, de forma que, na avaliação de transações de tal natureza, cabe julgamento da Administração para refletir adequadamente a essência e realidade econômica de cada transação.

3.2.5.1 Custo precedente

Conforme permitido pela IAS 8/CPC 23 - *Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro*, a Administração adotou uma prática contábil em linha com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos e no Reino Unido (USGAAP - *Generally Accepted Accounting Principles* (United States) e UKGAAP - *Generally Accepted Accounting Principles* (United Kingdom)), a prática do custo precedente, para registro do valor contábil do ativo recebido, tal como registrado pela Controladora.

A prática contábil do custo precedente prevê que, ao contabilizar uma transferência de ativos entre entidades sob controle comum, a entidade que recebe os ativos líquidos ou as participações societárias inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos, reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência, na data da transferência, retrospectivamente. Se os valores contábeis dos ativos e passivos transferidos, pela Controladora, diferirem do custo histórico da Controladora das entidades sob controle comum, as demonstrações contábeis da entidade recebedora deverão refletir os ativos e passivos transferidos ao custo da Controladora das entidades sob controle comum em contrapartida ao patrimônio líquido contra a conta de reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

3.2.5.2 Permuta de ativos

Com relação às transações entre entidades sob controle comum que envolvam a alienação/transferência da controlada para seu controlador, ou seja, acima do nível da demonstração financeira consolidada da Ambev, a Companhia avalia a existência de i) oposição de interesses; e ii) substância e propósito econômico. Satisfeitas estas premissas, buscando proporcionar a visibilidade adequada e o justo impacto no montante de resultados distribuíveis a seus acionistas, notadamente os não controladores, a Companhia adotou como política, de forma análoga, os conceitos da IAS 16/CPC 27 - *Ativo Imobilizado*. A referida política contempla ativos adquiridos por meio de permuta por ativo não monetário, ou conjunto de ativos monetários e não monetários.

Os ativos objetos de permuta podem ser de mesma natureza ou de naturezas diferentes. O custo de tal item do ativo é mensurado pelo valor justo, a não ser que a operação de permuta não tenha natureza comercial ou, o valor justo do ativo recebido e do ativo cedido não possam ser mensurados com segurança. O ativo adquirido é mensurado dessa forma mesmo que a entidade não consiga dar baixa imediata ao ativo cedido. Se o ativo adquirido não for mensurável ao valor justo, seu custo é determinado pelo valor contábil do ativo cedido.

Quando existir a distribuição de ativos, que não na forma de caixa, o ativo antes de sua distribuição é mensurado pelo seu valor justo em contrapartida de uma conta do resultado do exercício. Embora sua aplicação seja prevista às distribuições por meio das quais são beneficiados os titulares da mesma classe de instrumentos patrimoniais e cujo tratamento seja equitativo, também de forma análoga ao IFRIC 17/CPC 07- *Distribuição de Lucros In Natura*, na ausência de uma prática contábil específica para transações sob controle comum, consideramos as disposições dessa instrução na definição de nossa prática contábil. Assim como acontece também em outras vendas que a Ambev faz para seu controlador (produtos, insumos, etc.) onde é reconhecido o resultado da transação na demonstração de resultado, como previsto no parágrafo 56 do ICPC 09 (R2) - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial* e análogo ao parágrafo 33a do IFRS 5/CPC 31 - *Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada* (única norma que trata de alienação de negócios, sem fazer distinção entre transações com controlador e terceiro).

3.3 Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas, coligadas e negócios em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS® e dos CPCs.

3.4 Demonstrações contábeis em economias altamente inflacionárias

De acordo com a IAS 29/CPC 42 - *Contabilidade em Economia Hiperinflacionária*, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando índice geral de preços. Mensalmente a Companhia estima o índice geral de preços aplicável, pelo fato de a divulgação oficial ocorrer após o fechamento contábil. As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Para determinar se economia de alguma de suas operações é altamente inflacionária, a Companhia avalia aspectos quantitativos e qualitativos do ambiente econômico do país, como o índice de inflação registrado nos últimos três anos. Em 1º de julho de 2018, a economia argentina passou a ser considerada pela Companhia como hiperinflacionária, nos termos do IAS 29/CPC 42, considerando a elevação nos índices oficiais de preços acumulados no período (Índice de Preços ao Consumidor - "IPC"), aferido pelo órgão INDEC (Instituto Nacional de Estatística e Censo). Uma vez que a Companhia não opera diretamente em uma economia altamente inflacionária, mas sim uma de suas subsidiárias, a reapresentação dos saldos comparativos dos exercícios anteriores não é realizada, de acordo com o que prevê o IAS 21/CPC 02 (R2) - *Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras*, entretanto, os preceitos da norma são aplicados aos saldos e transações da subsidiária afetada.

3.5 Ajuste a valor presente

Os elementos dos ativos e passivos, quando relevantes, são ajustados pelo seu valor presente, sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: i) o montante a ser descontado; ii) as datas de liquidação; e iii) a taxa de desconto, conforme IFRS 13/CPC 46 - *Mensuração do Valor Justo e CPC 12 - Ajuste a Valor Presente*.

3.6 Incentivos fiscais e empréstimos subsidiados

A Companhia e algumas de suas subsidiárias no Brasil gozam de incentivos fiscais estaduais, concedidos por meio de subvenções governamentais. Referidas subvenções podem ter forma de redução de alíquota, redução da base de cálculo, financiamento ou empréstimos subsidiados, créditos presumidos, recolhimento efetivo, diferimento do pagamento ou reduções parciais do valor do imposto estadual a pagar. Os incentivos de recolhimento efetivo são contabilizados na receita operacional, por sua natureza, ao passo em que os demais incentivos são reconhecidos em outras receitas operacionais.

Dentre os incentivos fiscais concedidos à Companhia, existem incentivos enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial estadual na forma de financiamento ou diferimento do pagamento de impostos estaduais. Esses programas estaduais objetivam promover, no longo prazo, o incremento da geração de emprego, a descentralização industrial, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos estados.

Nesses estados, os prazos de carência e fruição são previstos nos respectivos atos normativos estaduais e nos atos concessivos estaduais, a depender de sua natureza, e, quando existentes, as condições atreladas referem-se a fatos sob controle da Companhia. Tais benefícios obedecem a sistemática prevista na Lei Complementar Federal nº 160/2017 e no Convênio CONFAZ nº 190/2017. O benefício relativo à postergação do pagamento desses impostos é registrado no resultado do exercício, com base no regime de competência.

Em se tratando de benefícios na modalidade de financiamento ou diferimento no pagamento de imposto, uma vez que as taxas de juros e prazos destes empréstimos podem ser vantajosas em relação às condições de mercado, tais benefícios são considerados como empréstimos subsidiados, conforme determinado na IAS 20/CPC 07 (R1) - *Subvenção e Assistência Governamental*. Referido subsídio consiste no ganho auferido ao comparar o valor destas operações em condições de mercado ao valor pactuado em contrato. Deste modo, no momento de cada captação, o subsídio calculado é registrado em outras receitas operacionais, seguindo o tratamento dispensado aos demais subsídios de ICMS de natureza semelhante. Anualmente a Companhia reavalia quais são as condições de mercado vigentes no exercício para aferir tais subsídios.

Mensalmente, considerando-se o valor da contraprestação, o período até o vencimento, a taxa do contrato e a taxa de desconto acima mencionada, a redução no valor do ajuste a valor presente é alocada no resultado financeiro, em linha com o CPC 12 - *Ajuste a Valor Presente*, de tal forma que na data prevista de liquidação de cada contraprestação tal ajuste seja zero.

Referidos financiamentos são reconhecidos no passivo pelo seu valor presente. Quando existe uma instituição financeira interveniente na operação, os financiamentos são registrados no grupo de empréstimos e financiamentos, caso contrário, são registrados no grupo de contas a pagar, em virtude da essência econômica subjacente e natureza da operação.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos técnicos brasileiros e internacionais, que requerem que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita, ou períodos futuros.

Apesar de cada política contábil significativa refletir julgamentos, avaliações ou estimativas, a Companhia acredita que as seguintes práticas contábeis refletem os julgamentos, estimativas e premissas mais críticas, que são importantes para seus negócios e entendimento de seus resultados:

Nota	Políticas contábeis que refletem estimativas e julgamentos significativos
3.2.3	Negócios em conjunto
3.2.4	Combinações de negócios
3.2.5	Prática contábil de combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum
3.4	Contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária
3.5	Ajuste a valor presente
3.6	Incentivos fiscais e empréstimos subsidiados
8	Reconhecimento de ativos e passivos referentes a crédito ou débitos extemporâneos de tributos
9	Tributos sobre o lucro correntes e diferidos
11	Arrendamentos
14	Redução ao valor de recuperação - <i>impairment</i>
17	Provisões e passivos contingentes, incluso contingências tributárias
18	Mensuração de benefícios a funcionários
28	Pagamento baseado em ações
29	Mensuração de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa	101,4	148,1	267,1	280,9
Contas correntes	412,3	37,6	6.818,3	5.990,3
Aplicações financeiras de curto prazo ⁽ⁱ⁾	<u>3.233,2</u>	<u>4.738,2</u>	<u>8.973,6</u>	<u>8.655,2</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3.746,9	4.923,9	16.059,0	14.926,4
Conta garantida	—	—	—	(74,3)
Caixa e equivalentes de caixa líquido	3.746,9	4.923,9	16.059,0	14.852,1

⁽ⁱ⁾ O saldo se refere, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa incluem o valor de R\$3.768 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$3.083 milhões em 31 de dezembro de 2022), os quais não são livremente passíveis de remessa à Controladora por motivos de restrições cambiais em Cuba e na Argentina, ainda que disponíveis para utilização nas operações locais das controladas em questão.

5.2 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fundos de investimentos	10,9	35,8	—	—
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	—	—	277,2	454,5
Ativo circulante	10,9	35,8	277,2	454,5
Aplicações financeiras ao custo amortizado ⁽ⁱ⁾	<u>147,8</u>	<u>145,6</u>	<u>242,2</u>	<u>219,1</u>
Ativo não circulante	147,8	145,6	242,2	219,1
Total	158,7	181,4	519,4	673,6

⁽ⁱ⁾ O saldo se refere substancialmente a aplicações financeiras atreladas a incentivos fiscais e não possui conversibilidade imediata em montantes conhecidos de caixa.

Política contábil

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, com vencimento em até 90 dias a partir da data da contratação, de alta liquidez, com riscos insignificantes de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

As demais aplicações financeiras que não atendem os critérios de classificação como equivalente de caixa, com prazo de vencimento a partir da data da contratação superior a 90 dias, por exemplo, são apresentadas como aplicações financeiras. Esses ativos são inicialmente mensurados ao valor justo e, a depender da forma de gestão desses recursos e das características dos fluxos de caixa contratuais, podem ter sua categoria alterada:

- Custo amortizado: ativos financeiros "não derivativos" cuja finalidade do modelo de negócios seja manter os ativos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais em datas específicas (principal e juros).
- Valor justo por meio do resultado: ativos financeiros cujo objetivo da Companhia seja recebimento pela venda. São apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização.

O caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras com baixo risco de crédito sediadas ou domiciliadas no Brasil e no exterior. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos de saldos de contas garantidas, quando aplicável.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contas a receber de clientes	2.694,2	1.854,9	6.225,8	5.737,5
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD")	<u>(332,8)</u>	<u>(292,4)</u>	<u>(721,0)</u>	<u>(679,1)</u>
Contas a receber de clientes, líquidas	2.361,4	1.562,5	5.504,8	5.058,4
Partes relacionadas (nota 31)	1.031,9	768,4	236,7	290,7
Total contas a receber circulante	3.393,3	2.330,9	5.741,5	5.349,1
Partes relacionadas (nota 31)	93,3	63,3	—	—
Total contas a receber não circulante	93,3	63,3	—	—



Ambev S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00 - NIRE 35.300.368.941

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2023 (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A idade das contas a receber de clientes está demonstrada como segue:

	Controladora			
	2023		2022	
	Contas a receber de clientes	Contas a receber de clientes, líquidas	Contas a receber de clientes	Contas a receber de clientes, líquidas
A vencer, líquido de abatimentos	2.050,9	—	2.050,9	1.479,7
Vencidos até 30 dias	259,6	—	259,6	59,4
Vencidos entre 31 e 60 dias	37,9	—	37,9	11,2
Vencidos entre 61 e 90 dias	12,9	—	12,9	7,9
Vencidos entre 91 e 180 dias	11,5	(11,5)	—	7,7
Vencidos entre 181 e 360 dias	26,5	(26,4)	0,1	15,5
Vencidos a mais de 360 dias	294,9	(294,9)	—	273,5
Valor contábil em 31 de dezembro	2.694,2	(332,8)	2.361,4	1.562,5

	Consolidado			
	2023		2022	
	Contas a receber de clientes	Contas a receber de clientes, líquidas	Contas a receber de clientes	Contas a receber de clientes, líquidas
A vencer, líquido de abatimentos	5.129,5	—	5.129,5	4.573,0
Vencidos até 30 dias	283,4	—	283,4	343,8
Vencidos entre 31 e 60 dias	66,3	—	66,3	100,5
Vencidos entre 61 e 90 dias	33,2	(7,7)	25,5	49,4
Vencidos entre 91 e 180 dias	6,5	(6,4)	0,1	19,3
Vencidos entre 181 e 360 dias	46,6	(46,6)	—	40,2
Vencidos a mais de 360 dias	660,3	(660,3)	—	611,3
Valor contábil em 31 de dezembro	6.225,8	(721,0)	5.504,8	5.737,5

A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada como segue:

	Consolidado			
	2023	2022	2023	2022
	(292,4)	(271,8)	(679,1)	(668,3)
Saldo inicial	—	—	12,3	14,0
Efeito de conversão de balanço	—	—	—	—
Adições	(51,5)	(22,9)	(103,6)	(47,0)
Reversões	—	—	8,3	1,7
Baixas	11,1	2,3	41,1	20,5
Saldo final	(332,8)	(292,4)	(721,0)	(679,1)

A exposição aos riscos de crédito, de moeda e de taxa de juros estão divulgadas na nota 29 - Instrumentos financeiros e riscos.

Política contábil

Contas a receber de clientes são quantias devidas por clientes por mercadorias vendidas ou serviços prestados no curso normal dos negócios. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros para mensurar as perdas de crédito esperadas, por meio das quais as provisões para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes são mensuradas no reconhecimento inicial com base nas perdas de crédito esperadas de 12 meses. Isto é principalmente baseado na experiência passada com perdas de crédito, dados atuais sobre recebíveis vencidos e informações de pontuação de crédito. As informações prospectivas (como os indicadores de desempenho econômico previstos) também são levadas em consideração se, com base na experiência anterior, tais indicadores mostrarem uma correlação significativa com as perdas reais de crédito. Normalmente, as contas a receber pendentes há mais de 90 dias são integralmente provisionadas.

Se o prazo de recebimento do título for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	(292,4)	(271,8)	(679,1)	(668,3)
Produtos acabados	1.064,9	1.408,4	2.990,3	4.094,0
Produtos em elaboração	394,5	396,4	826,5	845,7
Matérias-primas e itens de consumo	2.822,3	3.337,1	4.599,9	6.798,3
Almoxarifado e outros	292,5	350,7	806,9	986,9
Adiantamentos	360,4	201,3	537,9	358,3
Provisão para perdas	(36,2)	(55,2)	(142,5)	(160,2)
	4.898,4	5.638,7	9.619,0	12.923,0

A movimentação de provisão para perdas em estoques está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	(55,2)	(37,7)	(160,2)	(157,8)
Saldo inicial	—	—	12,9	17,8
Efeito de conversão de balanço	—	—	—	—
Provisões	(116,8)	(182,1)	(262,9)	(305,8)
Baixas	135,8	164,6	267,7	285,6
Saldo final	(36,2)	(55,2)	(142,5)	(160,2)

Política contábil

Os estoques são inicialmente registrados pelo seu custo de aquisição e, posteriormente, são valorizados pelo menor montante, entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui os gastos incorridos na aquisição do bem, tributos não recuperáveis, transporte até sua localização atual e colocação em condições de uso. Para a apuração do custo dos estoques emprega-se o método da média ponderada.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos, ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis baseados na capacidade operacional normal. Os custos fixos não alocados ou custos de ociosidade não são mantidos em estoque, sendo reconhecidos diretamente no resultado, conforme determina o IAS 2/CPC 16 - Estoques.

O valor líquido de realização, por sua vez, é o preço de venda estimado em condições normais de mercado, deduzido dos gastos para colocação dos produtos em condições de venda e realização da venda. O cálculo do valor líquido de realização leva em consideração as características específicas de cada categoria de estoque, tais como data de validade, vida útil, indicadores de movimentação, entre outros.

As provisões para perdas no estoque são constituídas, quando necessário, conforme as políticas da Companhia para realização, baixa rotatividade e estoques obsoletos.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	—	19,6	219,0	73,5
PIS/COFINS - exclusão ICMS ⁽ⁱ⁾	—	—	—	—
PIS/COFINS	90,0	89,2	170,4	242,7
ICMS	257,1	326,6	426,9	542,2
IPI	1,9	4,7	112,5	131,0
IR/CS	2.029,0	1.260,9	2.436,6	1.808,7
Outros	17,0	16,8	70,3	55,4
Circulante	2.395,0	1.717,8	3.435,7	2.853,5
PIS/COFINS - exclusão ICMS ⁽ⁱ⁾	4.976,0	4.654,1	6.490,4	5.992,8
ICMS	419,7	412,2	436,5	423,2
IR/CS	4.061,2	4.561,1	4.087,0	4.607,5
Outros	10,8	10,1	311,2	292,8
Não circulante	9.467,7	9.637,5	11.325,1	11.316,3
Total	11.862,7	11.355,3	14.760,8	14.169,8

⁽ⁱ⁾ Conforme detalhado na nota 17.2 - Contingências, a Companhia reconheceu créditos de PIS e COFINS oriundos da exclusão do ICMS, inclusive na modalidade de substituição tributária, das bases de cálculo das contribuições. A contrapartida dos reconhecimentos é registrada na rubrica de PIS/COFINS - exclusão ICMS, conforme tabela acima.

Política contábil

Reconhecimento de ativos e passivos referentes a crédito ou débitos extemporâneos de tributos

A política contábil aplicada pela Companhia considera o reconhecimento de créditos e pagamentos extemporâneos de tributos de qualquer natureza conforme determinado pelo IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com exceção dos tributos incidentes sobre o lucro, para os quais a Companhia aplica a política prevista na nota explicativa 9.1 - Imposto de renda e contribuição social.

Conforme esta política, os créditos tributários são reconhecidos somente quando a Administração (i) dispuser de elementos que garantam que o direito é praticamente certo; e (ii) que o valor a ser compensado ou restituído seja mensurado confiavelmente. Caso seja provável a recuperação do ativo ou o valor não for mensurável de maneira confiável, os valores não são reconhecidos contabilmente, mas divulgados na nota explicativa 17 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A Administração entende que, nos casos de processos ativos, a obtenção de sentença transitada em julgada para processo específico da Companhia é a condição requerida para confirmar a existência de seu direito, exceto por circunstâncias específicas pertinentes ao caso concreto que permitam não apenas o reconhecimento do seu direito, mas uma mensuração objetiva e confiável.

Para a mensuração dos valores de créditos tributários extemporâneos decorrentes de ações judiciais, a Companhia levanta os documentos fiscais relativos ao período abrangido pela ação judicial, e aplica as diretrizes da decisão que transitou em julgado, legislações aplicáveis ou elementos que garantam a mensuração objetiva e confiável.

Os débitos oriundos da mesma natureza são reconhecidos caso (i) seja originada de um evento passado; (ii) tenha obrigação presente; (iii) a expectativa de desembolso seja provável e (iv) os valores sejam estimados de maneira confiável. Caso a expectativa de desembolso seja possível ou o valor não seja mensurável de maneira confiável, os valores são apresentados na nota de Contingências.

Ambos, ativos e passivos contingentes, são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos e divulgados nas demonstrações contábeis.

A política contábil de reconhecimento de ativos e passivos referentes ao reconhecimento de créditos e pagamentos extemporâneos de tributos de qualquer natureza é registrar na rubrica de “Outras receitas/(despesas) operacionais”, excetuando-se pagamentos de anistias, cuja contabilização se mantém em resultados não usuais, dada sua natureza pontual.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

9.1 Imposto de renda e contribuição social

Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social no Brasil. Para as demais regiões, com atividade operacional, as alíquotas nominais esperadas estão demonstradas a seguir:

América Central e Caribe	de 15% a 27%
América Latina - sul	de 10% a 35%
Canadá	26,5%
Luxemburgo	24,94%

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	1.174,3	782,8	(2.077,9)	(1.718,9)
Imposto de renda e contribuição social corrente	221,8	981,3	279,8	1.012,6
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias	1.395,5	884,3	1.722,6	1.361,9
Movimento de imposto diferido sobre prejuízos fiscais em exercício corrente	1.617,3	1.865,6	2.002,4	2.374,5
Total do imposto de renda diferido	2.791,6	2.648,4	(75,5)	655,6
Resultado de imposto de renda e contribuição social	2.791,6	2.648,4	(75,5)	655,6

A reconciliação da alíquota efetiva com a alíquota nominal média está demonstrada como segue:

	Controladora	
	2023	2022
	11.710,3	11.809,5
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	—	—
Ajuste na base tributável	—	—
Outras receitas não tributáveis	(545,7)	(805,3)
Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas	(2.523,3)	(2.017,5)
Participação nos resultados de controladas	(7.610,1)	(6.554,9)
Despesas não dedutíveis	22,3	175,0
Tributação em bases universais	225,3	116,4
	1.278,8	2.723,2
Alíquota nominal ponderada agregada	34,0%	34,0%
Impostos a pagar - alíquota nominal	(435,0)	(926,0)
Ajuste na despesa tributária	—	—
Incentivo relativo ao imposto de renda	0,8	1,1
Efeito de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio	3.653,6	3.858,9
Efeito fiscal da amortização de ágio	17,4	17,3
Imposto de renda retido na fonte	(70,7)	(3,5)
Reconhecimento/(baixa) de ativo diferido sobre prejuízos fiscais	13,1	(35,3)
Outros ajustes tributários	(387,6)	(264,1)
Imposto de renda e contribuição social	2.791,6	2.648,4
Alíquota efetiva de impostos	-23,8%	-22,4%

	Consolidado	
	2023	2022
	15.035,9	14.235,6
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	—	—
Ajuste na base tributável	—	—
Outras receitas não tributáveis	(919,0)	(883,3)
Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas	(3.011,7)	(2.535,1)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	185,3	29,1
Despesas não dedutíveis	56,5	192,8
Tributação em bases universais	1.171,4	679,3
	12.518,4	11.718,4
Alíquota nominal ponderada agregada	28,3%	29,5%
Impostos a pagar - alíquota nominal	(3.542,3)	(3.453,3)
Ajuste na despesa tributária	—	—
Incentivo relativo ao imposto de renda	120,4	234,0
Efeito de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio	3.909,8	4.079,9
Efeito fiscal da amortização de ágio	17,2	27,2
Imposto de renda retido na fonte	(489,1)	(164,5)
Reconhecimento/(baixa) de ativo diferido sobre prejuízos fiscais	100,9	(58,2)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	(382,3)	(249,0)
Outros ajustes tributários	189,9	239,5
Imposto de renda e contribuição social	(75,5)	655,6
Alíquota efetiva de impostos	0,5%	-4,6%

Os principais eventos ocorridos no exercício e que impactaram a alíquota efetiva foram:

- Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas: trata-se de incentivos regionais e políticas de desenvolvimento econômico vinculados, principalmente, à produção local, gerando impacto econômico e social e que, quando reinvestidos, não são tributados para fins de imposto de renda e contribuição social, o que explica o impacto na alíquota efetiva. O montante acima é impactado por variações nos volumes de produção, preços e eventuais variações na tributação estadual refletidas nas contas de Outras Receitas Operacionais e de Receita Líquida, a depender da sua natureza. Ainda, o montante supramencionado é devidamente destinado para reserva de lucros anualmente, conforme o item (19.3.3) "Incentivos fiscais" da nota 19 - Patrimônio Líquido.
- Complemento de imposto de renda de controladas no exterior devido no Brasil: demonstra o resultado da apuração da tributação universal de lucros, segundo os regimentos da Lei 12.973/14.
- Imposto de renda retido na fonte: refere-se a montantes de imposto de renda retido na fonte, principalmente relacionados a dividendos distribuídos e a distribuir de subsidiárias localizadas no exterior, sempre que aplicável conforme a legislação tributária local. Os valores registrados em 2023 referem-se, principalmente, ao imposto de renda retido na fonte sobre dividendos distribuídos em 2023 e à variação cambial dos saldos de imposto de renda diferido relacionado a lucros de subsidiárias ainda não distribuídos.
- Dedutibilidade de juros sobre o capital próprio: segundo a legislação brasileira, as empresas têm a opção de remunerar seus sócios via pagamento de juros sobre o capital próprio, cujos montantes são impactados pelo resultado tributável, reservas de lucro da Companhia e pela taxa de juros de longo prazo ("TJLP"). Tais remunerações aos sócios são dedutíveis para fins de imposto de renda.
- Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação): a subsidiária da Companhia na Argentina, por operar em economia hiperinflacionária, está sujeita a atualização monetária de ativos e passivos (não monetários), patrimônio líquido e demonstração de resultados, o que por vezes implica reflexos na alíquota efetiva consolidada e variação entre períodos.

	Controladora		
	2023	2022	2022
	Ativo	Passivo	Líquido
Ativo	7,3	—	7,3
Passivo	—	6,9	—
Líquido	—	—	6,9
Benefícios a empregados	424,0	—	424,0
Contas a pagar	2.843,8	—	2.843,8
Contas a receber	13,7	—	13,7
Estoques	12,3	—	12,3
Imobilizado	—	(636,8)	(636,8)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e royalties	—	(27,1)	(27,1)
Investimentos	—	(383,7)	(383,7)
Prejuízos fiscais a utilizar	2.392,4	—	2.392,4
Provisões	690,0	—	690,0
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos	13,3	—	13,3
ICMS na base de cálculo PIS/COFINS	—	—	—
Outros itens	—	(68,7)	(68,7)
Ativo/(passivo) tributário diferido bruto	6.396,8	(1.116,3)	5.280,5
Reclassificação para apresentação líquida	(1.116,3)	1.116,3	—
Ativo/(passivo) tributário diferido líquido	5.280,5	—	5.280,5

O valor de imposto de renda e contribuição social diferidos por tipo de diferença temporária está detalhado a seguir:

	Controladora		
	2023	2022	2022
	Ativo	Passivo	Líquido
Ativo	7,3	—	7,3
Passivo	—	6,9	—
Líquido	—	—	6,9
Benefícios a empregados	424,0	—	424,0
Contas a pagar	2.843,8	—	2.843,8
Contas a receber	13,7	—	13,7
Estoques	12,3	—	12,3
Imobilizado	—	(636,8)	(636,8)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e royalties	—	(27,1)	(27,1)
Investimentos	—	(383,7)	(383,7)
Prejuízos fiscais a utilizar	2.392,4	—	2.392,4
Provisões	690,0	—	690,0
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos	13,3	—	13,3
ICMS na base de cálculo PIS/COFINS	—	—	—
Outros itens	—	(68,7)	(68,7)
Ativo/(passivo) tributário diferido bruto	6.396,8	(1.116,3)	5.280,5
Reclassificação para apresentação líquida	(1.116,3)	1.116,3	—
Ativo/(passivo) tributário diferido líquido	5.280,5	—	5.280,5

	Consolidado		
	2023	2022	2022
	Ativo	Passivo	Líquido
Ativo	8,2	—	8,2
Passivo	—	7,5	—
Líquido	—	—	7,5
Benefícios a empregados	856,5	—	856,5
Contas a pagar	2.843,8	(3,3)	2.840,5
Contas a receber	43,8	(7,0)	36,8
Derivativos	31,1	(77,2)	(46,1)
Empréstimos e financiamentos	7,5	—	7,5
Estoques	268,6	(59,6)	209,0
Imobilizado	714,2	(1.837,2)	(1.123,0)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e royalties	—	(1.385,5)	(1.385,5)
Investimentos	—	(383,7)	(383,7)
Prejuízos fiscais a utilizar	4.383,3	—	4.383,3
Provisões	1.026,3	(4,6)	1.021,7
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos	14,5	(19,7)	(5,2)
ICMS na base de cálculo PIS/COFINS	—	(228,5)	(228,5)
Outros itens	266,5	(437,1)	(170,6)
Ativo/(passivo) tributário diferido bruto	10.464,3	(5.813,1)	4.651,2
Reclassificação para apresentação líquida	(2.494,7)	2.494,7	—
Ativo/(passivo) tributário diferido líquido	7.969,6	(3.318,4)	4.651,2

A maioria dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre os quais o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados não possuem prazo de prescrição. Seu uso se baseia na projeção de existência futura de lucros tributáveis, limitado a 30% dos lucros tributáveis do ano, no Brasil, segundo a realidade dos anos anteriores e as projeções dos negócios da Companhia nas economias onde se localizam, em cumprimento, pois, às regras fiscais e contábeis cabíveis.

Ambev S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00 - NIRE 35.300.368.941

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2023 (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	Consolidado
	2023	2023
Tributos diferidos relacionados a prejuízos fiscais		
2024	—	755,7
2025	—	422,5
2026	1.398,0	1.635,2
2027	994,4	1.052,8
2028 a 2030	—	170,3
2031 em diante ⁽ⁱ⁾	—	346,8
Total	2.392,4	4.383,3

⁽ⁱ⁾ Não existe expectativa de realização que se inicie após o prazo de 10 anos.

9.2.2 Movimentação dos tributos diferidos

A movimentação líquida do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

	Controladora			Consolidado
	Valores reconhecidos diretamente na Controladora	Efeito de equivalência patrimonial	Saldo	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.108,7	—	4.108,7	2.713,1
Reconhecimento integral de ganhos/(perdas) atuariais	3,4	21,0	24,4	24,4
Hedge de investimento - opção de venda concedida sobre participação em controlada	(155,9)	—	(155,9)	(155,9)
Hedge de fluxo de caixa - ganhos/(perdas)	—	83,2	83,2	83,2
Ganhos/(perdas) na conversão de demais operações no exterior	(293,0)	846,9	553,9	553,9
Reconhecido no resultado abrangente	(445,5)	951,1	505,6	505,6
Reconhecido no resultado	1.617,3	—	1.617,3	2.002,4
Movimentações efetuadas diretamente no balanço patrimonial	—	(951,1)	(951,1)	(569,9)
Reconhecidas no grupo de tributos diferidos	—	—	—	(476,3)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	—	—	—	(476,3)
Reconhecidas no grupo de investimentos	—	(951,1)	(951,1)	—
Equivalência patrimonial	—	(951,1)	(951,1)	—
Reconhecidas em outros grupos do balanço	—	—	—	(93,6)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.280,5	—	5.280,5	4.651,2

9.2.3 Ativos tributários diferidos não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2023, além dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais efetivamente reconhecidos nos montantes acima informados, deixaram de ser registrados outros créditos relacionados a prejuízos fiscais acumulados no valor de R\$669,0 no Consolidado (R\$875,3 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022) - que, em base, equivalem a R\$2.521,0 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023 (R\$3.359,5 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022) - por haver baixas chances de sua realização, conforme avaliação da Administração.

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou outra conta do patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no resultado abrangente ou em conta do patrimônio líquido (exceto juros sobre o capital próprio, conforme nota 19 - *Patrimônio Líquido*).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos referidos tributos e a apuração contábil da Companhia. Os tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucro tributável futuro. Esses ativos diferidos são reduzidos na extensão em que não mais seja provável a ocorrência de lucros tributáveis futuros. A existência de lucro tributável futuro baseia-se em estudo técnico aprovado pela Administração da Companhia.

Os passivos fiscais diferidos não são reconhecidos a partir do reconhecimento inicial de ágio originado em combinação de negócios, em conformidade com o IAS 12/CPC 32 - *Tributos Sobre o Lucro*. Além disso, nenhum imposto diferido ativo e/ou passivo é reconhecido (i) no reconhecimento inicial de um ativo ou passivo proveniente de uma transação que não a de combinação de negócios, que no momento da transação não afete o lucro ou prejuízo contábil ou fiscal; e (ii) sobre diferenças relacionadas a investimentos em ações de controladas, desde que não sejam revertidos no futuro previsível. Excetuadas tais hipóteses, o valor do imposto diferido determinado é baseado na taxa de realização esperada ou liquidação da diferença temporária.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados para fins de apresentação se existir um direito legal de compensar os passivos fiscais correntes e ativos, e se estiverem relacionados a tributos lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em várias jurisdições e é necessário julgamento para determinar o valor a ser considerado no período. Algumas subsidiárias da Companhia estão envolvidas em auditorias fiscais, geralmente em relação aos anos anteriores. Essas auditorias estão em curso em diversas jurisdições na data do balanço e, pela sua natureza, estas podem tomar um tempo considerável até sua conclusão.

A Companhia aplica as disposições do ICPC 22/IFRIC 23 - *Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro* em relação aos tratamentos que afetaram a apuração dos tributos sobre o lucro (tratamentos fiscais incertos), conforme divulgado na nota explicativa 17.2 - *Contingências* - Incertezas sobre tratamento de IRPJ e CSLL.

10. INVESTIMENTOS

10.1 Movimentação dos investimentos

Movimentação dos investimentos mantidos pela Controladora em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), diretos e indiretos:

	Controladora	
	2023	2022
Saldo no início do exercício	84.673,4	86.992,2
Participação nos resultados de controladas e coligadas	7.607,7	6.547,1
Dividendos recebidos e a receber	(4.179,8)	(2.440,0)
Efeito de conversão de investimentos em controladas ⁽ⁱ⁾	(10.057,3)	(8.493,7)
Ganhos/(perdas) atuariais	(6,4)	465,8
Reserva de <i>hedge</i> em controladas	(232,6)	(318,4)
Pagamento baseado em ações em controladas	58,4	67,6
Aporte/(redução) de capital em controladas	—	(1.370,0)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) ⁽ⁱⁱ⁾	3.269,4	3.224,5
Outros	99,9	(1,7)
Saldo no final do exercício	81.232,7	84.673,4

⁽ⁱ⁾ Efeito líquido da valorização/(desvalorização) dos investimentos em controladas em relação à moeda Real.

⁽ⁱⁱ⁾ Efeito de hiperinflação de investida na Argentina, da rubrica de Lucros Acumulados.

10.2 Informações sobre controladas diretas e em conjunto

	2023					
	Participação	% no grupo	Patrimônio	Resultado	Resultado da	
	Participação	econômico	líquido	Ágio ⁽ⁱ⁾	investimento	equivalência
Controlada	%					patrimonial ⁽ⁱⁱⁱ⁾
Ambev Luxembourg S.A.R.L. ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	100,00%	40.375,8	5.312,8	45.688,7	3.357,8
Arosuco Aromas e Sucos Ltda. ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	100,00%	8.048,9	—	7.462,6	3.023,9
Cachoeiras de Macacu Bebidas Ltda.	—	—	—	199,6	—	—
Cerveceria Nacional S de R.L	100,00%	100,00%	2.737,1	—	2.737,1	43,2
Cervejaria ZX S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	100,00%	18,9	—	11,5	(46,6)

Consolidado

	Saldo em	Efeito de conversão	Efeito da aplicação da	Acumulado		
	31/12/2021	de balanço	IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	Aquisições	Deprec.	Depreciação
Valor contábil	31,3	—	—	—	—	—
Terrenos e edifícios	9.090,2	(832,1)	712,7	11,2	(436,8)	(4.795,9)
Instalações e equipamentos	10.884,0	(1.067,3)	952,6	1.283,5	(3.564,6)	(28.229,2)
Utensílios e acessórios	1.285,1	(111,6)	96,7	87,3	(579,7)	(6.358,8)
Em construção	5.404,7	(360,7)	252,7	4.923,7	—	—
Total	26.664,0	(2.371,7)	2.014,7	6.305,7	(4.581,1)	(39.383,9)

	Saldo em	Efeito de conversão	Efeito da aplicação da	Acumulado		
	31/12/2022	de balanço	IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	Aquisições	Deprec.	Depreciação
Valor contábil	31,3	—	—	—	—	—
Terrenos e edifícios	9.698,4	(1.485,2)	663,1	44,7	(481,6)	(5.051,5)
Instalações e equipamentos	11.589,6	(1.726,7)	779,4	1.230,2	(3.533,4)	(28.720,3)
Utensílios e acessórios	1.323,6	(193,4)	86,5	56,4	(541,6)	(5.982,4)
Em construção	4.349,7	(311,7)	120,2	3.283,9	—	—
Total	26.961,3	(3.717,0)	1.649,2	4.615,2	(4.556,6)	(39.754,2)

11.2 Movimentação do valor contábil líquido do ativo de direito de uso

	Saldo em	Efeito de conversão	Efeito da aplicação da	Acumulado		
	31/12/2021	de balanço	IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	Aquisições	Deprec.	Depreciação
Valor contábil	31,3	—	—	—	—	—
Imóveis	354,6	96,5	(99,5)	(0,3)	351,3	770,0
Máquinas, equipamentos e veículos	742,6	611,7	(260,6)	(134,4)	959,3	1.677,1
Outros	25,1	39,9	(17,6)	—	47,4	82,6
Total	1.122,3	748,1	(377,7)	(134,7)	1.358,0	2.529,7

	Saldo em	Efeito de conversão	Efeito da aplicação da	Acumulado		
	31/12/2022	de balanço	IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	Aquisições	Deprec.	Depreciação
Valor contábil	31,3	—	—	—	—	—
Imóveis	351,3	121,7	(113,7)	(11,6)	347,7	877,3
Máquinas, equipamentos e veículos	959,3	856,9	(482,8)	(344,1)	989,3	2.069,4
Outros	47,4	8,8	(25,7)	(0,8)	29,7	89,4
Total	1.358,0	987,4	(622,2)	(356,5)	1.366,7	3.036,1

Consolidado

	Saldo em	Efeito de conversão	Efeito da aplicação da	Acumulado		
	31/12/2021	de balanço	IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	Aquisições	Deprec.	Depreciação
Valor contábil	31,3	—	—	—	—	—
Imóveis	1.206,0	(64,3)	628,0	(391,6)	9,7	(37,0)
Máquinas, equipamentos e veículos	1.299,8	(5,7)	915,0	(415,3)	33,5	1.632,8
Outros	54,5	(2,5)	94,7	(38,6)	—	2,7
Total	2.560,3	(72,5)	1.637,7	(845,5)	(184,8)	(0,8)

	Saldo em	Efeito de conversão	Efeito da aplicação da	Acumulado		
	31/12/2022	de balanço	IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	Aquisições	Deprec.	Depreciação
Valor contábil	31,3	—	—	—	—	—
Imóveis	1.350,8	(49,5)	355,0	(451,8)	(30,5)	(1,8)
Máquinas, equipamentos e veículos	1.632,8	(14,6)	1.285,1	(719,8)	(474,3)	0,2
Outros	110,8	(18,1)	44,2	(54,1)	(1,2)	4,3
Total	3.094,4	(82,2)	1.684,3	(1.225,7)	(506,0)	2,7



Ambev S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00 - NIRE 35.300.368.941

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2023 (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, o que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento ou antes da data de início. O ativo é subsequentemente depreciado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo.

Atualmente os principais arrendamentos da Companhia se referem a contratos de arrendamento de caminhões, empilhadeiras, imóveis, veículos comerciais e equipamentos industriais.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados pela taxa implícita. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa sua taxa de empréstimo incremental específica para o país, prazo e moeda do contrato ou outro critério local.

Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento, pagamentos de arrendamento variáveis que dependem de um índice ou taxa conhecida na data de início, e opções de compra ou pagamentos de opções de extensão se a Companhia estiver razoavelmente certa de exercer essas opções. Em regra, os contratos preveem reajuste anual dos pagamentos conforme índice estabelecido nos termos contratuais.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver alteração no prazo do arrendamento, se houver alteração nos pagamentos futuros ou alteração de um índice ou taxa utilizada para determinar os pagamentos, sendo reconhecido esse valor também no ativo direito de uso.

A Companhia aplica a IAS 36/CPC 01 (R1) - *Redução ao valor recuperável de ativos* para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas.

O passivo de arrendamento é apresentado na rubrica “Empréstimos e financiamentos” e os ativos de direito de uso são apresentados na rubrica “Imobilizado” no balanço patrimonial.

12. INTANGÍVEL

						Acumulado		
		Saldo em 31/12/2021	Adições	Transf.	Amortização	Saldo em 31/12/2022	Custo	Depreciação
Valor contábil		268,6	—	3,2	(58,0)	213,8	2.703,5	(2.489,7)
Intangíveis comerciais		684,4	—	1.035,6	(270,2)	1.449,8	2.826,4	(1.376,6)
Software		46,4	—	—	—	46,4	134,9	(88,5)
Outros		999,4	—	1.038,8	(328,2)	1.710,0	5.664,8	(3.954,8)
Total								

		Saldo em 31/12/2022	Adições	Transf.	Amortização	Saldo em 31/12/2023	Custo	Depreciação
Valor contábil		213,8	—	—	(56,7)	157,1	2.724,5	(2.567,4)
Intangíveis comerciais		1.449,8	—	820,6	(459,3)	1.811,1	3.647,0	(1.835,9)
Software		46,4	377,0	384,8	—	808,2	896,7	(88,5)
Outros		1.710,0	377,0	1.205,4	(516,0)	2.776,4	7.268,2	(4.491,8)
Total								

		Saldo em 31/12/2021	Efeito de conversão de balanço	Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	Adições	Transf.	Aliena-ções/ Baixas	Amor-tização	Saldo em 31/12/2022	Custo	Depre-ciação
Valor contábil		6.329,0	(1.096,2)	930,3	—	—	—	—	6.163,1	6.163,1	—
Marcas		671,5	(44,6)	0,1	—	3,2	—	(58,1)	572,1	3.308,7	(2.736,6)
Intangíveis comerciais		1.129,8	(130,6)	126,9	6,9	1.402,1	—	(401,1)	2.134,0	4.354,2	(2.220,2)
Software		558,8	(96,1)	76,8	220,5	(364,0)	—	(43,0)	353,0	1.218,9	(865,9)
Outros		8.689,1	(1.367,5)	1.134,1	227,4	1.041,3	—	(502,2)	9.222,2	15.044,9	(5.822,7)
Total											

		Saldo em 31/12/2022	Efeito de conversão de balanço	Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	Adições	Transf.	Aliena-ções/ Baixas	Amor-tização	Saldo em 31/12/2023	Custo	Depre-ciação
Valor contábil		6.163,1	(1.838,5)	808,6	73,9	—	—	—	5.207,1	5.207,1	—
Marcas		572,1	(33,5)	—	869,3	—	—	(56,7)	1.351,2	4.087,1	(2.735,9)
Intangíveis comerciais		2.134,0	(344,6)	176,2	37,0	976,5	(0,9)	(573,5)	2.404,7	4.954,5	(2.549,8)
Software		353,0	(32,9)	11,0	487,7	317,0	(0,7)	(56,4)	1.078,7	1.838,0	(759,3)
Outros		9.222,2	(2.249,5)	995,8	1.467,9	1.293,5	(1,6)	(686,6)	10.041,7	16.086,7	(6.045,0)
Total											

Intangíveis com vida útil indefinida

O valor contábil dos intangíveis com vida útil indefinida classificados como marcas foi alocado para os seguintes países:

	2023	2022
Argentina	1.303,7	2.019,2
Bolívia	830,0	894,5
Brasil	73,9	—
Canadá	195,7	206,4
Chile	70,7	78,5
Luxemburgo	339,6	339,6
Paraguai	504,7	542,7
República Dominicana	1.431,5	1.593,0
Panamá	333,0	358,8
Uruguai	124,3	130,4
	5.207,1	6.163,1

Intangíveis com vida útil indefinida foram testados para fins de redução ao valor de recuperação no nível da unidade geradora de caixa com base na mesma abordagem descrita na nota 14 - *Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)*. A Companhia está implementando uma nova versão do seu principal sistema de planejamento de recursos empresariais ou ERP (Enterprise Resource Planning) - S/4HANA, uma plataforma SAP, cujos investimentos capitalizáveis estão registrados como ativo intangível, na linha de *softwares*. A implementação se faz necessária com o fim de atualizar e aprimorar o ambiente tecnológico da Companhia. No contexto da implementação, diversas avaliações foram conduzidas pela Administração, inclusive sob a ótica de controles internos, a fim de mitigar riscos associados a esse tipo de atualização, tais como riscos operacionais, de interrupção de operações, de integridade de dados e de conformidade regulatória.

Política contábil

Os intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, líquidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável.

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Licenças e direitos de fornecimento e distribuição são amortizados pelo período em que existem os direitos com base no prazo dos contratos. Marcas são consideradas intangíveis de vida útil indefinida e, portanto, não são amortizadas. *Software* e custos de desenvolvimento capitalizados relacionados à tecnologia são amortizados ao longo de 3 a 10 anos. Itens que não são amortizados são testados para fins de redução ao valor de recuperação anualmente.

Os ganhos/perdas líquidos na venda de ativos intangíveis são apresentados na demonstração de resultados como outras receitas (despesas) operacionais quando o controle é transferido para o comprador, a recuperação da contraprestação é provável, e os custos associados podem ser estimados de forma confiável.

a) Marcas

A Companhia é proprietária de algumas das mais importantes marcas da indústria de cerveja do mundo. Consequentemente, espera-se que estas marcas possam gerar fluxos de caixa positivos pelo período em que a Companhia mantiver sua propriedade. Nesse contexto, as marcas registradas como parte do valor justo quando da aquisição de subsidiárias são consideradas como de vida útil indefinida. As principais marcas reconhecidas pela Companhia são *Quilmes* na Argentina, *Pilsen* no Paraguai, *Paceña* e *Huari* na Bolívia e *Presidente* e *Presidente Light* na República Dominicana.

Assim, caso parte do valor pago em uma combinação de negócios relacione-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo de intangíveis e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, o valor das marcas pode sofrer redução no caso de perdas por *impairment*. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

b) Software

O *software* adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. A amortização relacionada a *software* está alocada no custo das vendas, despesas comerciais ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o *software* está relacionado.

Os dispêndios associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os dispêndios com desenvolvimento, assim como os dispêndios com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares*, que são diretamente atribuíveis aos *softwares* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

c) Intangíveis comerciais

A Companhia e suas subsidiárias podem reconhecer direitos de fornecimento, que consistem no direito de fornecer a um cliente e o compromisso do cliente de comprar os produtos. E direitos de distribuição, que são os direitos de vender produtos específicos e um determinado território.

d) Outros intangíveis

Outros intangíveis, adquiridos pela Companhia, incluindo direitos de patrocínios de vários anos, são mensurados pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

13. ÁGIO

		Controladora	Consolidado
		2023	2022
Saldo inicial		281,9	281,9
Efeito de conversão de balanço		—	—
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)		—	(4.067,9)
Aquisição, adição, (baixa) e permuta de subsidiárias		—	1.481,1
Saldo final		281,9	281,9
		38.003,6	40.594,0

O valor do ágio foi alocado às seguintes Unidade Geradora de Caixa (“UGCs”):

		Moeda funcional	Controladora	Consolidado
			2023	2022
Brasil		BRL	281,9	281,9
Ágio			—	102.941,4
Transação com não controladores ⁽ⁱ⁾			—	(85.242,6)
			—	—
CAC:				
República Dominicana		DOP	—	—
Panamá		PAB	—	—
			—	—
América Latina - Sul:				
Argentina		ARS	—	—
Bolívia		BOB	—	—
Chile		CLP	—	—
Paraguai		PYG	—	—
Uruguai		UYU	—	—
			—	—
Canadá		CAD	—	—
			281,9	281,9
			38.003,6	40.594,0

⁽ⁱ⁾ Refere-se à operação de permuta de participações societárias ocorrida em 2013 em decorrência da adoção da prática contábil do custo precedente.

Os ativos de vida útil indefinida correspondem a aproximadamente 29% do total de ativos Consolidados da Ambev em 31 de dezembro de 2023 (29% em 31 de dezembro de 2022).

Política contábil

O ágio é originado na aquisição de controladas, coligadas e negócios em conjunto, e é determinado como sendo o excesso entre a soma (i) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, mensurados de acordo com a IFRS 3/CPC 15 (R1) - *Combinações de negócios*, na respectiva data de aquisição.

As combinações de negócios são contabilizadas pela aplicação do método de alocação contábil do custo do investimento. Se a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos exceder o custo da combinação de negócios, tal excesso é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado. Em uma combinação de negócios, o ativo de vida útil indefinida é alocado a partir da data de aquisição em cada UGC que se espera ser beneficiada pelas sinergias da combinação de negócios.

Também em conformidade com a IFRS 3/CPC 15(R1) o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas sim testado no mínimo anualmente para fins de redução ao valor de recuperação, ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Com respeito às coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil da participação na coligada e/ou empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*).

O ágio é expresso na moeda da unidade geradora de caixa ou operação em conjunto (*joint operation*) a que se refere e convertido em Real pela taxa de câmbio vigente no final do exercício.

O ágio gerado internamente é contabilizado como despesa, conforme incorrido.

O ágio inclui os efeitos do custo precedente (nota 3 (3.2.5.1)).

14. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS (IMPAIRMENT)

A Companhia não tem como prever se um evento irá desencadear uma *impairment*, quando ocorrerá ou como afetará o valor do ativo reportado. A Companhia entende que as estimativas utilizadas são razoáveis: elas são consistentes com os relatórios internos da Companhia e refletem as melhores estimativas da Administração. No entanto, existem incertezas inerentes que a Administração é incapaz de controlar. Embora uma mudança nas estimativas utilizadas possa ter um impacto significativo no cálculo do valor justo e desencadear uma taxa de redução do valor recuperável, a Companhia, com base na análise de sensibilidade realizada, não tem conhecimento de qualquer mudança provável em uma premissa importante que poderia resultar em um valor contábil maior que o valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia executou o teste de recuperabilidade (*impairment*) dos ativos não circulantes do Grupo (imobilizado, intangível, ágio de rentabilidade futura e direito de uso) para UGCs que possuíam ágio e ativo com vida útil indefinida alocados, assim como para as demais UGCs que apresentaram indicadores de *impairment*. A Companhia avalia indicadores fontes internas e externas de informação, nos termos do IAS 36/CPC 01 - *Redução ao Valor Recuperável de Ativos*.

Como resultado dos testes de *impairment* realizados, a Companhia não identificou cenário de desvalorização ou reversão de perdas por *impairment* para nenhum ativo ou UGC.

14.1 Ativos com vida útil definida

A Companhia não identificou indicativos de *impairment* nos ativos com vida útil definida.

14.2 Ativos com vida útil indefinida

14.2.1 Metodologia

A metodologia utilizada pela Companhia para a determinação do valor recuperável de todas as suas UGCs é o valor justo líquido de despesas de venda, utilizando múltiplos do lucro antes do resultado financeiro, imposto sobre a renda e despesas com depreciação e amortização (“EBITDA”), observados no mercado em transações precedentes de negócios comparáveis, na indústria cervejeira nacional e internacional. Os valores utilizados pela Companhia nesta abordagem são baseados em fontes de informação externas. Esta mensuração se classifica no nível 2 da hierarquia de valor justo, uma vez que a principal fonte de informação utilizada pela Companhia para determinar o valor recuperável foi múltiplos de EBITDA praticados em transações observadas envolvendo negócios comparáveis. Como parte desta análise de múltiplos, a Companhia estabeleceu que as UGCs cujo capital investido seja superior a 7 vezes o seu EBITDA devem ter seu valor recuperável determinado com base na abordagem de valor justo menos os custos de venda, para determinar se tal valor excede seu valor contábil. Na última análise efetuada pela Companhia, para o exercício de 2023, apenas o Chile e Panamá atenderam ao critério pré-determinado. Além disso a UGC Brasil também foi incluída no escopo de teste, por ser a UGC mais representativa do Grupo.

Deste modo, para as UGCs Brasil, Panamá e Chile, a Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa descontado para a determinação do valor recuperável, de forma a corroborar as conclusões alcançadas pela aplicação da abordagem de valor justo líquido de despesas de venda, de que o valor recuperável destas UGCs não excede seu valor contábil reconhecido.

14.2.2 Premissas-chave

Os julgamentos, principais estimativas e premissas-chave aplicados nos cálculos de fluxo de caixa descontado de tais UGCs são os seguintes:

- O primeiro ano do modelo é baseado na melhor estimativa do fluxo de caixa para o ano em curso;
- Para o segundo ano do modelo, os fluxos de caixa são baseados no plano estratégico aprovado pela Administração. O plano estratégico é preparado por país e é baseado em fontes externas em relação aos pressupostos macroeconômicos, evolução da indústria, inflação e taxas de câmbio, experiência passada e iniciativas em termos de *market share*, receita, custos e capital de giro;
- Do terceiro ao décimo ano do modelo, os fluxos de caixa são extrapolados utilizando o crescimento de volume, índice de preços *market share* esperado para cada UGC. No caso do Chile, levamos em consideração as melhores estimativas da Administração local;
- As projeções são feitas na moeda funcional da unidade de negócios e descontadas pelo custo médio ponderado da unidade de capital (“WACC”, em sua sigla em inglês), considerando-se as sensibilidades nesta métrica.

Para essas análises de fluxo de caixa, a taxa de crescimento aplicada variou entre 1,2% e 8,1%. O WACC nominal aplicado em moeda local para cada UGC foi o seguinte:

UGC	2023
Chile	9,83%
Panamá	10,72%
Brasil	12,38%

Embora a Companhia acredite que seus julgamentos, premissas e estimativas sejam adequados, os resultados reais podem diferir dessas estimativas sob premissas ou condições mercadológicas ou macroeconômicas diferentes.

14.2.3 Análise de sensibilidade

Com base no cenário provável, foi construída análise de sensibilidade para um acréscimo ou redução de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Em qualquer combinação, o valor do fluxo de caixa foi superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

Política contábil

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, como imobilizado e ativo intangível com vida útil definida são revisados, no mínimo, anualmente, para avaliar a existência de indicativos de redução ao valor de recuperação. Caso exista algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado, e o valor não recuperável é reconhecido como um *impairment* no resultado do exercício. Essa avaliação é efetuada para os ativos individualmente ou aos menores grupos identificáveis de ativos que geram entradas de caixa independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos, também entendidos como UGCs.

O ágio, os intangíveis ainda não disponíveis para uso e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm os respectivos valores recuperáveis testados, no mínimo, anualmente, no nível de unidade de negócios (que é um nível abaixo do segmento reportado), independentemente da existência de indicadores, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável. Uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

O valor de recuperação de intangíveis com vida útil indefinida baseia-se primeiramente em um critério de valor justo, pelo qual se aplicam múltiplos que refletem transações de mercado atuais a indicadores que determinam a rentabilidade do ativo ou ao fluxo de *royalties* que poderia ser obtido com o licenciamento do ativo intangível a terceiros, em condições normais de mercado.

O valor de recuperação dos demais ativos é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo menos os custos de venda, e o seu valor em uso. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. O valor recuperável das UGCs às quais o ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida pertencem é baseado no valor justo líquido de despesas de venda, utilizando múltiplos de EBITDA observados no mercado em combinações de negócios precedentes envolvendo negócios comparáveis na indústria cervejeira. Para algumas UGCs, esses cálculos são corroborados pela utilização da abordagem de valor justo líquido de despesas de venda, em que fluxos de caixa futuros de tais UGCs são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações correntes de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidos em unidades geradoras de caixa primeiramente reduzem o valor do ágio alocado na UGC e posteriormente afetam o valor dos ativos que compõem a unidade. Reversões de perdas reconhecidas anteriormente podem ocorrer, exceto as perdas por redução do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura. Os ativos não financeiros são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil anterior ao reconhecimento do *impairment*, líquido de depreciação ou amortização.

15. CONTAS A PAGAR

		Controladora	Consolidado
		2023	2022
Fornecedores		13.370,5	13.269,2
Partes relacionadas (nota 31)		1.000,9	1.646,5
Passivo circulante		14.371,4	14.915,7
Fornecedores		106,8	159,7
Partes relacionadas (nota 31)		21.440,4	21.191,9
Passivo não circulante		21.547,2	21.351,6
Total		35.918,6	36.267,3
		23.502,4	24.837,9

O ajuste a valor presente referente às obrigações registradas no contas a pagar em 31 de dezembro de 2023 totalizam R\$269 milhões (R\$223 milhões em 31 de dezembro de 2022) na Controladora e R\$308 milhões (R\$367 milhões em 31 de dezembro de 2022) no Consolidado.

As controladas da Companhia na Argentina, Chile, Paraguai e Panamá possuem transações de desconto de duplicatas com endosso (securitização do contas a pagar) com fornecedores no montante de R\$159,0 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$219,3 milhões em 31 de dezembro de 2022), reportados no Consolidado. Em geral, referidas transações de desconto acontecem por imposições legais existentes nestas jurisdições. Estas transações mantêm características comerciais, uma vez que não há alterações nas condições previamente estabelecidas e fica a exclusivo critério do fornecedor realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia.

Os valores que a Controladora tem a pagar a partes relacionadas correspondem, principalmente, a contratos de mútuo celebrados com controladas integrais da Companhia, cujo incremento decorre da variação cambial e da celebração de novo contrato não liquidado durante o exercício, conforme nota 31 - *Partes relacionadas*.

Política contábil

Contas a pagar a fornecedores são reconhecidas, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando relevantes, os valores de contas a pagar a fornecedores são ajustados pelo seu valor presente, sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: i) o montante a ser descontado; ii) as datas de liquidação; e iii) a taxa de desconto, conforme IFRS13/CPC 46 - *Mensuração do Valor Justo* e CPC 12 - *Ajuste a Valor Presente*. O ajuste a valor presente de compras a prazo é registrado nas contas a pagar e tem como contrapartida a conta de custo dos produtos vendidos, pela fruição de prazo de pagamentos.

Contratos de empréstimos intragruo de longo prazo

A Companhia possui contratos de mútuo de longo prazo, em moeda estrangeira, firmados com subsidiárias integrais sediadas no exterior, cujos montantes são reconhecidos no contas a pagar da Controladora. Conforme o determinado pelo IAS

Ambev S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00 - NIRE 35.300.368.941

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2023 (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as dívidas apresentavam as seguintes taxas:

	2023			Controladora		
				2022		
	Taxa média ao ano	Circulante	Circulante	Taxa média ao ano	Circulante	Circulante
Instrumentos de Dívida						
Dívida em Reais - taxa flutuante (TJLP e TR)	9,5%	13,4	111,6	9,6%	12,3	125,1
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa	2,9%	103,2	194,3	2,9%	113,3	266,4
Dívida em Reais - ICMS taxa variável	6,6%	33,0	85,1	7,0%	31,1	61,7
Dívida em Reais - taxa fixa	11,3%	635,2	739,5	9,5%	362,1	1.044,4
Total		784,9	1.130,5		518,8	1.497,6

	2023			2022		
	Taxa média ao ano	Circulante	Circulante	Taxa média ao ano	Circulante	Circulante
Instrumentos de Dívida						
Dívida denominada em USD - taxa fixa	14,0%	0,0	—	14,0%	6,2	—
Outras moedas latino-americanas - taxa fixa	11,5%	124,6	281,0	10,4%	98,8	322,5
Dívida denominada em CAD - taxa fixa	5,6%	130,1	350,2	5,3%	123,3	387,7
Dívida Reais - taxa flutuante (TJLP e TR)	9,5%	13,4	111,6	9,6%	12,3	125,1
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa	2,9%	103,2	194,3	2,9%	113,3	266,4
Dívida em Reais - ICMS taxa variável	6,6%	33,0	85,1	7,0%	31,1	61,7
Dívida em Reais - taxa fixa	11,2%	893,7	1.180,7	9,4%	597,6	1.624,7
Total		1.298,1	2.203,0		982,6	2.788,1

16.1 Movimentação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento

As tabelas abaixo detalham as alterações nos passivos da Companhia decorrentes de atividades de financiamento, incluindo mudanças monetárias e não monetárias. Passivos decorrentes de atividades de financiamento são aqueles para os quais fluxos de caixa ou fluxos de caixa futuros serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa das atividades de financiamento:

	2023		2022	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
	518,8	1.497,6	377,9	1.142,5
Saldo inicial				
Proventos de empréstimos	—	49,8	—	267,0
Liquidação de empréstimos	(220,4)	—	(129,2)	—
Transferência entre circulante e não circulante	682,8	(682,8)	424,0	(424,0)
Novos contratos de arrendamento	395,7	235,3	192,1	421,3
Juros de arrendamentos	95,4	—	71,7	—
Pagamentos de arrendamentos	(687,3)	—	(447,1)	—
Outros movimentos	(0,1)	30,6	29,4	90,8
Saldo final	784,9	1.130,5	518,8	1.497,6

	2023		2022	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
	982,6	2.788,1	847,1	2.253,5
Saldo inicial				
Proventos de empréstimos	—	49,8	7,9	267,0
Liquidação de empréstimos	(226,6)	(0,8)	(230,2)	—
Variação cambial	(19,6)	(52,8)	(17,4)	(56,8)
Transferência entre circulante e não circulante	1.238,0	(1.238,0)	761,0	(761,0)
Novos contratos de arrendamento	524,4	629,5	469,2	905,3
Juros de arrendamentos	193,1	—	159,3	—
Pagamentos de arrendamentos	(1.373,2)	—	(1.014,0)	—
Outros movimentos	(20,6)	27,2	(0,3)	180,1
Saldo final	1.298,1	2.203,0	982,6	2.788,1

16.2 Maturidade dos contratos

Os montantes acima têm o seguinte fluxo de pagamento previsto:

	2023					Controladora	
						2022	
	2024	2025	2026	2027	> 2028	Saldo em 31 de dezembro:	2023
Empréstimos bancários com garantia	14,6	14,7	16,1	36,8	44,1	126,2	174,1
Outros empréstimos com garantia ⁽ⁱ⁾	136,3	151,5	114,8	3,7	9,3	415,7	472,6
Arrendamentos	634,1	319,2	187,8	172,1	60,3	1.373,5	1.369,7
	784,9	485,4	318,7	212,6	113,7	1.915,4	2.016,4
	Consolidado					Saldo em 31 de dezembro:	
						2023	
	2024	2025	2026	2027	> 2028	2023	2022
Empréstimos bancários com garantia	14,9	14,7	16,1	36,8	44,0	126,5	180,7
Outros empréstimos com garantia ⁽ⁱ⁾	136,3	151,5	114,8	3,7	9,3	415,7	472,6
Arrendamentos	1.146,9	481,8	472,4	385,0	472,8	2.958,9	3.117,4
	1.298,1	648,0	603,3	425,5	526,1	3.501,1	3.770,7

⁽ⁱ⁾ Nomenclatura alterada para Outros empréstimos com garantia, inclusive para fins comparativos.

16.3 Cláusulas contratuais (covenants)

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, assim como em 31 de dezembro de 2022, as dívidas da Companhia tinham direitos iguais de pagamento, não havendo subordinação entre elas.

A maioria dos contratos financeiros preveem cláusulas restritivas (*covenants*), tais como: atos que possam diminuir a capacidade de pagamento dos financiamentos; manutenção dos ativos da Companhia, com a finalidade de assegurar que todos permaneçam em condições de uso; limitação para realização de operações de aquisição, fusão, venda ou alienação de seus ativos; divulgação de demonstrações contábeis e balanços patrimoniais; não constituição de garantias reais em novas dívidas contratadas, entre outras. Estas cláusulas restritivas são aplicáveis a partir da data de celebração e entrada em vigor de cada contrato, na medida em que os eventos previstos contratualmente ocorram. A depender da materialidade de cada um dos eventos e de seus efeitos adversos para a Companhia e/ou suas subsidiárias e/ou os direitos de seus credores, podem ser aplicadas penalidades contratuais, sendo uma delas o vencimento antecipado do respectivo contrato.

Em determinados contratos, na hipótese de ocorrência de qualquer um dos eventos previstos nas referidas cláusulas restritivas, pode ser concedido à Companhia um prazo de cura para saneamento de eventual inadimplemento contratual, a fim de evitar penalidades decorrentes da quebra de obrigação.

Em 31 de dezembro de 2023, assim como em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atendeu a todos os compromissos contratuais de suas operações de empréstimos e financiamentos.

16.4 Garantias e contrapartidas contratuais

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia preveem a prestação de garantias diversas, tais como fianças e imóveis, ou são sem garantia, exceto com relação às linhas de crédito FINAME contratadas pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), em que foram prestadas garantias reais sobre os ativos adquiridos com o crédito concedido. Estes financiamentos contratados junto ao BNDES estão sujeitos às "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES" ("Disposições") e, de acordo com referidas Disposições, os tomadores de empréstimos, como a Companhia, não poderão, sem a prévia anuência do BNDES, por exemplo: (i) assumir novas dívidas (exceto as previstas em referidas Disposições); (ii) conceder preferência a outros créditos; e/ou (iii) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente (exceto nos casos previstos em referidas Disposições).

Em relação aos incentivos fiscais nas modalidades de financiamento ou empréstimo subsidiado, estes estão sujeitos ao cumprimento de diversas contrapartidas conforme as respectivas previsões constantes dos atos normativos ou atos concessivos estaduais, tais como: (i) manutenção ou geração de empregos no longo prazo; (ii) realização de investimentos; (iii) incremento na capacidade produtiva, (iv) compromissos de arrecadação de ICMS, (v) manutenção de regularidade fiscal; dentre outras, condições estas que referem-se a fatos sob controle da Companhia. Estes compromissos são aplicáveis a partir da data de assinatura dos respectivos contratos relacionados aos benefícios fiscais.

16.5 Contratos de arrendamento por prazo e taxa de desconto

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("*spread*" de crédito). Os *spreads* foram obtidos por meio de sondagens junto às instituições financeiras. A tabela a seguir evidencia a média ponderada das taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa % a.a.
2023	2023
2023 - 2027	11,15%
2028 - 2035	11,48%

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de créditos de PIS e COFINS a recuperar embutidos na contraprestação de arrendamento nas operações ocorridas no Brasil, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	
	Nominal	Ajustado a valor presente
	2.502,5	2.069,1
Fluxo de caixa	231,5	191,4
Contraprestação do arrendamento	2.274,0	2.260,5
PIS/COFINS potencial (9,25%)		

16.6 Divulgações adicionais requeridas pela CVM para contratos de arrendamento

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento vigentes em 31 de dezembro de 2023, descontados pela taxa nominal:

	2024	2025	2026	2027	2028-2035
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	1.857,5	1.090,8	660,2	330,1	330,2
Fluxo com projeção de inflação	1.937,3	1.122,2	679,5	340,3	340,1
Variação	4,3%	2,9%	2,9%	3,1%	3,0%
Direito de uso líquido - saldo final					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	1.819,2	1.088,9	646,4	295,8	213,3
Fluxo com projeção de inflação	1.907,7	1.120,4	665,3	305,0	219,7
Variação	4,9%	2,9%	2,9%	3,1%	3,0%
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	220,0	141,6	80,9	48,6	62,4
Fluxo com projeção de inflação	239,3	147,4	83,4	50,1	64,4
Variação	8,8%	4,0%	3,0%	3,0%	3,2%
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	1.025,6	655,2	446,8	303,1	213,1
Fluxo com projeção de inflação	1.069,9	674,3	459,9	312,4	219,5
Variação	4,3%	2,9%	2,9%	3,1%	3,0%

Política contábil

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo deduzidos dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecido no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

A política contábil aplicada aos passivos de arrendamento está divulgada na nota 11 - *Imobilizado*.

17. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em processos administrativos, judiciais e em arbitragens decorrentes do curso normal dos negócios. Devido à sua natureza, tais processos envolvem incertezas a eles inerentes, incluindo, mas não limitado a decisões de cortes e tribunais, acordos entre as partes envolvidas e ações governamentais e, como consequência disso, a Administração não pode, no estágio atual, estimar o tempo exato de resolução desses temas.

17.1 Provisões

A Companhia e algumas de suas subsidiárias estão envolvidas em processos, principalmente de natureza tributária, cível e trabalhista, considerados como prováveis de perda, os quais estão totalmente provisionados, nos termos do CPC 25/IAS 37 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*.

17.1.1 Principais processos com probabilidade de perda provável

Tributos sobre vendas: a Companhia e suas subsidiárias possuem no Brasil diversos processos administrativos e judiciais referentes aos tributos ICMS, IPI, PIS e COFINS considerados como prováveis de perda. Estes processos envolvem compensações, suposta insuficiência de recolhimento de tributos, apropriação de créditos tributários, entre outros.

Trabalhistas: a Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados, incluindo de empresas prestadoras de serviços terceirizados. Tais processos envolvem principalmente horas extras, seus reflexos e respectivos encargos.

Cíveis: a Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em processos cíveis considerados como prováveis de perda. A parcela mais relevante desses processos foi ajuizada por ex-distribuidores, principalmente no Brasil, e trata, em sua maioria, de pedidos de indenização pelo término da relação contratual de distribuição com a Companhia.

17.1.2 Movimentação das provisões

	Controladora				
	Tributos sobre vendas	Trabalhistas	Cíveis	Demais Tributos ⁽ⁱ⁾	Total
	206,5	79,3	77,0	85,5	448,3
Saldo em 31 de dezembro de 2021					
Provisões constituídas	116,3	148,5	268,3	30,7	563,8
Provisões utilizadas	(84,0)	(123,8)	(18,7)	(3,5)	(230,0)
Provisões revertidas	(37,7)	(14,7)	(2,0)	(14,3)	(68,7)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	201,1	89,3	324,6	98,4	713,4
Provisões constituídas	121,4	187,8	187,1	70,5	566,8
Provisões utilizadas	(15,1)	(136,1)	(117,9)	(6,7)	(275,8)
Provisões revertidas	(69,9)	(34,6)	(71,8)	(4,1)	(180,4)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	237,5	106,4	322,0	158,1	824,0

	Consolidado				
	Impostos sobre vendas	Trabalhistas	Cíveis	Demais Tributos ⁽ⁱ⁾	Reestruturação
	218,6	124,2	252,9	163,0	17,4
Saldo em 31 de dezembro de 2021					
Efeito de conversão de balanço	—	(4,6)	(17,5)	(8,1)	(2,0)
Provisões constituídas	157,6	194,2	312,7	60,1	—
Provisões utilizadas	(85,8)	(162,0)	(196,6)	(7,2)	(3,6)
Provisões revertidas	(43,3)	(19,7)	(15,6)	(15,0)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022	247,1	132,1	335,9	192,8	11,8
Efeito de conversão de balanço	—	(2,8)	(35,8)	(6,3)	(0,5)
Provisões constituídas	135,7	247,8	234,5	75,7	3,2
Provisões utilizadas	(27,3)	(181,7)	(121,9)	(40,8)	(11,2)
Provisões revertidas	(73,2)	(45,5)	(72,5)	(19,1)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	282,3	149,9	340,2	202,3	3,3

⁽ⁱ⁾ Demais tributos referem-se a provisões para processos que tratam de outros tributos não relacionados à tributação sobre a renda. Os tratamentos fiscais incertos relativos a tributos incidentes sobre o lucro com prognóstico de perda provável têm seus valores reportados diretamente na rubrica de *imposto de renda e contribuição social a recolher*, nos termos do ICPC 22/IFRIC 23 - *Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro*.

17.1.3 Expectativa de desembolso das provisões

	Controladora				
	2023				
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante
Provisão para disputas e litígios					
Tributos sobre vendas	69,6	167,9	237,5	34,8	166,3
Trabalhistas	45,0	61,4	106,4	15,4	73,9
Cíveis	225,9	96,1	322,0	56,2	268,4
Demais tributos	5,3	152,8	158,1	17,2	81,2
Total de provisão para disputas e litígios	345,8	478,2	824,0	123,6	589,8
Total das provisões	345,8	478,2	824,0	123,6	589,8

	Consolidado				
	2023				
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante

Provisão para disputas e litígios						
Tributos sobre vendas	113,7	168,6	282,3	53,3	193,8	247,1
Trabalhistas	67,2	82,7	149,9	27,2	104,9	132,1
Cíveis	226,8	113,4	340,2	72,9	263,0	335,9
Demais tributos	7,4	194,9	202,3	22,7	170,1	192,8
Total de provisão para disputas e litígios	415,1	559,6	974,7	176,1	731,8	907,9
Reestruturação	3,3	—	3,3	4,6	7,2	11,8
Total das provisões	418,4	559,6	978,0	180,7	739,0	919,7

Ambev S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00 - NIRE 35.300.368.941

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2023 (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro Conforme aplicação do ICPC 22/IFRIC 23 (nota explicativa 9 - Imposto de renda e contribuição social)		Estimativa (em milhões de reais)		Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro Conforme aplicação do ICPC 22/IFRIC 23 (nota explicativa 9 - Imposto de renda e contribuição social)		Estimativa (em milhões de reais)	
#	Descrição dos principais processos	2023	2022	#	Descrição dos principais processos	2023	2022
2	Glosa de créditos de impostos pagos no exterior Desde 2014, a Companhia vem recebendo autuações, relativas aos anos-calendário de 2007 em diante, que glosam a utilização de créditos de imposto de renda pago no exterior por suas empresas controladas. Por reputar que tais cobranças são ilegítimas, a Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. Em novembro de 2019, foi proferida decisão favorável definitiva pelo CARF cancelando a autuação com relação a um dos casos, que abarca o ano-calendário de 2010. Para os casos envolvendo os anos-calendário de 2015 e 2016, a Companhia recebeu decisões desfavoráveis, na esfera administrativa, em três dos quatro processos referentes a esses anos-calendário. A Ambev ingressou com medida judicial para discussão da matéria e aguarda decisão em primeira instância judicial. Ainda com relação ao tema, foram lavrados novos autos de infração exigindo multa isolada devido à suposta ausência de pagamento mensal do IRPJ e CSLL em razão da utilização de créditos de imposto de renda pago por controladas no exterior para os anos-calendário de 2015 a 2018. Para os casos envolvendo os anos-calendário de 2015 e 2016, foi proferida decisão desfavorável à Companhia em primeira instância administrativa, em face da qual a Ambev apresentou recurso voluntário que aguarda julgamento pelo CARF. Com relação aos autos de infração para os anos-calendário de 2017 e 2018, aguarda-se julgamento em primeira instância administrativa. Em relação aos demais processos que discutem referido tema, a Companhia aguarda decisões nas esferas administrativa e judicial. O valor atualizado deste tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, já atuado, é de aproximadamente R\$14,3 bilhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$12,6 bilhões em 31 de dezembro de 2022) e, em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período. O referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, quanto aos créditos de imposto de renda pago no exterior, continuou a ser aplicado pela Companhia e impactou anos-calendário subsequentes aos atuados (2018-2023). Caso ocorram novos questionamentos no futuro, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos dos autos de infração referidos, a Companhia estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com o período já atuado.	14.302	12.596	9	Glosa de despesas financeiras e perdas em investimentos Em 2015, 2016 e 2020, a Companhia recebeu autos de infração lavrados pela RFB referentes à glosa de despesas relacionadas aos resultados dos instrumentos financeiros de proteção utilizados contra riscos inerentes às oscilações de preço ou de taxa, bem como empréstimos relacionados com as atividades operacionais da Companhia. Em maio e junho de 2023, a Ambev foi intimada das decisões administrativas favoráveis definitivas para as autuações recebidas em 2016 e 2020, as quais cancelaram integralmente os autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais, no valor aproximado de R\$5,1 bilhões. Com relação à autuação recebida em 2015, aguarda-se julgamento pelo CARF, tanto do recurso de ofício do Fisco sobre a parcela da decisão de primeira instância que foi favorável à Companhia, quanto do recurso apresentado pela Companhia sobre a parcela da decisão de primeira instância em que restou vencida. O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, é de aproximadamente R\$316 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$5,2 bilhões em 31 de dezembro de 2022). Em virtude de sua classificação, não houve provisão realizada no período. Com relação à presente discussão, todos os períodos impactados por referido tratamento fiscal incerto já foram objeto de autuações pela RFB.	316	5.200
3	Ágio Inbev Holding Em dezembro de 2011, a Companhia recebeu um primeiro auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") referente, principalmente, à glosa de despesas de amortização do ágio, nos anos-calendário de 2005 a 2010, decorrente da incorporação da InBev Holding Brasil S.A. Na esfera administrativa, foram proferidas decisões parcialmente favoráveis. Em face dessas decisões, a Companhia ingressou com medidas judiciais para discussão da matéria em que ficou vencida em sede administrativa, as quais aguardam julgamento de primeira instância. Em junho de 2016, a Ambev recebeu um segundo auto de infração lavrado pela RFB relativo à glosa da amortização da parcela remanescente do referido ágio, nos anos-calendário de 2011 a 2013. Em abril de 2023, a Companhia obteve decisão parcialmente favorável definitiva na esfera administrativa. Para a parcela da discussão em que restou vencida, a Companhia ingressou com medida judicial, que aguarda julgamento de primeira instância. O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, é de aproximadamente R\$6,5 bilhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$11,1 bilhões em 31 de dezembro de 2022) e, em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período. Com relação à presente discussão, todos os períodos impactados por referido tratamento fiscal incerto já foram objeto de autuações pela RFB. Na eventualidade de a Companhia ser requerida a pagar este montante, a Anheuser-Busch InBev SA/NV reembolsará o valor proporcional (70%) ao seu benefício decorrente da amortização do ágio referido, bem como os respectivos custos, nos termos do <i>"Reimbursement Agreement"</i> celebrado em 21 de dezembro de 2011, entre Companhia de Bebidas das Américas - Ambev e Anheuser-Busch InBev SA/NV.	6.505	11.122	10	Ágio MAG Em dezembro de 2022, a CRBS S.A. (subsidiária da Ambev) recebeu um auto de infração relacionado ao ágio amortizado nos anos-calendário de 2017 a 2020 referente à aquisição e incorporação da RTD Barbados na CRBS. Na esfera administrativa, a CRBS recebeu decisão de parcial procedência pela DRJ, a qual foi objeto de recursos interpostos pela Companhia e Fazenda Nacional, que aguardam julgamento pelo CARF. O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, já atuado, é de aproximadamente R\$278 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$251 milhões em 31 de dezembro de 2022). Em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período. O referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, continuou a ser aplicado pela CRBS e impactou anos-calendário subsequentes aos atuados (2021-2022). Caso ocorram novos questionamentos no futuro, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos do auto de infração referido, a Companhia estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com o período já atuado.	278	251
4	Lucros auferidos no exterior Desde 2005, a Companhia e algumas de suas subsidiárias têm recebido autuações por parte da RFB com relação à tributação de lucros auferidos por subsidiárias domiciliadas no exterior, sob diversos fundamentos. Por reputar que tais cobranças são ilegítimas, a Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. Os processos em trâmite na esfera administrativa possuem decisões parcialmente favoráveis, ainda sujeitas a reexame pela última instância administrativa, a CSRF. Por sua vez, nos processos em trâmite na esfera judicial, a Companhia possui decisões favoráveis, sujeitas a reexame pela instância superior. Em 2022 e 2023, o CARF proferiu decisões favoráveis e parcialmente favoráveis à Companhia. As decisões proferidas cancelaram parte das autuações reconhecendo como parcialmente corretos os cálculos realizados pela Companhia em relação ao lucro tributável no Brasil das empresas domiciliadas no exterior, bem como a impossibilidade de o Fisco brasileiro reconsiderar a amortização do ágio realizado por controlada no exterior. Parte dessas decisões representaram êxito definitivo no valor aproximado de R\$1 bilhão, ao passo que para as demais decisões foram apresentados recursos pela Fazenda Nacional, os quais aguardam julgamento pela CSRF. O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, já atuado, é de aproximadamente R\$6,1 bilhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$7,3 bilhões em 31 de dezembro de 2022). Este tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, continuou a ser aplicado pela Companhia e impactou anos-calendário subsequentes aos atuados (2019-2023). Caso ocorram novos questionamentos no futuro, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos dos autos de infração referidos, a Companhia estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com os períodos já atuados.	6.075	7.280	11	Utilização de prejuízo fiscal em incorporação A Companhia é parte em autos de infração lavrados pela RFB que visam a cobrança de suposto crédito tributário decorrente da não concordância do Fisco com o aproveitamento integral de prejuízo fiscal acumulado para abatimento do lucro real por empresas em seu último ano de existência, decorrente de incorporação. Dois principais processos que tratam da matéria encontram-se em discussão na esfera judicial. Em um dos casos, a Ambev recebeu decisões favoráveis em 1ª e 2ª instâncias judiciais, motivo pelo qual a Fazenda Nacional apresentou Recurso Especial, que aguarda julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça ("STJ"). No segundo processo, a Ambev recebeu decisão desfavorável em 1ª instância judicial e apresentou Recurso de Apelação, que aguarda julgamento. Em dezembro de 2023, havia um terceiro processo em discussão na esfera administrativa que, em fevereiro de 2023, havia sido julgado de forma desfavorável à Companhia pela CSRF, por voto de qualidade. Em função do resultado do julgamento e considerando as reduções previstas na Lei nº 14.689/2023, após o recebimento da notificação sobre a decisão, a Companhia optou pelo pagamento do processo em dezembro de 2023, com as devidas reduções. O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, em 31 de dezembro de 2023, é de aproximadamente R\$187 milhões (R\$548 milhões em 31 de dezembro de 2022), e, portanto, não houve provisão feita sobre a matéria. Com relação à presente discussão, todos os períodos impactados por referido tratamento fiscal incerto já foram objeto de autuações pela RFB.	187	548
5	Lucro da Exploração Em janeiro de 2020, a Arosuco (subsidiária da Ambev) recebeu autuação da RFB, relativa aos anos-calendário de 2015 a 2018, glosando o benefício de redução do Imposto de Renda previsto na Medida Provisória nº 2199-14/2001, com base no Lucro da Exploração. Em outubro de 2020, a Arosuco foi intimada da decisão desfavorável em primeira instância administrativa e apresentou Recurso Voluntário, que aguarda julgamento. O valor atuado atualizado deste tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, já atuado, é de aproximadamente R\$2,6 bilhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$2,3 bilhões em 31 de dezembro de 2022). Em virtude da avaliação das chances de perda, não houve provisão realizada no período. O referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, impactou anos-calendário subsequentes aos atuados (2019-2023), em que a Arosuco igualmente se beneficiou da redução do Imposto de Renda prevista na referida MP 2199-14/2001. Caso ocorram novos questionamentos no futuro sobre a mesma matéria, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos dos autos de infração referidos, a Arosuco estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com o período já atuado.	2.618	2.334	12	Multa isolada em compensações tributárias Em março de 2023, o STF, no julgamento do tema 736 (RE 796.939), firmou seu entendimento no sentido de ser inconstitucional a imposição de multa isolada pela negativa de homologação de compensações tributárias. Diante do julgamento, a Companhia reavaliou, juntamente com seus advogados internos e assessores externos, o prognóstico da discussão e reclassificou o risco de perda de possível para remoto. O valor envolvido nos processos relativos a esse tema, em 31 de março de 2023, era de R\$1,6 bilhão (R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2022). Em virtude do prognóstico de perda remota, os processos relativos a esse tema deixaram de ser reportados como contingências possíveis no primeiro trimestre de 2023.	–	1.690
6	Ágio BAH Em outubro de 2013, a Ambev recebeu auto de infração relacionado ao ágio amortizado nos anos-calendário de 2007 a 2012 referente à incorporação da Beverage Associates Holding Limited ("BAH") na Ambev. Em abril e agosto de 2018, a Ambev recebeu dois novos autos de infração relativos à glosa da amortização da parcela remanescente do referido ágio nos anos-calendário 2013 e 2014. Na esfera administrativa, foram proferidas decisões parcialmente favoráveis à Companhia, com relação à multa qualificada e decadência para um dos períodos em discussão. Em face dessas decisões, a Companhia ingressou com medidas judiciais para discussão da matéria em que ficou vencida em sede administrativa, obtendo decisões de total procedência em primeira instância judicial. A Fazenda Nacional apresentou recursos de apelação, os quais aguardam julgamento em segunda instância judicial. O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, é de aproximadamente R\$1,4 bilhão em 31 de dezembro de 2023 (R\$2,2 bilhões em 31 de dezembro de 2022). Em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período. Com relação à presente discussão, todos os períodos impactados por referido tratamento fiscal incerto já foram objeto de autuações pela RFB.	1.412	2.218	1	Tributos indiretos	Estimativa (em milhões de reais)	
7	Ágio CND Holdings Em novembro de 2017, a Companhia recebeu um auto de infração relacionado ao ágio amortizado nos anos-calendário de 2012 a 2016 referente à incorporação da CND Holdings na Ambev. Na esfera administrativa foi proferida decisão parcialmente favorável pelo CARF, que foi objeto de recursos interpostos pela Companhia e pela Fazenda Nacional e que aguardam julgamento pelo Câmara Superior de Recursos Fiscais ("CSRF"), última instância administrativa. Em outubro de 2022, a Ambev recebeu um novo auto de infração relativo à glosa da amortização da parcela remanescente do referido ágio no ano-calendário de 2017. A Companhia recebeu decisão de parcial procedência em primeira instância administrativa ("DRJ"), a qual foi objeto de recursos interpostos pela Companhia e pela Fazenda Nacional e que aguardam julgamento pelo CARF. O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, é de aproximadamente R\$1,4 bilhão em 31 de dezembro de 2023 (R\$1,3 bilhão em 31 de dezembro de 2022). Em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão realizada no período. Com relação à presente discussão, todos os períodos impactados por referido tratamento fiscal incerto já foram objeto de autuações pela RFB.	1.372	1.257	#	Descrição dos principais processos	2023	2022
8	Lucro Presumido Em abril de 2016, a Arosuco (subsidiária da Ambev) recebeu autuação relacionada à utilização de lucro presumido para o cálculo do IRPJ e da CSLL em detrimento do método de lucro real. Em setembro de 2017, a Arosuco foi intimada da decisão desfavorável em primeira instância administrativa e apresentou recurso voluntário. Em 2019, foi proferida decisão favorável definitiva pelo CARF, cancelando a autuação. Em março de 2019, a Arosuco recebeu novo auto de infração da mesma matéria e apresentou defesa. Em outubro de 2019, a primeira instância administrativa proferiu decisão desfavorável e a Arosuco interpsôs recurso voluntário para o CARF, o qual aguarda julgamento. A Arosuco estima que o valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, é de aproximadamente R\$633,4 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$581,5 milhões em 31 de dezembro de 2022). Em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão realizada no período. Com relação à presente discussão, todos os períodos impactados por referido tratamento fiscal incerto já foram objeto de autuações pela RFB.	633,4	581,5	1	ICMS - ST Gatilho A Companhia e suas subsidiárias, ao longo dos anos, receberam autos de infração para cobrança de supostas diferenças de ICMS que alguns estados entendem devidas, no regime de substituição tributária, nas hipóteses em que o preço de venda dos produtos atinge valores próximos ou superiores aos parâmetros estabelecidos nas pautas fiscais publicadas pelos Estados, casos em que as autoridades fiscais estaduais entendem que a base de cálculo deve ser baseada no preço da operação acrescido de uma margem de valor agregado e não no valor da pauta. Por reputar que tal cobrança é ilegítima, as empresas estão questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. A Companhia estima que o valor total atualizado de risco possível envolvido nos processos desta matéria, em 31 de dezembro de 2023, é de aproximadamente R\$10,7 bilhões (R\$9,3 bilhões em 31 de dezembro de 2022).	10.669	9.292
9	Lucro da Exploração Em janeiro de 2020, a Arosuco (subsidiária da Ambev) recebeu autuação da RFB, relativa aos anos-calendário de 2015 a 2018, glosando o benefício de redução do Imposto de Renda previsto na Medida Provisória nº 2199-14/2001, com base no Lucro da Exploração. Em outubro de 2020, a Arosuco foi intimada da decisão desfavorável em primeira instância administrativa e apresentou Recurso Voluntário, que aguarda julgamento. O valor atuado atualizado deste tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, já atuado, é de aproximadamente R\$2,6 bilhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$2,3 bilhões em 31 de dezembro de 2022). Em virtude da avaliação das chances de perda, não houve provisão realizada no período. O referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, impactou anos-calendário subsequentes aos atuados (2019-2023), em que a Arosuco igualmente se beneficiou da redução do Imposto de Renda prevista na referida MP 2199-14/2001. Caso ocorram novos questionamentos no futuro sobre a mesma matéria, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos dos autos de infração referidos, a Arosuco estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com o período já atuado.	2.618	2.334	2	Zona Franca de Manaus - IPI e PIS/COFINS Com relação ao IPI, algumas unidades da Ambev registram crédito presumido de IPI nas aquisições de insumos isentos fabricados na Zona Franca de Manaus ("ZFM"). Desde 2009, a Ambev tem recebido autos de infração glosando estes créditos, bem como despachos decisórios não homologando compensações efetuadas com base em créditos de IPI oriundo dessas operações. Em abril de 2019, o STF concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 592.891/SP, com efeitos vinculantes, autorizando os contribuintes a registrarem créditos presumidos de IPI sobre aquisições de matérias-primas e insumos isentos oriundos da Zona Franca de Manaus. Por conta disso, a Companhia reclassificou parte dos valores relacionados aos processos de IPI para perda remota, mantendo como perda possível apenas os valores relacionados a outras discussões adicionais que não foram objeto de análise pelo STF. Com relação ao PIS e à COFINS, em 2019 a Arosuco, (subsidiária da Ambev localizada na ZFM), recebeu auto de infração questionando a aplicação de alíquota zero nas vendas de determinados insumos para a Companhia. As empresas estão discutindo a matéria nos tribunais administrativos e judiciais. A Companhia estima que o valor atualizado classificado como perda possível envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2023, é de aproximadamente R\$6,3 bilhões (R\$5,8 bilhões em 31 de dezembro de 2022).	6.307	5.825
10	Ágio MAG Em dezembro de 2022, a CRBS S.A. (subsidiária da Ambev) recebeu um auto de infração relacionado ao ágio amortizado nos anos-calendário de 2017 a 2020 referente à aquisição e incorporação da RTD Barbados na CRBS. Na esfera administrativa, a CRBS recebeu decisão de parcial procedência pela DRJ, a qual foi objeto de recursos interpostos pela Companhia e Fazenda Nacional, que aguardam julgamento pelo CARF. O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, já atuado, é de aproximadamente R\$278 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$251 milhões em 31 de dezembro de 2022). Em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período. O referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, continuou a ser aplicado pela CRBS e impactou anos-calendário subsequentes aos atuados (2021-2022). Caso ocorram novos questionamentos no futuro, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos do auto de infração referido, a Companhia estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com o período já atuado.	278	251	3	IPI Suspensão No decorrer dos anos de 2014 e 2015, a Ambev recebeu autos de infração lavrados pela RFB para cobrança do IPI supostamente devido na remessa de produtos acabados entre suas unidades. A Companhia está discutindo a matéria nos tribunais administrativos e judiciais. Em outubro de 2022, a Câmara Superior de Recursos Fiscais julgou parcialmente favorável um dos processos administrativos. A Ambev aguarda a intimação da decisão para avaliar se a parcela desfavorável da decisão poderá ser contestada na via judicial. Em âmbito judicial, a primeira decisão obtida em processo sobre este tema foi proferida em julho de 2022 e seu resultado foi desfavorável aos interesses da Companhia, motivo pelo qual foi apresentado recurso ao Tribunal, o qual aguarda julgamento. A Ambev estima que o valor atualizado classificado como perda possível envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2023, é de aproximadamente R\$1,8 bilhão (R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2022).	1.824	1.703
11	Utilização de prejuízo fiscal em incorporação A Companhia é parte em autos de infração lavrados pela RFB que visam a cobrança de suposto crédito tributário decorrente da não concordância do Fisco com o aproveitamento integral de prejuízo fiscal acumulado para abatimento do lucro real por empresas em seu último ano de existência, decorrente de incorporação. Dois principais processos que tratam da matéria encontram-se em discussão na esfera judicial. Em um dos casos, a Ambev recebeu decisões favoráveis em 1ª e 2ª instâncias judiciais, motivo pelo qual a Fazenda Nacional apresentou Recurso Especial, que aguarda julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça ("STJ"). No segundo processo, a Ambev recebeu decisão desfavorável em 1ª instância judicial e apresentou Recurso de Apelação, que aguarda julgamento. Em dezembro de 2023, havia um terceiro processo em discussão na esfera administrativa que, em fevereiro de 2023, havia sido julgado de forma desfavorável à Companhia pela CSRF, por voto de qualidade. Em função do resultado do julgamento e considerando as reduções previstas na Lei nº 14.689/2023, após o recebimento da notificação sobre a decisão, a Companhia optou pelo pagamento do processo em dezembro de 2023, com as devidas reduções. O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, em 31 de dezembro de 2023, é de aproximadamente R\$187 milhões (R\$548 milhões em 31 de dezembro de 2022), e, portanto, não houve provisão feita sobre a matéria. Com relação à presente discussão, todos os períodos impactados por referido tratamento fiscal incerto já foram objeto de autuações pela RFB.	187	548	4	PIS/COFINS sobre bonificações Desde 2015 a Ambev vem sendo autuada pela RFB para cobrança de valores supostamente devidos a título de PIS e COFINS sobre bonificações concedidas a seus clientes. Por reputar que tais cobranças são ilegítimas, a Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. Em março de 2023, o CARF proferiu decisões favoráveis à Companhia em dois processos, reconhecendo como correto o tratamento fiscal dado pela Companhia às bonificações concedidas, no valor aproximado de R\$1,1 bilhão. A Companhia aguarda ser notificada dessas decisões para avaliar, juntamente com seus assessores externos, a interposição de eventuais recursos, bem como para eventualmente reavaliar a probabilidade de perda da disputa. A Ambev estima que o valor envolvido nos processos em 31 de dezembro de 2023, classificado como perda possível, seja de aproximadamente R\$1,8 bilhão (R\$1,8 bilhão em 31 de dezembro de 2022).	1.776	1.559
12	Multa isolada em compensações tributárias Em março de 2023, o STF, no julgamento do tema 736 (RE 796.939), firmou seu entendimento no sentido de ser inconstitucional a imposição de multa isolada pela negativa de homologação de compensações tributárias. Diante do julgamento, a Companhia reavaliou, juntamente com seus advogados internos e assessores externos, o prognóstico da discussão e reclassificou o risco de perda de possível para remoto. O valor envolvido nos processos relativos a esse tema, em 31 de março de 2023, era de R\$1,6 bilhão (R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2022). Em virtude do prognóstico de perda remota, os processos relativos a esse tema deixaram de ser reportados como contingências possíveis no primeiro trimestre de 2023.	–	1.690	5	ICMS - ZFM Em 2018 e 2021, a Ambev recebeu autos de infração lavrados pelas Secretarias de Fazenda dos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo para cobrança de supostas diferenças de ICMS decorrentes da glosa de crédito oriundo de operações realizadas com fornecedores localizados na Zona Franca de Manaus. Com relação ao auto de infração lavrado pelo estado do Rio Grande do Sul, o desfecho foi desfavorável na esfera administrativa, sendo que a Companhia aguarda a intimação da decisão proferida pelo Tribunal Administrativo para avaliar, juntamente com seus assessores externos, a apresentação de contestação na via judicial. Com relação às autuações lavradas pelo estado de São Paulo, todas tiveram decisões desfavoráveis em primeira instância, sendo que um dos processos já está em última instância administrativa, tendo em vista o recurso especial apresentado pela Companhia. Os demais casos aguardam o julgamento pelo TIT. A Companhia está discutindo a matéria nos tribunais administrativos dos estados. A Companhia estima que o valor atualizado classificado como perda possível envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2023, é de aproximadamente R\$804,4 milhões (R\$730,3 milhões em 31 de dezembro de 2022).	804,4	730,3



Ambev S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00 - NIRE 35.300.368.941

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2023 (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Tributos indiretos	Estimativa (em milhões de reais)	
#	Descrição dos principais processos	2023	2022
6	ICMS - PRODEPE Em 2015, a Ambev recebeu Autos de Infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco para cobrança de diferenças de ICMS pelo suposto descumprimento das regras do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco - "PRODEPE", por conta da retificação de suas obrigações acessórias. Em 2017, a Companhia obteve uma decisão final favorável reconhecendo a nulidade de um dos autos de infração, por conta de erros formais. Entretanto, em setembro de 2018, a Ambev recebeu um novo auto de infração para discutir a mesma matéria. Nesse novo caso, em junho de 2020 foi proferida decisão de primeira instância parcialmente favorável à Companhia, reconhecendo erros do auditor fiscal no cálculo do incentivo. A parcela favorável da decisão é definitiva e, para a parcela desfavorável, a discussão seguirá para a esfera judicial. Além disso, existem outros autos de infração relacionados ao PRODEPE, sendo que alguns deles já estão sendo discutidos no âmbito judicial. A Companhia estima que o valor total atualizado de risco possível envolvido nos processos desta matéria, em 31 de dezembro de 2023, é de aproximadamente R\$739,4 milhões (R\$663,9 milhões em 31 de dezembro de 2022).	739,4	663,9
7	ICMS - FAIN Nos últimos anos, a Ambev recebeu autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado da Paraíba para cobrança de ICMS relacionada ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba - "FAIN". As autuações decorrem de controvérsia acerca da transferência do incentivo fiscal da sucedida Companhia de Bebidas das Américas à sua sucessora Ambev S.A., bem como de questões metodológicas acerca do cálculo do benefício. A Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. A Ambev estima que o valor atualizado classificado como perda possível envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2023, seja de aproximadamente R\$647,4 milhões (R\$591,4 milhões em 31 de dezembro de 2022).	647,4	591,4
8	ICMS - AM Em 2016, a Arosuco (subsidiária da Ambev) recebeu autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas para cobrança de supostas diferenças de ICMS em virtude de questionamentos acerca da base de cálculo aplicada nas operações de venda pela Ambev às suas subsidiárias. Após decisões de primeira instância desfavoráveis à Arosuco, foram apresentados recursos, que aguardam julgamento no tribunal administrativo do estado. A Arosuco estima que o valor atualizado classificado como perda possível envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2023, é de aproximadamente R\$605,8 milhões (R\$561,5 milhões em 31 de dezembro de 2022).	605,8	561,5
9	ICMS Guerra Fiscal Ao longo dos anos, a Companhia e suas subsidiárias receberam autos de infração lavrados pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, entre outros, relacionados à legalidade da apropriação de créditos de ICMS em operações contempladas por incentivos fiscais concedidos por outros estados da Federação. A Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. Em agosto de 2020, o STF julgou, pela sistemática de repercussão geral, o RE 628.075, em que foi reconhecida a constitucionalidade da glosa unilateral, pelos estados de destino, dos créditos de ICMS oriundos de incentivos fiscais concedidos por outros estados da Federação. A decisão também reconheceu que eventual cobrança destes créditos deve preservar os efeitos da convalidação dos incentivos fiscais, conforme disposto na Lei Complementar nº 160/2017. Essa decisão não altera a probabilidade de perda dos casos em curso envolvendo a Companhia e suas subsidiárias. Com relação às autuações recebidas do estado de São Paulo em relação aos créditos originários do estado do Amazonas, houve decisões desfavoráveis na segunda instância administrativa no segundo trimestre de 2022. Nestes casos, a Companhia apresentou recursos perante a segunda instância administrativa no mesmo ano. Em dezembro de 2023, houve decisão favorável do STF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF nº 1004) para reconhecer a inconstitucionalidade das decisões do Fisco paulista que questionavam a validade dos créditos oriundos do estado do Amazonas. Assim, ainda que a Companhia não seja parte deste julgamento no STF, houve um impacto favorável nos casos em discussão, acarretando reavaliação da probabilidade de êxito dos casos sobre este tema de possível para remoto, reduzindo a contingência reportada em aproximadamente R\$1 bilhão. Por sua vez, no que tange a outras autuações recebidas dos estados de São Paulo e Minas Gerais, entre outros, houve outras decisões favoráveis em 2023, com impacto no valor total da contingência possível reportada. A Ambev estima que o valor atualizado envolvido nos processos, em 31 de dezembro de 2023, ainda classificados como perda possível, é de aproximadamente R\$530 milhões (R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2022).	530	1.690
10	ICMS - MIP A companhia e suas subsidiárias, ao longo dos anos, têm recebido autuações dos Fiscos Estaduais glosando créditos de ICMS, bem como exigindo o recolhimento do diferencial de alíquotas (DIFAL) na aquisição de materiais intermediários de produção. No entendimento do Fisco, tais materiais não estariam fisicamente relacionados à atividade produtiva da unidade autuada e, portanto, deveriam ser considerados bens de uso e consumo, os quais não dão direito a crédito do imposto. Por reputarem estas alegações ilegítimas, as empresas estão questionando estas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. Foram constituídas provisões em processos sobre esta matéria no valor atualizado em 31 de dezembro de 2023 de aproximadamente R\$116 milhões (R\$113,4 milhões em dezembro de 2022). Tais provisões estão divulgadas nessa nota explicativa no item 17.1. - Provisões. A Companhia estima que o valor total atualizado de risco possível envolvido nos processos desta matéria, em 31 de dezembro de 2023, é de aproximadamente R\$447,5 milhões (R\$388,7 milhões em 31 de dezembro de 2022).	447,5	388,7

	Outros processos	Estimativa (em milhões de reais)	
#	Descrição dos principais processos	2023	2022
1	Ação coletiva referente à Labatt em Quebec A Labatt e outras empresas terceiras foram nomeadas rés em uma ação coletiva interposta no Tribunal Superior de Quebec, Canadá, buscando ressarcimento por danos compensatórios não quantificados. Os autores alegam que as rés deixaram de alertar sobre determinados riscos à saúde decorrentes do consumo de bebidas alcoólicas produzidas pelas rés. Uma outra classe de autores alega, ainda, que suas doenças foram causadas pelo consumo de produtos das rés. O prosseguimento da ação coletiva ainda não foi admitido pelo referido Tribunal.	-	-

17.2.2 Principais contingências ativas

As principais contingências ativas estão sumarizadas nos quadros abaixo.

#	Descrição dos principais processos		
1	Exclusão do ICMS e do ICMS-ST das bases de cálculo do PIS e da COFINS Em 2017, o STF decidiu que é inconstitucional a inclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS (Tema 69 da repercussão geral). Em 13 de dezembro de 2023, o STJ julgou o Tema 1.125 de forma favorável aos contribuintes, ou seja, pela exclusão do ICMS-ST das bases de cálculo do PIS e da COFINS dos contribuintes substituídos, estando pendente a publicação do respectivo acórdão. Desta maneira, no período de 2017 a 2023, a Companhia e suas controladas reconheceram créditos tributários extemporâneos no valor de R\$10,5 bilhões. Os valores ainda não compensados permanecem registrados no ativo (vide nota 8 - <i>Tributos a recuperar</i>) e se referem substancialmente ao crédito tributário do "REFRI" (período de 2009 a 2015), cuja ação judicial encontra-se em fase de pericia. Referidos valores foram reconhecidos em conformidade com o IAS 37/CPC 25 - <i>Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes</i> , tendo em vista (i) a realização do ganho ser praticamente certa, de acordo com as decisões proferidas pelo STF no Tema 69 e pelo STJ no Tema 1.125, e as circunstâncias específicas de cada caso concreto, bem como em virtude (ii) do valor poder ser estimado com razoável segurança, mediante o levantamento dos respectivos documentos e quantificação do indébito. Para questões adicionais referentes a esse assunto, o ativo contingente passível de estimativa corresponde a aproximadamente R\$0,2 bilhão. Eventualmente, valores adicionais poderão ser divulgados e reconhecidos.		
2	Arbitragem Cerbuco Brewing Inc. A Cerbuco Brewing Inc., ("Cerbuco"), subsidiária canadense da Ambev, detém 50% do capital social na Cervceria Bucanero S.A. ("Bucanero"), uma <i>joint venture</i> em Cuba. Em 2021, a Cerbuco instaurou um processo arbitral na Câmara de Comércio Internacional ("ICC"), relativo a um potencial descumprimento de determinadas obrigações relativas à tal <i>joint venture</i> , sendo que a ata de missão da ICC foi formalmente executada em 2022. A depender do desfecho do processo arbitral, poderá haver impacto na capacidade da Cerbuco de influenciar a administração das operações da Bucanero. Como resultado, nossa capacidade de continuar consolidando Bucanero em nossas demonstrações financeiras também poderá ser afetada. Segundo os advogados da Cerbuco, a probabilidade de perda estimada nesse caso é possível. O impacto financeiro envolvido ainda não pode ser estimado, pois depende do resultado da arbitragem.		

Política contábil

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados; (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e (iii) o valor pode ser estimado com razoável segurança.

As provisões, exceto as mencionadas no tópico de disputas e litígios, são mensuradas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes dos impostos, que refleta as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo, e quando apropriado, os riscos específicos da obrigação.

A mensuração da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

a) Disputas e litígios

A provisão para disputas e litígios é reconhecida quando é mais provável do que improvável que a Companhia será obrigada a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados a várias reivindicações, processos e ações iniciados tanto por terceiros quanto pela Companhia, relativos às leis antitrustes, violação dos acordos de distribuição e licenciamentos, questões ambientais, disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

b) Passivos contingentes

A Companhia e suas subsidiárias têm ações de natureza tributária, cível e trabalhista definidas como passivos contingentes, nos termos do CPC 25/IAS 37 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*, para as quais não há provisão constituída, em virtude da avaliação de prognóstico realizada pela Administração. Os passivos contingentes não são reconhecidos, mas são divulgados nesta nota explicativa.

c) Ativos contingentes

Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os estágios dos processos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis. Os ativos contingentes não são reconhecidos. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a Companhia divulga o ativo contingente. Quando a Administração da Companhia entende que é praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, neste caso, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a mudança de estimativa.

d) Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia possui um plano detalhado e aprovado de reestruturação e quando a reestruturação já foi iniciada ou anunciada. Gastos relacionados às atividades normais e à conduta futura da Companhia não são provisionados, mas reconhecidos quando incorrida uma despesa. A provisão inclui os compromissos relacionados aos benefícios que serão pagos pela Companhia aos funcionários desligados na reestruturação.

A partir do quarto trimestre de 2023, a nomenclatura de Provisões foi alterada para Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

18. BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

A Companhia patrocina benefícios pós-emprego como aposentadoria, assistência médica, odontológica e entre outros para funcionários do Brasil e das subsidiárias localizadas na República Dominicana, Barbados, Panamá, Uruguai, Bolívia, Argentina e Canadá com base no salário dos funcionários e no tempo de serviço destes. As entidades são regidas pelas regulamentações locais e pelas práticas individuais de cada país, como também pela relação da Companhia com os fundos de pensão e a composição deles. Os benefícios pós-emprego de aposentadoria são administrados através de fundos de pensão, e são classificados como planos de contribuição definida ou de benefício definido. Os planos de pensão de benefício definido e os outros benefícios pós-emprego não são concedidos para novas aposentadorias.

18.1 Planos de contribuição definida

Esses planos são custeados pelos participantes e pela patrocinadora, e são administrados por fundos de pensão. Durante o exercício de 2023, a Companhia contribuiu com R\$91,3 (R\$82,0 durante o exercício de 2022) para esses fundos, sendo esse montante considerado como despesa. Uma vez que as contribuições foram pagas, a Companhia não tem mais obrigações.

18.2 Planos de benefício definido

O passivo líquido de planos de benefício definido, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Valor presente das obrigações custeadas	(1.676,0)	(1.693,5)	(5.365,5)	(5.476,5)
Valor justo dos ativos do plano	1.860,4	1.843,0	4.604,6	4.543,3
Valor presente de obrigações custeadas líquidas	184,4	149,5	(760,9)	(933,2)
Valor presente das obrigações não custeadas	(256,2)	(223,4)	(917,2)	(921,0)
Valor presente das obrigações líquidas	(71,8)	(73,9)	(1.678,1)	(1.854,2)
Teto de ativo ("asset ceiling")	(182,6)	(163,3)	(182,6)	(163,3)
Passivos	(254,4)	(237,2)	(1.860,7)	(2.017,5)
Outros benefícios a funcionários de longo prazo	(70,5)	(54,9)	(93,9)	(87,1)
Total dos benefícios a funcionários	(324,9)	(292,1)	(1.954,6)	(2.104,6)
Valor dos benefícios a funcionários registrados no balanço patrimonial				
Passivos	(326,7)	(294,2)	(2.011,9)	(2.161,2)
Ativos	1,8	2,1	57,3	56,6
Passivos líquidos	(324,9)	(292,1)	(1.954,6)	(2.104,6)

As mudanças no valor presente das obrigações de benefício definido estão demonstradas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Obrigação com benefícios definidos em 1º de janeiro	(1.916,9)	(1.891,5)	(6.397,5)	(6.519,7)
Custo de serviços	(6,2)	(5,5)	(30,8)	(47,0)
Custo de juros	(182,6)	(157,2)	(413,2)	(353,2)
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	-	-	9,2	3,8
Contribuições dos participantes do plano	-	-	(4,2)	(5,6)
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas geográficas	11,5	-	11,5	-
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas financeiras	(107,0)	190,0	(297,0)	1.333,6
Ajustes de experiência	102,9	(234,3)	91,2	(171,5)
Efeito de variação cambial	-	-	216,7	787,7
Benefícios pagos	166,1	181,6	531,4	574,4
Obrigação com benefícios definidos em 31 de dezembro	(1.932,2)	(1.916,9)	(6.282,7)	(6.397,5)

A movimentação do valor justo dos ativos dos planos de pensão de benefício definido está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	1.843,0	1.832,1	4.543,3	5.638,0
Receita de juros	176,6	153,2	318,1	262,1
Custos de administração	-	-	(5,2)	(5,2)
Retorno esperado excluindo receita de juros	(14,6)	13,0	101,7	(614,6)
Contribuições da Ambev	21,4	26,3	280,5	316,0
Contribuições dos participantes do plano	-	-	4,6	5,8
Diferenças cambiais	-	-	(102,0)	(482,6)
Acordos, liquidações e outros	-	-	(4,8)	(1,8)
Benefícios pagos excluindo custos de administração	(166,0)	(181,6)	(531,6)	(574,4)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	1.860,4	1.843,0	4.604,6	4.543,3

A Fundação Zerrener é uma entidade legalmente distinta que tem por principal finalidade proporcionar aos funcionários e administradores atuais e alguns aposentados da Ambev no Brasil assistência médico-hospitalar e odontológica, auxiliar em cursos profissionalizantes e superiores, manter estabelecimentos para auxílio e assistência a idosos, entre outros, por meio de ações diretas ou mediante convênios de auxílios financeiros com outras entidades.

Na Fundação Zerrener o valor presente das obrigações custeadas inclui R\$633,3 em 31 de dezembro de 2023 (R\$665,4 em 31 de dezembro de 2022), de dois planos de assistência médica para os quais os benefícios são providos diretamente pela Fundação. O retorno real dos ativos em 31 de dezembro de 2023 foi um ganho de R\$162,0 na Controladora e R\$419,7 no Consolidado (ganho/(perda) de R\$166,1 na Controladora e R\$(352,5) no Consolidado em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou um montante de R\$1,8 na Controladora e R\$57,3 no Consolidado (R\$2,1 na Controladora e R\$56,6 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022), referente ao limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros.

As mudanças no limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Impacto do limite sobre o reconhecimento de ativo em 1º de janeiro	2,1	2,4	56,6	27,9
Receita/(despesa) de juros	0,2	0,2	4,9	-
Alterações excluindo os montantes incluídos na receita/(despesa) de juros	(0,5)	(0,5)	(0,1)	30,2
Efeito de variação cambial	-	-	(4,1)	(1,5)
Impacto do limite sobre o reconhecimento de ativo em 31 de dezembro	1,8	2,1	57,3	56,6

A receita/(despesa) reconhecida no resultado em relação aos planos de benefício definido está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custos de serviços correntes	(6,2)	(5,5)	(30,8)	(47,0)
Custos de administração	-	-	(5,2)	(5,2)
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	-	-	4,7	2,2
Resultado operacional	(6,2)	(5,5)	(31,3)	(50,0)
Custo financeiro	(22,3)	(19,6)	(114,3)	(107,8)
Total da despesa com benefícios a funcionários	(28,5)	(25,1)	(145,6)	(157,8)

A receita/(despesa) com benefícios a funcionários foram incluídas nos seguintes itens do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Outras receitas/(despesas) operacionais	-	-	-	(0,1)
Custo de vendas	-	-	(15,1)	(26,4)
Despesas comerciais	-	-	(7,3)	(9,4)
Receitas/(despesas) administrativas	(6,2)	(5,5)	(8,9)	(14,1)
Despesas financeiras	(22,3)	(19,6)	(114,3)	(107,8)
	(28,5)	(25,1)	(145,6)	(157,8)

As premissas atuariais utilizadas no cálculo das obrigações estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023 ⁽ⁱ⁾	2022 ⁽ⁱ⁾
Taxa de desconto	4,6% a 11,7%	10,0%	4,6% a 11,7%	5,1% a 11,0%
Inflação	3,5%	3,5%	2,0% a 3,5%	2,0% a 3,5%
Aumentos de salários futuros	4,1%	5,4%	1,0% a 7,1%	1,0% a 7,1%
Aumentos de pensão futuros	3,5%	3,5%	2,7% a 3,8%	2,7% a 3,8%
Tendência de custo com plano de saúde	7,1% ao ano com redução 7,1%	7,1% ao ano com redução 7,1%	6,4% a 7,1% ao ano com redução 7,1%	6,4% a 7,1% ao ano com redução 7,1%
Tendência de custo com plano odontológico	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%
Expectativa de vida para homens acima de 65 anos	85	85	84 a 87	84 a 87
Expectativa de vida para mulheres acima de 65 anos	88	88	86 a 89	86 a 89

⁽ⁱ⁾ Compreende as premissas dos países do Brasil, América Central e Caribe, América Latina - sul e Canadá.

18.3 Riscos

Através de seus planos de pensão de benefício definido e planos médicos pós-emprego, a Companhia está exposta a uma série de riscos, os mais significativos estão detalhados a seguir.

Volatilidade do ativo

Os passivos dos planos são calculados utilizando uma taxa de desconto definida com referência aos títulos privados de alta qualidade, se os ativos do plano tiverem um desempenho menor que os rendimentos corporativos, a obrigação de benefício definido líquido da Companhia pode aumentar. Alguns planos custeados pela Companhia mantêm uma proporção de ações, que, conforme projeções da Companhia, superarão a rentabilidade de títulos privados a longo prazo, apesar de proporcionar volatilidade e risco no curto prazo. Os planos geralmente buscam reduzir o nível de risco dos investimentos, investindo mais em ativos que melhor correspondem aos passivos.

Mudanças nos rendimentos de títulos

Uma diminuição nos rendimentos de títulos privados aumentará os passivos do plano, o que seria parcialmente compensado por um aumento no valor das participações dos títulos dos planos.

Inflação

Algumas das obrigações de pensões da Companhia estão ligadas à inflação, e inflação mais alta levará a passivos superiores. A maioria dos ativos do plano não é afetada ou está vagamente correlacionada com a inflação, o que significa que um aumento da inflação poderia aumentar a obrigação de benefício líquida da Companhia.

Expectativa de vida

A maioria das obrigações dos planos proporciona benefícios durante a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.

Estratégia de investimento

No caso dos planos custeados, a Companhia garante que as posições de investimento são geridas dentro de um quadro de correspondências entre ativos e passivos, que foi desenvolvido para atingir investimentos de longo prazo que estão em consonância com as obrigações decorrentes dos regimes de pensões. Dentro deste quadro de correspondências entre ativos e passivos, o objetivo da Companhia é combinar ativos às obrigações de pensão através de investimentos em títulos de rendimento fixo de longo prazo com vencimentos que coincidem com os pagamentos de benefícios na data de vencimento e na moeda apropriada.

18.4 Sensibilidade

As sensibilidades das obrigações de benefício definido em relação às principais premissas ponderadas estão demonstradas abaixo:

Em milhões de reais		Controladora			
		2023		2022	
	Alteração na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Custos com planos de saúde	100 pontos base	(73,5)	62,9	(71,0)	61,0
Taxa de desconto	50 pontos base	83,9	(90,5)	79,2	(86,3)
Aumento de salário futuro	50 pontos base	(10,4)	8,2	(10,7)	10,1
Longevidade	Um ano	(66,8)	65,9	(62,6)	61,9



Ambev S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00 - NIRE 35.300.368.941

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2023
(em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em milhões de reais	Consolidado				
	2023		2022		
	Alteração na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Custos com planos de saúde	100 pontos base	(95,2)	82,2	(94,3)	81,8
Taxa de desconto	50 pontos base	284,8	(302,4)	307,9	(328,0)
Aumento de salário futuro	50 pontos base	(17,3)	14,7	(17,6)	16,5
Longevidade	Um ano	(201,0)	196,1	(221,5)	213,5

Os dados apresentados acima representam flutuações puramente hipotéticas nas premissas individuais, mantendo todas as demais premissas constantes: as condições econômicas e suas mudanças sempre afetam, ao mesmo tempo, as demais premissas e seus efeitos não são lineares.

18.5 Ativos do plano

A composição dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	2023			2022		
	Cotado	Não-cotado	Total	Cotado	Não-cotado	Total
Títulos públicos	33%	–	33%	67%	–	67%
Outros	67%	–	67%	33%	–	33%

	Consolidado					
	2023			2022		
	Cotado	Não-cotado	Total	Cotado	Não-cotado	Total
Títulos públicos	43%	–	43%	43%	–	43%
Títulos corporativos	10%	–	10%	10%	–	10%
Instrumentos patrimoniais	15%	–	15%	15%	–	15%
Caixa	6%	–	6%	6%	–	6%
Outros	26%	–	26%	26%	–	26%

A taxa de retorno global esperada é calculada pela ponderação das taxas individuais de acordo com sua participação prevista no total da carteira de investimentos.

A Ambev espera contribuir com aproximadamente R\$27,8 na Controladora e R\$231,5 no Consolidado para os seus planos de benefício definido em 2024.

Política contábil

Benefícios pós-emprego

Benefícios pós-emprego incluem benefícios de aposentadoria administrados, no Brasil, pelo Instituto Ambev de Previdência Privada (“IAPP”), e de assistência médica e odontológica administrados pela Fundação Zerrener. Os planos de pensão normalmente são mantidos por pagamentos feitos tanto pela Companhia quanto pelos participantes, considerando as recomendações dos atuários independentes. Os planos de assistência médica e odontológica são mantidos pelos rendimentos dos ativos da Fundação Zerrener, podendo a Companhia contribuir com parte de seu lucro para a Fundação Zerrener em caso de necessidade. A Companhia possui planos de aposentadoria superavitários e deficitários.

a) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais ou construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado nos períodos corrente e anteriores. As contribuições desses planos são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas.

b) Planos de benefício definido

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Para os planos de benefício definido, as despesas são avaliadas para cada plano individualmente, utilizando o método de crédito unitário projetado. O crédito unitário projetado considera cada período de serviço como sendo uma unidade de benefício adicional para mensurar cada unidade separadamente. Baseado nesse método, o custo de prover a aposentadoria é reconhecido no resultado do exercício durante o período de serviço dos funcionários, e compreendem o custo do serviço corrente, juros, custo do serviço passado e o efeito de quaisquer acordos e liquidações. As obrigações do plano reconhecidas no balanço patrimonial são mensuradas com base no valor presente dos desembolsos futuros utilizando uma taxa de desconto equivalente às taxas de títulos do governo com vencimento semelhante ao da obrigação, menos o valor justo dos ativos do plano.

Custos de serviço passado resultam da introdução de um novo plano ou mudança de um plano existente. Eles são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício, na data do que ocorrer primeiro: (i) acordos/liquidações, ou (ii) quando a empresa reconhece custos relacionados à reestruturação ou à terminação, a menos que as mudanças estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

As premissas atuariais são estabelecidas para antecipar eventos futuros e são utilizadas no cálculo das pensões e outras despesas com benefícios a empregados de longo prazo. Esses fatores incluem premissas com relação às taxas de juros, custo com plano de saúde, taxa de desconto, aumentos de salários e pensão futuros além de expectativa de vida. Tais estimativas são revisadas anualmente por atuários independentes.

Ganhos e perdas atuariais compreendem os efeitos das diferenças entre premissas atuariais prévias e o que de fato ocorreu, e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado abrangente.

Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (*asset ceiling*) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no período em que ocorrem. Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes.

Quando o montante calculado de um plano de benefício definido é negativo (um ativo), a Companhia reconhece tais ativos (despesas antecipadas) na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

c) Outras obrigações pós-emprego

A Companhia e algumas de suas subsidiárias patrocinam benefícios de assistência médica, reembolso de gastos com medicamentos e outros benefícios, para alguns funcionários aposentados, não sendo concedidos tais benefícios para novas aposentadorias. Os custos esperados desses benefícios são reconhecidos durante o período de emprego utilizando-se uma metodologia similar à do plano de benefício definido, inclusive os ganhos e perdas atuariais.

d) Benefícios de rescisão

Benefícios de rescisão são reconhecidos como despesa na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia está comprometida com um plano formal detalhado de terminar o vínculo empregatício antes da data normal de aposentadoria, sem possibilidade real de retratá-lo; e (ii) quando a Companhia reconhecer custos de reestruturação.

e) Bônus

Bônus concedidos a funcionários e administradores são baseados no atingimento de metas individuais e coletivas, pré-definidas. O valor estimado do bônus é reconhecido como despesa ao longo do exercício em que o empregado tiver prestado serviços, conforme estimativas de desembolsos futuros, na medida que os requisitos de atingimento sejam alcançados e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social autorizado, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$58.177,9 (R\$58.130,5 em 2022) era composto de 15.754 ações ordinárias (15.750 em 2022), escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionistas	2023		2022	
	Milhões de ações ordinárias	%	Milhões de ações ordinárias	%
Interbrew International B.V.	8.441,7	53,6%	8.441,8	53,6%
Ambrew S.A.R.L.	1.287,7	8,2%	1.287,7	8,2%
Fundação Zerrener	1.610,0	10,2%	1.610,0	10,2%
Mercado	4.410,0	28,0%	4.402,2	27,9%
Tesouraria	4,4	0,0%	8,5	0,1%
	15.753,8	100,0%	15.750,2	100,0%

	2023		2022	
	Milhões de ações ordinárias	Milhões de reais	Milhões de ações ordinárias	Milhões de reais
No início do exercício	15.750,2	58.130,5	15.744,4	58.042,5
Aumento de capital ^{o)}	3,6	47,4	5,8	88,0
No final do exercício	15.753,8	58.177,9	15.750,2	58.130,5

^{o)} Aumento de capital realizado por meio da emissão de ações, em conexão com o programa de pagamentos baseados em ações.

19.2 Reservas de capital

	Reservas de capital				
	Ações em tesouraria	Prêmio na emissão de ações	Outras reservas de capital	Pagamentos baseados em ações	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022	(1.037,7)	53.662,8	700,9	1.861,2	55.187,2
Aumento de capital	–	–	–	(64,3)	(64,3)
Compra de ações, resultado de ações em tesouraria e pagamentos baseados em ações	(35,7)	–	–	252,5	216,8
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.073,4)	53.662,8	700,9	2.049,4	55.339,7
Aumento de capital	–	–	–	(32,9)	(32,9)
Compra de ações, resultado de ações em tesouraria e pagamentos baseados em ações	61,6	–	–	111,2	172,8
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.011,8)	53.662,8	700,9	2.127,7	55.479,6

19.5 Ajustes de avaliação patrimonial

	Ajustes de avaliação patrimonial				
	Reservas de conversão	Hedge de fluxo de caixa	Ganhos/(perdas) atuariais	Opções concedidas sobre participação em controlada	Ganhos/(perdas) de participação
Saldo em 01 de janeiro de 2022	13.526,2	1.225,3	(1.131,5)	(6,7)	(121,7)
<i>Resultado Abrangente:</i>					
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	(6.772,2)	–	–	–	–
Hedge de fluxo de caixa	–	(316,7)	–	–	–
Ganhos/(perdas) atuariais	–	–	466,5	–	–
Resultado abrangente do exercício	(6.772,2)	(316,7)	466,5	–	–
Ganhos/(perdas) de participação	–	–	–	–	(2,8)
Imposto sobre dividendos fictos	–	–	–	–	(6,2)
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	–	–	–	–	(11,8)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.754,0	908,6	(665,0)	(6,7)	(130,7)
<i>Resultado Abrangente:</i>					
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	(9.212,4)	–	–	–	–
Hedge de fluxo de caixa	–	(210,8)	–	–	–
Ganhos/(perdas) atuariais	–	–	(13,2)	–	–
Resultado abrangente do exercício	(9.212,4)	(210,8)	(13,2)	–	–
Opções concedidas sobre participação em controlada	–	–	–	6,7	–
Ganhos/(perdas) de participação	–	–	–	–	(2,6)
Imposto sobre dividendos fictos	–	–	–	–	(12,4)
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	–	–	–	–	(11,8)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.458,4)	697,8	(678,2)	–	(145,7)

19.5.1 Reservas de conversão

As reservas de conversão abrangem todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações contábeis cuja moeda funcional é diferente do Real.

As reservas de conversão também compreendem a parcela do ganho ou perda dos passivos em moeda estrangeira e dos instrumentos financeiros derivativos caracterizados como *hedge* de investimento líquido efetivo.

19.5.2 Reservas de hedge de fluxo de caixa

As reservas de *hedge* compreendem a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de *hedge* de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício. Para mais informações ver - nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

19.5.3 Ganhos e perdas atuariais

Os ganhos e perdas atuariais abrangem a expectativa em relação às obrigações futuras nos planos de aposentadoria, consequentemente, os resultados destes ganhos e perdas atuariais são reconhecidos mensalmente com base na melhor

19.2.1 Compra de ações e resultado de ações em tesouraria

As ações em tesouraria abrangem as ações de emissão própria readquiridas pela Companhia e o resultado de ações em tesouraria, que se refere aos ganhos e perdas relacionados à realização das transações de pagamentos baseados em ações e outros. Segue abaixo a movimentação das ações em tesouraria:

	Resultado sobre ações em tesouraria		Total ações em tesouraria	
	Milhões de ações ordinárias	Milhões de reais	Milhões de reais	Milhões de reais
Saldo em 01 de janeiro de 2022	5,8	(98,1)	(939,6)	(1.037,7)
Alterações no exercício	2,7	(33,7)	(2,0)	(35,7)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8,5	(131,8)	(941,6)	(1.073,4)
Alterações no exercício	(4,1)	68,8	(7,2)	61,6
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4,4	(63,0)	(948,8)	(1.011,8)

19.2.2 Prêmio na emissão de ações

O prêmio na emissão de ações refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou recompra de ações.

19.2.3 Pagamentos baseados em ações

Diversos programas de remuneração baseada em ações e opções de compra de ações permitem que os executivos do Grupo adquiram ações da Companhia. A reserva de pagamentos baseados em ações foi impactada pela despesa de R\$264,8 na Controladora e R\$331,6 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023 (R\$238,4 na Controladora e R\$313,9 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022) (nota 28 - *Pagamento baseado em ações*).

19.3 Reservas de lucros

	Reservas de lucros			
	Reserva de investimentos	Reserva legal	Incentivos fiscais	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022	18.359,2	4,5	12.827,9	31.191,6
Reserva de incentivos fiscais	–	–	2.018,6	2.018,6
Reserva de investimentos	3.696,7	–	–	3.696,7
Saldo em 31 de dezembro de 2022	22.055,9	4,5	14.846,5	36.906,9
Reserva de incentivos fiscais	–	–	2.552,7	2.552,7
Reserva de investimentos	3.730,2	–	–	3.730,2
Saldo em 31 de dezembro de 2023	25.786,1	4,5	17.399,2	43.189,8

19.3.1 Reserva de investimentos

Do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções aplicáveis, destina-se a importância não superior a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado para a constituição de reserva de investimentos para que essa possa suportar investimentos futuros, conforme o definido no Estatuto Social da Companhia.

19.3.2 Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social.

19.3.3 Incentivos fiscais

A Companhia reconhece anualmente em seu patrimônio líquido, na conta de reserva de lucros, os valores de incentivos fiscais referentes às subvenções governamentais do exercício em vigor.

Em geral, tais incentivos estão relacionados a programas de desenvolvimento industrial que objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos estados. Nesses estados, os prazos de carência e fruição são previstos nos respectivos atos normativos e nos atos concessivos estaduais, a depender de sua natureza, e, quando existentes, as condições atreladas referem-se a fatos sob controle da Companhia.

O tratamento dispensado aos incentivos obedece às previsões contidas nas legislações federais, estaduais e municipais vigentes, em especial na Lei Complementar Federal nº 160/2017 e no Convênio CONFAZ nº 190/2017, bem como na Lei Federal nº 12.973/2014. Os incentivos fiscais estaduais relativos aos impostos sobre venda são reconhecidos como subvenções governamentais para investimento, em linha com a interpretação do Superior Tribunal de Justiça manifestada principalmente no julgamento do ERESP nº 1.517.492/PR, bem como no julgamento do Tema nº 1.182 e do Supremo Tribunal Federal, conforme as manifestações exaradas no julgamento do Tema 843.

19.3.4 Juros sobre o capital próprio/dividendos

Segundo a legislação brasileira, as empresas possuem a opção de distribuir juros sobre o capital próprio (“JCP”), calculados com base na taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), que são dedutíveis para fins de imposto de renda, nos termos da legislação aplicável e, quando distribuídos, podem ser considerados parte dos dividendos mínimos obrigatórios.

Conforme determina o Estatuto Social, a Companhia deve distribuir aos seus acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório relativo a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, uma quantia não inferior a 40% do seu lucro apurado conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado na forma da legislação aplicável, salvo em caso de incompatibilidade com a situação financeira da Ambev. O dividendo mínimo obrigatório inclui os montantes pagos a título de JCP.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2023:

Evento	Aprovação	Provento	Início pagamento	Exercício	Espécie e Classe de ação	Valor do provento	
						por ação	do provento
RCA	12/12/2023	Juros sobre o capital próprio	28/12/2023	2023	ON	0,7302	11.500,2
							11.500,2

Distribuição de JCP: de acordo com a recomendação do Comitê de Operações e Finanças da Companhia, conforme indicado na ata da Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 12 de dezembro de 2023, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram a distribuição de JCP à razão de R\$ 0,7302 por ação da Companhia, com base nos saldos disponíveis, no balanço extraordinário de 30 de novembro de 2023 (cujo levantamento foi aprovado pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 12 de dezembro de 2023) e na reserva de investimentos da Companhia, constante do balanço de 31 de dezembro de 2022, os quais são imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do mesmo exercício. A distribuição de JCP é tributada na forma da legislação em vigor, o que resultou em distribuição líquida de R\$ 0,6207 por ação da Companhia, exceto para os acionistas pessoas jurídicas que são imunes ou isentos por força do artigo 5º da Lei nº 11.053/04, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.196/05.

Referido pagamento foi efetuado em 28 de dezembro de 2023, com base na posição acionária de 19 de dezembro de 2023 no que se refere à B3 e 26 de dezembro de 2023 no que se refere à *New York Stock Exchange* - NYSE, sem incidência de correção monetária.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2022:

Evento	Aprovação	Provento	Início pagamento	Exercício	Espécie e Classe de ação	Valor do provento	
						por ação	do provento
RCA	06/12/2022	Juros sobre o capital próprio	29/12/2022	2022	ON	0,7623	11.999,8
							11.999,8

Distribuição de JCP: de acordo com a recomendação do Comitê de Operações e Finanças da Companhia, em reunião do Conselho da Administração realizada em 5 de dezembro de 2022, foi aprovada a distribuição de JCP à razão de R\$ 0,7623 por ação da Companhia, com base nos saldos disponíveis, no balanço extraordinário de 31 de outubro de 2022, e na reserva de investimentos da Companhia, constante do balanço de 31 de dezembro de 2021, os

Ambev S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00 - NIRE 35.300.368.941

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2023 (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

controlada, que, portanto, deveriam ser iguais. Diante disto, mesmo no caso em que a transação tenha sido realizada em condições normais de mercado e com efetivo desembolso de caixa, faz-se necessário um ajuste contábil nas demonstrações individuais equivalente à provisão do montante do ágio pago em contrapartida ao patrimônio da entidade, e com isto harmonizando-a às demonstrações consolidadas. Na incorporação de ações dos não-controladores da controlada Companhia de Bebidas das Américas, procedemos o referido ajuste reconhecendo a contrapartida da provisão no montante do ágio nesta conta patrimonial.

Política contábil

a) Capital social e ações em tesouraria

O capital da Companhia é composto apenas por ações ordinárias. A Companhia mantém ações em tesouraria para futura alienação, cancelamento ou para o pagamento dos programas de remuneração baseada em ações de seus executivos. Quando a Companhia recompra suas próprias ações, o montante pago, incluindo os custos diretamente atribuíveis, são reconhecidos em conta específica na rubrica de ações em tesouraria como uma redutora do patrimônio líquido.

20. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

(a) Segmentos reportáveis - exercícios findos em:

	Brasil		CAC		América Latina - Sul		Canadá		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Receita líquida	46.361,7	42.635,8	10.044,8	9.440,1	13.797,2	17.371,2	9.533,2	10.261,7	79.736,9	79.708,8
Custo dos produtos vendidos	(23.516,1)	(22.736,8)	(5.035,1)	(4.860,8)	(6.657,3)	(8.553,1)	(4.083,1)	(4.271,4)	(39.291,6)	(40.422,1)
Lucro bruto	22.845,6	19.899,0	5.009,7	4.579,3	7.139,9	8.818,1	5.450,1	5.990,3	40.445,3	39.286,7
Despesas logísticas	(6.428,6)	(6.111,1)	(853,1)	(1.020,7)	(1.614,3)	(2.159,5)	(1.854,6)	(2.104,0)	(10.750,6)	(11.395,3)
Despesas comerciais	(4.477,0)	(4.065,0)	(665,1)	(645,5)	(1.190,0)	(1.426,9)	(1.080,4)	(1.200,0)	(7.412,5)	(7.337,4)
Despesas administrativas	(3.563,2)	(3.346,0)	(413,0)	(333,6)	(659,5)	(835,0)	(638,0)	(722,2)	(5.273,7)	(5.236,8)
Outras receitas/(despesas) operacionais	1.892,5	2.361,3	26,3	(52,9)	95,0	192,7	15,1	12,8	2.028,9	2.513,9
Itens não usuais	(137,8)	(34,5)	(17,9)	(16,1)	(47,6)	(60,5)	(3,1)	(32,2)	(206,4)	(143,3)
Lucro operacional	10.131,5	8.703,7	3.086,9	2.510,5	3.723,5	4.528,9	1.889,1	1.944,7	18.831,0	17.687,8
Resultado financeiro líquido	(2.050,6)	(1.110,3)	(150,6)	(50,0)	(1.365,5)	(1.933,2)	(43,1)	(329,6)	(3.609,8)	(3.423,1)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(179,0)	(38,3)	2,5	0,1	—	—	(8,8)	9,1	(185,3)	(29,1)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7.901,9	7.555,1	2.938,8	2.460,6	2.358,0	2.595,7	1.837,2	1.624,2	15.035,9	14.235,6
Despesa com imposto de renda e contribuição social	2.214,9	2.787,7	(979,3)	(771,2)	(556,6)	(672,9)	(754,5)	(688,0)	(75,5)	655,6
Lucro líquido do exercício	10.116,8	10.342,8	1.959,5	1.689,4	1.801,4	1.922,8	1.082,7	936,2	14.960,4	14.891,2
EBITDA	14.077,6	12.028,8	3.868,3	3.315,6	4.689,9	5.725,4	2.427,8	2.545,2	25.063,6	23.615,0
Depreciação, amortização e impairment	(4.125,1)	(3.363,4)	(778,9)	(805,0)	(966,4)	(1.196,5)	(547,5)	(591,4)	(6.417,9)	(5.956,3)
Resultado financeiro líquido	(2.050,6)	(1.110,3)	(150,6)	(50,0)	(1.365,5)	(1.933,2)	(43,1)	(329,6)	(3.609,8)	(3.423,1)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	2.214,9	2.787,7	(979,3)	(771,2)	(556,6)	(672,9)	(754,5)	(688,0)	(75,5)	655,6
Lucro líquido do exercício	10.116,8	10.342,8	1.959,5	1.689,4	1.801,4	1.922,8	1.082,7	936,2	14.960,4	14.891,2
Margem EBITDA em %	30,4%	28,2%	38,5%	35,1%	34,0%	33,0%	25,5%	24,8%	31,4%	29,6%
Aquisição de imobilizado/intangível	3.365,5	4.062,9	593,4	968,4	782,2	1.112,8	1.263,0	389,0	6.004,1	6.533,1
Ativos segmentados	56.974,2	57.353,8	13.692,3	15.385,6	16.085,1	22.044,5	15.856,9	16.093,3	102.608,5	110.877,2
Eliminação entre segmentos	—	—	—	—	—	—	—	—	(2.162,1)	(2.533,0)
Ativos não segmentados ^(a)	—	—	—	—	—	—	—	—	32.197,9	29.613,8
Total do ativo	—	—	—	—	—	—	—	—	132.644,3	137.958,0
Passivos segmentados	28.841,3	29.153,2	4.981,5	5.098,0	5.095,4	6.843,6	5.131,0	5.053,7	44.049,2	46.148,5
Eliminação entre segmentos	—	—	—	—	—	—	—	—	(2.161,8)	(2.534,2)
Passivos não segmentados ^(a)	—	—	—	—	—	—	—	—	90.756,9	94.343,7
Total do passivo e patrimônio líquido	—	—	—	—	—	—	—	—	132.644,3	137.958,0

^(a) O saldo de ativos não segmentados diz respeito, em sua maioria, a valores de caixa e equivalentes, impostos e investimentos. O saldo de passivos não segmentados, por sua vez, diz respeito primordialmente a montantes do patrimônio líquido, de impostos e derivativos. Do total de ativos segmentados, os ativos não circulantes atribuídos ao Brasil (país de domicílio da Companhia) e ao Canadá totalizam R\$45,1 bilhões e R\$13,9 bilhões, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023 (R\$44,6 bilhões e R\$13,7 bilhões, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022). Do mesmo modo, a receita líquida atribuída às operações da Companhia na Argentina totaliza R\$6,3 bilhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$10,1 bilhões em 31 de dezembro de 2022), e os ativos não circulantes segmentados atribuídos a este mesmo país totalizam R\$5,9 bilhões no mesmo exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$9,7 bilhões em 31 de dezembro de 2022).

(b) Informações adicionais por unidades de negócio - exercícios findos em:

	Brasil					
	Refrigerantes e não alcoólicos e		Cerveja		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Receita Líquida	38.985,9	35.857,9	7.375,8	6.777,9	46.361,7	42.635,8
Custo dos produtos vendidos	(19.377,7)	(18.765,3)	(4.138,4)	(3.971,5)	(23.516,1)	(22.736,8)
Lucro bruto	19.608,2	17.092,6	3.237,4	2.806,4	22.845,6	19.899,0
Despesas logísticas	(5.171,9)	(4.988,6)	(1.256,7)	(1.122,5)	(6.428,6)	(6.111,1)
Despesas comerciais	(3.969,4)	(3.596,8)	(507,6)	(468,2)	(4.477,0)	(4.065,0)
Despesas administrativas	(3.106,0)	(2.928,8)	(457,2)	(417,2)	(3.563,2)	(3.346,0)
Outras receitas/(despesas) operacionais	1.474,1	1.884,5	418,4	476,8	1.892,5	2.361,3
Itens não usuais	(137,8)	(30,6)	—	(3,9)	(137,8)	(34,5)
Lucro operacional	8.697,2	7.432,3	1.434,3	1.271,4	10.131,5	8.703,7
Resultado financeiro líquido	(2.050,6)	(1.110,3)	—	—	(2.050,6)	(1.110,3)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(179,0)	(38,3)	—	—	(179,0)	(38,3)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.467,6	6.283,7	1.434,3	1.271,4	7.901,9	7.555,1
Despesa com imposto de renda e contribuição social	2.214,9	2.787,7	—	—	2.214,9	2.787,7
Lucro líquido do exercício	8.682,5	9.071,4	1.434,3	1.271,4	10.116,8	10.342,8
EBITDA	12.171,6	10.332,9	1.906,0	1.695,9	14.077,6	12.028,8
Depreciação, amortização e impairment	(3.653,4)	(2.938,9)	(471,7)	(424,5)	(4.125,1)	(3.363,4)
Resultado financeiro líquido	(2.050,6)	(1.110,3)	—	—	(2.050,6)	(1.110,3)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	2.214,9	2.787,7	—	—	2.214,9	2.787,7
Lucro líquido do exercício	8.682,5	9.071,4	1.434,3	1.271,4	10.116,8	10.342,8
Margem EBITDA em %	31,2%	28,8%	25,8%	25,0%	30,4%	28,2%

Política contábil

Os segmentos reportáveis são apresentados de modo consistente com os relatórios internos revisados regularmente pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia, o Diretor Presidente Executivo, para fins de avaliação do desempenho de cada segmento e alocando recursos para esses segmentos. As informações são elaboradas com base em dados financeiros disponíveis e que são atribuíveis diretamente ao segmento ou que podem ser alocadas em bases razoáveis. Desta forma, as informações por segmento são apresentadas em zonas geográficas, uma vez que os riscos e taxas de retorno são afetados predominantemente pelo fato de a Companhia operar em diferentes regiões. A informação de desempenho por unidades de negócios (“Cervejas” e “Refrigerantes e não alcoólicos e não carbonatados”), embora não se qualifique como segmento reportável, também é utilizada pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia e está apresentada como informação adicional. A Companhia opera seus negócios através de quatro zonas identificadas como segmentos reportáveis:

- Brasil:** onde a Companhia opera duas subunidades de negócios: (i) cerveja e (ii) bebidas não alcoólicas (NAB);
- América Central e Caribe (CAC):** inclui as operações da Companhia na República Dominicana, Saint Vincent, Antígua, Dominica, Cuba, Guatemala (que também serve a El Salvador, Nicarágua e Honduras), Barbados e Panamá;
- América Latina - Sul (LAS):** inclui as operações da Companhia na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai; e
- Canadá:** representada pelas operações da Labatt Brewing Company Ltd.

Em linha com o CPC 22/IFRS 8 - *Informações por Segmento*, a Companhia não divulga suas receitas provenientes de clientes externos em relação a cada produto ou a cada grupo de produtos semelhantes, pois as informações necessárias não se encontram disponíveis de forma comparável e o custo para sua elaboração seria excessivo.

21. RECEITA LÍQUIDA

Em atendimento à Lei das Sociedades por Ações (Lei Federal nº 6.404/76) e CPC 47 - *Receita de contrato com cliente*, a Companhia divulga a reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas Demonstrações dos Resultados. Os valores das receitas por cada segmento operacional estão divulgados na nota explicativa 20 - *Informações por Segmento*.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita bruta de vendas e/ou serviços	61.018,8	56.140,9	120.117,7	125.907,2
Tributos sobre vendas	(15.976,8)	(14.731,3)	(25.227,5)	(24.851,4)
Descontos	(3.373,6)	(2.915,2)	(15.153,3)	(21.347,0)
Total	41.668,4	38.494,4	79.736,9	79.708,8

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou R\$1.180,7 milhões na Controladora e R\$1.467,2 milhões no Consolidado (R\$965,3 milhões na Controladora e R\$1.245,8 milhões no Consolidado em 31 de dezembro de 2022) em subvenções governamentais com natureza de recolhimento efetivo, reconhecidas na receita operacional.

Política contábil

A Companhia reconhece a receita quando as obrigações de performance são satisfeitas, ou seja, quando a Companhia ou suas controladas e coligadas transferem o controle de um produto para um cliente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo no Consolidado.

A receita é mensurada com base na consideração à qual a Companhia espera ter direito em contrato com o cliente e exclui as quantias cobradas em nome de terceiros.

O reconhecimento de receita é realizado conforme abordagem do IFRS 15/CPC 47 - *Receita de contrato com cliente*, de cinco etapas:

- Identificação dos contratos com um cliente;
- Identificação das obrigações de desempenho nos contratos;
- Determinação do preço de transação;
- Alocação do preço de transação para as obrigações de desempenho nos contratos; e
- Reconhecimento de receita quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando a Companhia transfere o controle de um produto para um cliente.

Os contratos podem incluir elementos variáveis significativos, como descontos, abatimentos, reembolsos, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho e penalidades. Tais incentivos comerciais são tratados como consideração variável. Se a contraprestação incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços acordados com o cliente. A consideração variável apenas é incluída no preço da transação se for altamente provável que o valor da receita reconhecida não será sujeito a reversões futuras significativas, quando há incerteza. A receita bruta auferida pela Companhia, em geral, está sujeita à incidência de determinados tributos, os quais são apurados e pagos às autoridades fiscais competentes conforme as legislações locais vigentes, e não resultam em aumento do patrimônio líquido do Grupo. Esses impostos e contribuições são deduzidos da receita bruta e relacionam-se substancialmente a Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (“ICMS”), Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) no Brasil.

22. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Subvenção governamental e ajuste a valor presente de incentivos fiscais	1.371,2	1.052,1	1.573,2	1.289,3
Créditos/(débitos) extemporâneos de tributos ^(a)	—	1.014,1	218,0	1.013,9
(Adições)/reversões de provisões	(70,7)	(35,3)	(77,7)	(77,2)
Ganho/(perda) na alienação de imobilizado, intangível e operações em associadas	62,3	51,4	86,4	88,8
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	413,8	325,8	229,0	199,1
Total	1.776,6	2.408,1	2.028,9	2.513,9

^(a) Conforme detalhado nas notas 1 - *Informações gerais* e 17.2 - *Contingências*, a Companhia reconheceu créditos de PIS e COFINS oriundos da exclusão do ICMS, inclusive na modalidade de substituição tributária, das bases de cálculo das contribuições na rubrica de Outras Receitas/(Despesas) operacionais.

b) Custos com emissão de ações

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio é registrada no passivo após aprovação em reunião do Conselho de Administração, com exceção à parcela referente ao dividendo mínimo obrigatório previsto por estatuto, a qual é contabilizada como passivo, quando aplicável, ao final de cada exercício.

A despesa relacionada aos juros sobre o capital próprio é registrada no resultado do exercício para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, e posteriormente reclassificada para o patrimônio líquido para fins de apresentação nessas demonstrações contábeis.

O efeito projetado da debitabilidade dos juros sobre o capital próprio é reconhecido nas demonstrações contábeis intermediárias, a fim de se obter a melhor estimativa da alíquota efetiva média ponderada da tributação sobre o lucro esperada para o exercício social completo, nos termos do IAS 34/CPC 21 (R1) - *Demonstração Intermediária*.

Política contábil

A Companhia reconhece na conta de Outras Receitas Operacionais subvenções governamentais concedidas na forma de redução de alíquota, redução da base de cálculo, financiamento ou empréstimos subsidiados, créditos presumidos, recolhimento efetivo, diferimento do pagamento ou reduções parciais do valor do imposto estadual a pagar.

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia e suas subsidiárias atenderão às condições e obrigações relacionadas às contrapartidas governamentais.

23. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Depreciação, amortização e despesas com redução ao valor de recuperação (*impairment*) estão incluídas nas seguintes contas do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Depreciação e impairment do imobilizado	2.028,7	1.867,8	6,7	9,0
Custo dos produtos vendidos ^(a)	677,0	423,0	—	—
Despesas logísticas	314,5	306,2	91,3	58,3
Despesas comerciais	206,9	158,8	418,0	260,9
Despesas administrativas	3.227,1	2.755,8	516,0	328,2
	Consolidado		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Depreciação e impairment do imobilizado	2.028,7	1.867,8	6,7	9,0
Custo dos produtos vendidos ^(a)	3.552,5	3.413,3	13,2	16,4
Despesas logísticas	1.098,3	893,5	—	—
Despesas comerciais	613,7	660,7	148,6	113,2
Despesas administrativas	464,1	474,4	524,8	372,6
Total	5.728,6	5.441,9	686,6	502,2

^(a) Estes valores somados a R\$1.384,9 na Controladora e R\$2.629,6 no Consolidado (R\$1.307,0 e R\$2.510,4 em 31 de dezembro de 2022) mencionados na nota 27 - *Folha de pagamento e benefícios relacionados*, totalizam R\$3.420,3 e R\$6.195,3, respectivamente (R\$3.183,8 e R\$5.940,1 em 31 de dezembro de 2022). O saldo remanescente de R\$21.297,0 na Controladora e R\$33.096,3 no Consolidado (R\$20.876,4 e R\$34.482,0 em 31 de dezembro de 2022), contabilizado em custo dos produtos vendidos, corresponde a demais custos de produção.

24. ITENS NÃO USUAIS

|--|

Ambev S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00 - NIRE 35.300.368.941

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2023 (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Política contábil

a) Despesas financeiras

Despesas financeiras compreendem, em geral, juros a pagar sobre empréstimos ou mútuos, calculados com base na taxa de juros efetiva, ajuste a valor presente de contas a pagar a fornecedores, despesas com fianças bancárias, atualizações monetárias decorrentes de disputas e litígios, perdas com variação cambial, perdas de moeda líquidas de ganhos com instrumentos de *hedge* de moeda, resultado com instrumentos de *hedge* de juros, perdas com instrumentos de *hedge* que não são parte de uma contabilização de *hedge*, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda com inefetividade de *hedge*. Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira, incluindo custos de transação, são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados. Os juros relacionados a arrendamento financeiro são reconhecidos no resultado do exercício utilizando a taxa de juros efetiva.

b) Receitas financeiras

Receitas financeiras compreendem, em geral, juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras e empréstimos ou mútuos, atualizações monetárias oriundas de disputas judiciais, ganhos com variação cambial, ganhos em moeda líquidos de perdas com instrumentos de *hedge* de moeda, ganhos em instrumentos de *hedge* que não fazem parte de uma relação de contabilidade de *hedge*, ganhos com ativos financeiros mensurados à valor justo por meio do resultado, assim como qualquer ganho de inefetividade de *hedge*. Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência, a não ser que o recebimento seja duvidoso.

26. RESULTADO POR AÇÃO

No quadro abaixo, são apresentados os cálculos do lucro por ação ("LPA") básico e diluído:

Básico	2023	2022
Numerador		
Lucro atribuível aos acionistas da Ambev	14.501,9	14.457,9
Denominador		
Média ponderada da quantidade de ações ⁽ⁱ⁾ (não diluídas)	15.744,8	15.741,9
Lucro por ação básico em R\$	0,9211	0,9184
Diluído	2023	2022
Numerador		
Lucro atribuível aos acionistas da Ambev	14.501,9	14.457,9
Denominador		
Média ponderada da quantidade de ações ⁽ⁱ⁾ (diluídas)	15.838,6	15.848,6
Lucro por ação diluído em R\$	0,9156	0,9123

⁽ⁱ⁾ Em milhões de ações.

Política contábil

O lucro por ação básico é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev, e na média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

O lucro por ação diluído das opções de ações e ações diferidas é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev, e na média ponderada ajustada da quantidade de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas.

27. FOLHA DE PAGAMENTO E BENEFÍCIOS RELACIONADOS

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Salários e encargos	1.852,6	1.649,0
Contribuições previdenciárias	863,1	740,9
Outros custos com pessoal	428,8	423,7
Aumento (redução) no passivo para planos de benefício definido	28,5	25,1
Pagamento baseado em ações	266,3	236,0
Contribuição para planos de contribuição definida	45,3	41,2
	3.484,6	3.115,9

O valor de despesa com folha de pagamento e benefícios relacionados estão apresentados nas demonstrações dos resultados conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Custo dos produtos vendidos	1.384,9	1.307,0
Despesas logísticas	237,3	238,2
Despesas comerciais	400,1	388,7
Despesas administrativas	1.320,5	1.136,4
Resultado financeiro	22,3	19,6
Outras (receitas)/despesas operacionais	—	—
Itens não usuais	119,5	26,0
	3.484,6	3.115,9

28. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Atualmente a Companhia possui dois planos vigentes de pagamento baseado em ações: (i) o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de julho de 2013 ("Plano de Opções"), e (ii) o Plano de Remuneração Baseado em Ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2016 e alterado pela Assembleia Geral Extraordinária de 24 de abril de 2020 ("Plano de Ações"). No âmbito desses planos podem ser emitidos periodicamente diferentes tipos de programas de outorga de opções de compra de ações e de concessão de ações restritas ou ações com desempenho, os quais permitem que membros da Administração e outros executivos indicados pelo Conselho de Administração e pelo Comitê de Gente, que trabalhem na Companhia e suas subsidiárias, adquiram, por meio do exercício de opções de compra, ou recebam ações da Companhia.

28.1 Plano de Ações

Neste plano, determinados funcionários e membros da Administração da Companhia ou de suas subsidiárias são elegíveis a receber ações da Companhia, inclusive na forma de ADRs. As ações sujeitas ao Plano de Ações são designadas como "ações restritas" (RSUs) ou "ações com desempenho" (PSUs).

A entrega das ações restritas e das ações com desempenho é feita gratuitamente e o prazo de carência pode variar entre 3 e 5 anos, a partir da data de concessão de ações correspondente, a depender do programa de remuneração baseado em ações. As ações restritas e as ações com desempenho podem dar aos participantes o direito de receber ações adicionais com as mesmas condições, como forma de compensação pelos dividendos e juros sobre capital próprio declarados e pagos pela Companhia durante o período de carência. O direito de receber as ações restritas e as ações com desempenho, bem como as ações adicionais, pode ser total ou parcialmente perdido em determinadas circunstâncias, incluindo em casos de pedido de demissão ou demissão durante o período de carência.

28.1.1 Outras divulgações do Plano de Ações

Durante o exercício, a Companhia concedeu 33.686 mil (49.328 mil em 31 de dezembro de 2022) ações restritas e ações com desempenho no âmbito do Plano de Ações, o que representou um valor justo de aproximadamente R\$463,5 em 31 de dezembro de 2023 (R\$766,6 em 31 de dezembro de 2022).

O número total de ações concedidas aos executivos da Companhia, no âmbito do Plano de Ações, cuja entrega se dará em momento futuro sob determinadas condições, está demonstrado a seguir:

Ações restritas e com desempenho

Em lotes de mil

	2023	2022
Ações restritas e com desempenho em aberto em 1º de janeiro	108.854	62.545
Novas ações restritas e com desempenho durante o exercício	33.686	49.328
Ações restritas e com desempenho entregues durante o exercício	(18.309)	(12)
Ações restritas e com desempenho canceladas durante o exercício	(5.235)	(3.007)
Ações restritas e com desempenho em aberto no final do exercício	118.996	108.854

28.2 Plano de Opções

Desde 2020 a Companhia não outorga mais a seus funcionários e administradores opções de ações (*stock options*) reconhecidas conforme tratamento contábil determinado pela IFRS 2/CPC 10 - *Pagamento Baseado em Ações*. No entanto, existem opções de ações outorgadas em períodos anteriores ainda não exercíveis, bem como opções de ações já exercíveis, mas não vencidas, que permanecem válidas no âmbito dos programas emitidos sob o Plano de Opções e sujeitas ao tratamento contábil previsto na mencionada norma.

Além disso, alguns funcionários da Companhia e de suas subsidiárias, que recebem sua participação no resultado em dinheiro, têm a opção, de acordo com seu cargo, de escolher alocar parte ou a totalidade dos valores recebidos a tal título para aquisição de ações de emissão da Ambev, estas ações são chamadas de "ações voluntárias" e são outorgadas no âmbito do Plano de Opções. Como regra, as ações voluntárias têm direito a dividendos a partir da data da outorga e estão sujeitas a um período de restrição à transferência de três a cinco anos (*lock-up*). Essas ações são concedidas a preço de mercado, ao qual é aplicado um desconto de até 20%. O desconto é entregue na forma de ações restritas (*discounted shares*). Os executivos que investem em ações voluntárias também recebem uma vez e meia o número de ações correspondentes por cada ação voluntária adquirida, até um percentual total limitado da remuneração variável de cada executivo. Essas ações correspondentes também são entregues na forma de ações restritas (*matching shares*).

As ações voluntárias, outorgadas no âmbito do Plano de Opções, por comporem a participação no resultado auferida pelos executivos elegíveis, são reconhecidas como despesa no resultado em contrapartida ao passivo. Já as ações restritas mencionadas (*discounted shares* e *matching shares*) são concedidas no âmbito do Plano de Ações, conforme condições previstas no item 28.1 acima, e são reconhecidas conforme tratamento contábil previsto nesta nota, em linha com a IFRS 2/CPC 10 - *Pagamento Baseado em Ações*.

28.2.1 Outras divulgações do Plano de Opções

Não foram outorgadas opções de ações (*stock options*), tampouco houve o exercício das opções existentes durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023.O número total de opções em aberto está demonstrado a seguir:

Em lotes de mil

	2023	2022
Opções em aberto em 1º de janeiro	99.717	113.760
Opções canceladas durante o exercício	(11.756)	(14.043)
Opções em aberto no final do exercício	87.961	99.717

Em 31 de dezembro de 2023, a faixa de preços de exercício das opções em aberto é de R\$15,95 (R\$15,95 em 31 de dezembro de 2022) até R\$32,81 (R\$39,04 em 31 de dezembro de 2022) e o prazo médio remanescente é de cerca de 3,60 anos (4,29 anos em 31 de dezembro de 2022).

Das 87.961 mil opções em aberto (99.717 mil em 31 de dezembro de 2022), 68.635 mil são exercíveis em 31 de dezembro de 2023 (63.650 mil em 31 de dezembro de 2022).

O preço médio ponderado de exercício das opções está demonstrado a seguir:

Em R\$ por ação

	2023	2022
Opções em aberto em 1º de janeiro	19,39	19,92
Opções canceladas durante o exercício	22,68	22,60
Opções em aberto no final do exercício	18,86	19,39
Opções exercíveis no final do exercício	19,08	20,12

Para liquidar as opções de ações, quando exercidas, a Companhia pode utilizar ações em tesouraria. Além disso, o limite atual do capital autorizado da Companhia é considerado suficiente para atender a todos os programas de opções caso seja necessária a emissão de novas ações para fazer frente às outorgas concedidas nos programas.

Durante o exercício, a Companhia concedeu 47 mil ações diferidas no âmbito do Plano de Opções, as quais são avaliadas com base na cotação das ações da Companhia no pregão imediatamente anterior à data de concessão, o que representou um valor justo de aproximadamente R\$0,6 (em 31 de dezembro de 2022 haviam sido concedidas 44 mil ações diferidas, as quais são avaliadas com base na cotação das ações da Companhia no pregão imediatamente anterior à data de concessão, o que representou um valor justo de aproximadamente R\$0,6). Tais ações diferidas sujeitam-se a um período de restrição à transferência de três a cinco anos a contar da data de sua outorga. O número total de ações outorgadas no âmbito do Plano de Opções, cuja entrega se dará em momento futuro sob determinadas condições, está demonstrado a seguir:

Ações diferidas

Em lotes de mil

	2023	2022
Ações diferidas em aberto em 1º de janeiro	889	1.168
Novas ações diferidas durante o exercício	47	44
Ações diferidas entregues durante o exercício	—	(214)
Ações diferidas canceladas durante o exercício	—	(109)
Ações diferidas em aberto no final do exercício	936	889

28.3 Despesas com pagamentos baseados em ações

As transações com pagamentos baseados em ações acima descritas resultaram em despesa de R\$266,3 na Controladora e R\$333,4 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023 (R\$236,1 na Controladora e R\$311,6 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022), registrada na rubrica de despesa administrativa.

Política contábil

Para os programas de pagamento baseado em ações no âmbito do Plano de Ações, o preço de referência por ação restrita é definido na data da concessão das ações, com base na cotação de fechamento do pregão da B3 do dia imediatamente anterior à concessão, com exceção às ações com desempenho, em que o valor justo é definido na data de concessão com base no método de precificação de "Monte Carlo". Após definição do preço de referência, baseado no número de ações concedidas, o valor apurado é reconhecido como despesa durante o período de carência com a contrapartida no patrimônio líquido. As ações são transferidas aos participantes de acordo com os termos e períodos fixados nos respectivos programas.

Para os programas de pagamento baseado em ações no âmbito do Plano de Opções, o valor justo das opções de ações (*stock options*) era estimado na data de sua outorga, usando o modelo de precificação denominado "Binomial de Hull", ajustado para refletir o requerimento do IFRS 2/CPC 10 - *Pagamento Baseado em Ações*. Baseado no número esperado de opções que serão exercidas, o valor justo das opções outorgadas é reconhecido como despesa durante o período de carência da opção com contrapartida no patrimônio líquido. Quando as opções são exercidas, o patrimônio líquido aumenta pelo montante dos proventos recebidos.

Adicionalmente, em algumas oportunidades, funcionários e administradores da AB InBev são expatriados para a Companhia. Nesses casos, o custo ("*compensation cost*") relacionado a opções para aquisição de ações e ações restritas da AB InBev está reconhecido no resultado em contrapartida ao patrimônio líquido, proporcionalmente ao período da expatriação. No momento de entrega dos instrumentos patrimoniais referido valor é reembolsado à AB InBev.

De maneira recíproca, quando funcionários e administradores que possuem opções para aquisição de ações e ações restritas da Companhia são expatriados para a AB InBev, o *compensation cost* é reconhecido pela AB InBev proporcionalmente ao período da expatriação, bem como a Companhia é reembolsada no momento de entrega de seus instrumentos patrimoniais a funcionários e administradores da AB InBev.

Os planos de pagamento baseados em ações da Companhia são liquidados em ações.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS

29.1 Categoria dos instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia é efetuada por estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita pela análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, entre outros).

O quadro abaixo demonstra todos os instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, segregados por categoria:

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Itens de instrumentos financeiros		
Ativos		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa, líquido de conta garantida (nota 5.1)	3.746,9	4.923,9
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	4.484,9	3.604,3
Aplicações financeiras (nota 5.2)	147,8	145,6
Subtotal	8.379,6	8.673,8
Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras (nota 5.2)	10,9	35,8
Derivativos usados para <i>hedge</i> (nota 29.2)	—	—
Subtotal	10,9	35,8
Total dos ativos	8.390,5	8.709,6
Passivos		
Custo amortizado		
Contas a pagar (nota 15)	35.918,6	36.267,3
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	1.915,4	2.016,4
Outros passivos	1.376,1	1.179,9
Subtotal	39.210,1	39.463,6
Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Opção de venda concedida sobre participação em controlada ⁽ⁱ⁾	2.791,1	3.053,7
Derivativos usados para <i>hedge</i> (nota 29.2)	—	—
Outros passivos	—	—
Subtotal	2.791,1	3.053,7
Total dos passivos	42.001,2	42.517,3

⁽ⁱ⁾ Opção de venda concedida sobre participação em controlada: a Companhia constituiu um passivo relacionado à aquisição de participação minoritária nas operações da República Dominicana. Este instrumento financeiro é denominado em Dólar (Tranche A) e em Pesos Dominicanos (Tranche B) e está registrado na empresa cuja moeda funcional é o Real. A Companhia denominou este instrumento financeiro como instrumento de *hedge* para parte de seus ativos líquidos localizados em subsidiárias cuja moeda funcional é o Dólar Americano e o Peso Dominicano, de maneira que o resultado de variação cambial deste instrumento financeiro seja registrado no grupo do resultado abrangente, assim como resultado do objeto do *hedge*.

29.2 Instrumentos financeiros derivativos

A utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia segue estritamente as determinações da Política de Gestão de Riscos Financeiros ("Política") aprovada pelo Conselho de Administração. Os instrumentos autorizados pela Política são contratos futuros negociados em bolsa, *full deliverable forwards*, *non deliverable forwards*, *swaps* e opções. A Política proíbe o uso de derivativos quando não relacionados ao negócio da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam nenhuma operação de *target forward*, *swaps* com verificação ou quaisquer outras operações de derivativos que impliquem em alavancagem além do valor nominal de seus contratos. As operações de derivativos são administradas de forma consolidada e são classificadas por estratégias de acordo com os seus objetivos, conforme demonstrado abaixo:

i) Instrumentos derivativos de *hedge* de fluxo de caixa;

ii) Instrumentos derivativos de *hedge* de valor justo; e

iii) Instrumentos derivativos de *hedge* de investimento líquido.

Em conformidade com o *hedge accounting*, a parte efetiva do *hedge* é alocada no patrimônio líquido e, ocorrendo inefetividade, este resultado é contabilizado diretamente no resultado financeiro do período em que a inefetividade é identificada, para os casos de *hedge* de fluxo de caixa e investimento líquido.

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos calculando o seu valor presente por meio da utilização das curvas de mercado que impactam o instrumento nas datas de apuração. No caso de *swaps*, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimadas de forma independente e trazidas a valor presente, no qual a diferença do resultado entre as pontas gera o valor de mercado do *swap*. Para os instrumentos financeiros negociados em bolsa, o valor justo é calculado de acordo com os preços divulgados por elas. As tabelas a seguir resumizam as exposições que foram identificadas e protegidas em conformidade com a Política de Risco da Companhia.

Transações protegidas por instrumentos financeiros derivativos em conformidade com a Política de Gestão de Riscos Financeiros

		Consolidado
		2023
	Valor Justo	
	Resultado financeiro	Ganhos/(Perdas) reconhecidos no: Resultado da operação
Posição de <i>hedge</i>	Risco	Resultado financeiro
Custo	Nocional	Ativo
	17.374,2	379,5
	Commodity	4.025,7
	Dólar	13.200,0
	Euro	37,4
	Peso Mexicano	111,1
	249,7	0,1
Importação de ativo fixo	Dólar	249,7
Despesas	Dólar	64,7
Caixa	Dólar	(59,3)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.629,3	379,7

		Consolidado
		2022
	Valor Justo	
	Resultado financeiro	Ganhos/(Perdas) reconhecidos no: Resultado da operação
Posição de <i>hedge</i>	Risco	Resultado financeiro
Custo	Nocional	Ativo
	19.853,3	271,8
	Commodity	4.809,9
	Dólar	14.874,7
	Euro	32,2
	Peso Mexicano	136,5
	226,8	1,5
Ativo fixo	Dólar	226,8
Despesas	Dólar	204,9
Caixa	Dólar	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022	20.285,0	273,8

29.2.1 Vencimento dos instrumentos

Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023 apresentavam as seguintes faixas de vencimentos de valor nominal e valor justo por instrumento:

		Consolidado
		Valor Nominal
		2024
Posição de <i>hedge</i>	Risco	Resultado financeiro
Custo	Nocional	Ativo
	16.763,3	610,9
	Commodity	3.924,3
	Dólar	12.690,5
	Euro	37,4
	Peso Mexicano	111,1
	249,7	—
Importação de ativo fixo	Dólar	249,7
Despesas	Dólar	64,7
Caixa	Dólar	(59,3)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	20.285,0	273,8

		Consolidado
		Valor Justo
		2024
Posição de <i>hedge</i>	Risco	Resultado financeiro
Custo	Nocional	Ativo
	(352,5)	(10,0)
	Commodity	(14,2)
	Dólar	(354,4)
	Euro	(0,1)
	Peso Mexicano	16,2
	14,5	—
Importação de ativo fixo	Dólar	14,5
Despesas	Dólar	(4,1)
Caixa	Dólar	(2,3)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(373,4)	(10,0)

Ambev S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00 - NIRE 35.300.368.941

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2023 (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29.2.2 Margens dadas em garantia

Para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantém em 31 de dezembro de 2023 um montante de R\$197,7 no Consolidado em aplicações financeiras de liquidez imediata ou em espécie, classificado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (R\$376,9 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022).

29.3 Hierarquia do valor justo

	Controladora				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Aplicações Financeiras	—	10,9	—	10,9	—	35,8	—	35,8
	—	10,9	—	10,9	—	35,8	—	35,8

Passivos Financeiros

Opção de venda concedida sobre participação em controlada

	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	—	—	2.791,1	2.791,1	—	—	3.053,7	3.053,7
	—	—	2.791,1	2.791,1	—	—	3.053,7	3.053,7

Ativos Financeiros

Aplicações Financeiras

Derivativos - *Hedge* operacional

	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	277,2	—	—	277,2	454,5	—	—	454,5
	53,4	326,3	—	379,7	57,0	216,8	—	273,8
	330,6	326,3	—	656,9	511,5	216,8	—	728,3

Passivos Financeiros

Opção de venda concedida

sobre participação em controlada

Outros passivos

Derivativos mensurados ao valor justo

por meio de resultado

Derivativos - *Hedge* operacional

	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	—	—	2.791,1	2.791,1	—	—	3.060,3	3.060,3
	—	—	272,6	272,6	—	—	333,7	333,7

Ativos Financeiros

Aplicações Financeiras

Derivativos - *Hedge* operacional

	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	277,2	—	—	277,2	454,5	—	—	454,5
	53,4	326,3	—	379,7	57,0	216,8	—	273,8
	330,6	326,3	—	656,9	511,5	216,8	—	728,3

Passivos Financeiros

Opção de venda concedida

sobre participação em controlada

Outros passivos

Derivativos mensurados ao valor justo

por meio de resultado

Derivativos - *Hedge* operacional

	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	—	—	2.791,1	2.791,1	—	—	3.060,3	3.060,3
	—	—	272,6	272,6	—	—	333,7	333,7

Derivativos mensurados ao valor justo

por meio de resultado

Derivativos - *Hedge* operacional

	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	—	—	2.791,1	2.791,1	—	—	3.060,3	3.060,3
	—	—	272,6	272,6	—	—	333,7	333,7

Derivativos mensurados ao valor justo

por meio de resultado

Derivativos - *Hedge* operacional

	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	—	—	2.791,1	2.791,1	—	—	3.060,3	3.060,3
	—	—	272,6	272,6	—	—	333,7	333,7

Derivativos mensurados ao valor justo

por meio de resultado

Derivativos - *Hedge* operacional

	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	—	—	2.791,1	2.791,1	—	—	3.060,3	3.060,3
	—	—	272,6	272,6	—	—	333,7	333,7

Derivativos mensurados ao valor justo

por meio de resultado

Derivativos - *Hedge* operacional

	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	—	—	2.791,1	2.791,1	—	—	3.060,3	3.060,3
	—	—	272,6	272,6	—	—	333,7	333,7

Derivativos mensurados ao valor justo

por meio de resultado

Derivativos - *Hedge* operacional

	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	—	—	2.791,1	2.791,1	—	—	3.060,3	3.060,3
	—	—	272,6	272,6	—	—	333,7	333,7

Derivativos mensurados ao valor justo

por meio de resultado

Derivativos - *Hedge* operacional

	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	—	—	2.791,1	2.791,1	—	—	3.060,3	3.060,3
	—	—	272,6	272,6	—	—	333,7	333,7

Derivativos mensurados ao valor justo

por meio de resultado

Derivativos - *Hedge* operacional

	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	—	—	2.791,1	2.791,1	—	—	3.060,3	3.060,3
	—	—	272,6	272,6	—	—	333,7	333,7

Derivativos mensurados ao valor justo

por meio de resultado

Derivativos - *Hedge* operacional

	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	—	—	2.791,1	2.791,1	—	—	3.060,3	3.060,3
	—	—	272,6	272,6	—	—	333,7	333,7

Derivativos mensurados ao valor justo

por meio de resultado

Derivativos - *Hedge* operacional

	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	—	—	2.791,1	2.791,1	—	—	3.060,3	3.060,3
	—	—	272,6	272,6	—	—	333,7	333,7

Derivativos mensurados ao valor justo

por meio de resultado

Derivativos - *Hedge* operacional

	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	—	—	2.791,1	2.791,1	—	—	3.060,3	3.060,3
	—	—	272,6	272,6	—	—	333,7	333,7

Derivativos mensurados ao valor justo

por meio de resultado

Derivativos - *Hedge* operacional

	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	—	—	2.791,1	2.791,1	—	—	3.060,3	3.060,3
	—	—	272,6	272,6	—	—	333,7	333,7

Derivativos mensurados ao valor justo

por meio de resultado

Derivativos - *Hedge* operacional

	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	—	—	2.791,1	2.791,1	—	—	3.060,3	3.060,3
	—	—	272,6	272,6	—	—	333,7	333,7

Derivativos mensurados ao valor justo

por meio de resultado

Derivativos - *Hedge* operacional

	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	—	—	2.791,1	2.791,1	—	—	3.060,3	3.060,3
	—	—	272,6	272,6	—	—	333,7	333,7

Derivativos mensurados ao valor justo

por meio de resultado

Derivativos - *Hedge* operacional

	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	—	—	2.791,1	2.791,1	—	—	3.060,3	3.060,3
	—	—	272,6	272,6	—	—	333,7	333,7

Derivativos mensurados ao valor justo

por meio de resultado

Derivativos - *Hedge* operacional

	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	—	—	2.791,1	2.791,1	—	—	3.060,3	3.060,3
	—	—	272,6	272,6	—	—	333,7	333,7

Derivativos mensurados ao valor justo

por meio de resultado

Derivativos - *Hedge* operacional

	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	—	—	2.791,1	2.791,1	—	—	3.060,3	3.060,3
	—	—	272,6	272,6	—	—	333,7	333,7

Derivativos mensurados ao valor justo

por meio de resultado

Derivativos - *Hedge* operacional

	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	—	—	2.791,1	2.791,1	—	—	3.060,3	3.060,3
	—	—	272,6	272,6	—	—	333,7	333,7

Derivativos mensurados ao valor justo

por meio de resultado

Derivativos - *Hedge* operacional

	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total

Ambev S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00 - NIRE 35.300.368.941

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2023 (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros não classificados pela Companhia como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA e ativos financeiros em que seus fluxos de caixa não representem exclusivamente pagamentos de principal e juros, são classificados como valor justo por meio do resultado. Essa categoria inclui também os instrumentos de dívida cujas características de fluxo de caixa não são mantidas dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender.

c) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos de dívida ao VJORA, com ganhos ou perdas revertidos para lucros ou perdas no desconhecimento. Os ativos financeiros nesta categoria são os instrumentos de dívida cotados da Companhia que são mantidos dentro de um modelo de negócios para coletar fluxos de caixa e vender.

Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA, sem remensuração de ganhos ou perdas no resultado no desconhecimento. Esta categoria inclui apenas os instrumentos de capital próprio, que a Companhia pretende reter no futuro previsível e que a Companhia elegeu irrevogavelmente para classificar no reconhecimento inicial ou transição. Esses instrumentos não estão sujeitos a teste de *impairment*.

Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros, dependendo da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos, nas seguintes categorias:

- i) mensurados ao custo amortizado;
 ii) valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são desconhecidos quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado do exercício.

Todos os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos e são mensurados posteriormente ao custo amortizado e atualizados pelo método da taxa de juros efetivos. Já os instrumentos derivativos permanecem classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

Contabilização de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dos riscos relacionados a moedas estrangeiras, taxa de juros e preço de *commodities* e não são utilizados para fins especulativos. Os instrumentos financeiros derivativos que, embora contratados com objetivo de proteção, não atendem a todos os critérios para aplicação de contabilização de *hedge* são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e, também, a qualidade de crédito da contraparte.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são remensurados pelo seu valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa ou *hedge* de investimento líquido, em que as parcelas dos ganhos ou das perdas no instrumento de *hedge* que for determinado como *hedge* efetivo, são reconhecidas no resultado abrangente. O instrumento designado de *hedge* é o elemento efetivo à vista do contrato a termo, em que somente a alteração no valor do elemento à vista do contrato a termo é reconhecida no resultado abrangente. O elemento a termo, que pode ser separado e excluído da designação do instrumento financeiro como instrumento de *hedge*, é reconhecido no resultado financeiro, de acordo com o IFRS 9/CPC 48 - *Instrumentos Financeiros*.

A Companhia opera derivativos de *commodities* que possuem termos semelhantes ao item protegido e aplica *hedge* de componentes a suas *commodities*. O componente protegido é contratualmente especificado e coincide com aqueles definidos no contrato derivativo, portanto, a relação de *hedge* é de 1:1. No início da operação de *hedge* a Companhia elabora a documentação formal da operação contendo: (i) objetivo do *hedge*, (ii) tipo de *hedge*, (iii) estratégia de gerenciamento do risco, (iv) natureza do risco a ser coberto, (v) identificação do objeto de cobertura, (vi) identificação do instrumento de cobertura (*hedging instrument*), e (vii) a demonstração prospectiva da efetividade.

A efetividade do *hedge* é medida de forma qualitativa. Sempre que os termos não coincidem, a Companhia usa o método derivativo hipotético para avaliar a eficácia. Deste modo, geralmente as fontes de ineficácia são mudanças no momento da transação prevista, mudanças na quantidade da mercadoria a ser protegida ou mudanças no risco de crédito de qualquer das partes do contrato derivativo.

a) Hedge de fluxo de caixa

O *hedge* de fluxo de caixa é utilizado para proteger a exposição dos fluxos de caixa de um ativo ou passivo registrado do risco de moeda estrangeira e de oscilações de preços em *commodities*, associados a uma transação de realização altamente provável. A parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de *hedge* de fluxo de caixa) e deve ser reclassificada da reserva de *hedge* de fluxo de caixa para a mesma rubrica e no mesmo período em que os fluxos de caixa futuros esperados protegidos impactaram o resultado. A parcela inefetiva de qualquer ganho ou perda é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do exercício, no resultado financeiro.

Quando um instrumento de *hedge* ou uma relação de *hedge* são extintos, mas ainda se espera que a transação protegida ocorra, os ganhos e perdas acumulados (até aquele ponto) permanecem no resultado abrangente, sendo reclassificados de acordo com a prática acima, quando a transação protegida ocorrer. Não havendo mais probabilidade de ocorrência da transação de proteção, os ganhos ou perdas acumulados e reconhecidos no resultado abrangente são reclassificados imediatamente para a demonstração de resultados.

b) Hedge de valor justo

O *hedge* de valor justo é utilizado com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia contra as variações de câmbio e taxas de juros. As posições de caixa e dívida da Companhia em moeda estrangeira são constantemente acompanhadas para identificação de novas exposições.

Quando um instrumento financeiro derivativo protege da exposição à variabilidade no valor justo de um ativo ou passivo registrado, ou de um compromisso firme, qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecido na demonstração de resultado. O valor contábil do item protegido também é reconhecido pelo valor justo em relação ao risco, com respectivos ganhos e perdas reconhecidas na demonstração de resultados.

c) Hedge de investimento líquido

O *hedge* de investimento líquido é utilizado com o objetivo de minimizar a exposição das diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido, ou parte dele, nas subsidiárias da Companhia localizadas no exterior, por cota de conversão de balanço.

Quando um passivo em moeda estrangeira não derivativo protege um investimento líquido em uma operação no exterior, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do passivo para a moeda funcional são reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes (reservas de conversão), enquanto a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado.

Quando um instrumento financeiro derivativo protege um investimento líquido em uma operação no exterior, a parcela do ganho ou a perda no instrumento de *hedge* que é determinada como efetiva é reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes (reservas de conversão), enquanto a parcela ineficaz é reportada no lucro ou perda.

29.6.5 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos financeiros derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado do exercício.

29.6.6 Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos financeiros

A Administração avalia ao final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são registradas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e pode ser estimado de maneira confiável.

29.6.7 Hierarquia do valor justo

O IFRS 13/CPC 46 - *Mensuração do Valor Justo* define valor justo como sendo o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A definição do valor justo de instrumentos financeiros se baseia principalmente em condições de mercado existentes na data de cada balanço. Ainda de acordo com o IFRS 13/CPC 46, os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo devem ser classificados entre as categorias abaixo:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em um mercado ativo, utilizando outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: se um ou mais dos dados significativos não forem baseados em dados de mercado observáveis, a Companhia utiliza técnicas que abrangem dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado, que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

31.3 Transações com partes relacionadas reconhecidas no resultado

	Controladora									
	2023					2022				
	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço/reembolso de despesa e outros a receber	Compra de produtos e outros	Prestação de serviço/reembolso de despesa e outros a pagar	Resultado financeiro	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço/reembolso de despesa e outros a receber	Compra de produtos e outros	Prestação de serviço/reembolso de despesa e outros a pagar	Resultado financeiro
Empresa										
AB InBev	—	97,2	—	(0,4)	(6,2)	—	5,2	—	—	8,3
Ambev Luxemburgo	—	—	—	—	(357,0)	—	—	—	—	(7,8)
Arosuco	194,3	282,3	(2.826,6)	—	6,7	211,1	217,7	(2.524,5)	—	8,4
Cerveceria Paraguaya	49,5	—	(31,2)	—	(1,8)	63,8	—	(65,0)	—	(3,6)
CMQ	1,3	—	(319,4)	—	(5,1)	31,7	—	(318,0)	—	(3,6)
CND	—	—	—	—	5,5	—	—	—	—	(6,2)
CRBS	8.372,2	200,9	(2,2)	—	5,0	9.045,5	153,9	(4,2)	—	5,9
Cympay	—	—	(330,0)	—	2,8	—	—	(441,5)	—	(7,3)
Labatt Brewing	—	—	—	—	(1.349,7)	—	—	—	—	(866,3)
Maltería Pampa	—	—	(925,3)	—	1,5	—	—	(1.016,4)	—	(2,1)
Maltería Uruguay	—	—	(25,0)	—	1,0	—	—	—	—	1,0
Outras	239,0	4,1	(179,3)	0,4	3,5	266,1	8,0	(196,1)	(1,5)	(2,1)
	8.856,3	584,5	(4.804,6)	—	(1.693,8)	9.618,2	384,8	(4.689,7)	(1,5)	(875,4)

	Consolidado									
	2023					2022				
	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço/reembolso de despesa e outros a receber	Compra de produtos e outros	Prestação de serviço/reembolso de despesa e outros a pagar	Resultado financeiro	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço/reembolso de despesa e outros a receber	Compra de produtos e outros	Prestação de serviço/reembolso de despesa e outros a pagar	Resultado financeiro
Empresa										
AB InBev	0,1	97,2	(143,3)	(0,5)	64,0	0,1	5,2	—	(117,3)	208,7
AB Package	—	—	(235,5)	—	—	—	—	—	—	—
AB Procurement	—	—	—	—	(0,5)	—	—	—	—	—
AB USA	35,3	—	(915,9)	(3,1)	(0,2)	25,5	—	(1.129,7)	(3,2)	—
Ambev Peru	—	—	—	—	—	0,6	—	—	—	—
Bavaria	72,3	—	(56,7)	—	—	32,0	—	(56,7)	—	—
Cerveceria Modelo	0,9	—	(1.234,9)	—	—	124,4	—	(1.323,6)	—	—
Cervecerías Peruanas	—	—	(7,8)	—	—	1,7	—	(49,6)	—	—
Inbev	—	—	(41,9)	—	—	—	—	(129,8)	—	—
ITW International	—	—	—	—	120,0	—	—	—	—	37,3
Outras	1,7	18,9	(32,6)	(3,4)	1,0	84,8	9,6	(87,2)	(7,1)	1,9
	110,3	116,1	(2.668,6)	(7,0)	184,3	269,1	14,8	(3.250,7)	(36,9)	247,9

31.4 Saldos em aberto com partes relacionadas

	Controladora									
	2023					2022				
	Circulante		Não Circulante		Resultado financeiro	Circulante		Não Circulante		Resultado financeiro
Empresa	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Empréstimos/ Mútuo a receber	Mútuo a Dividendos a receber	Contas a receber		Contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Empréstimos/ Mútuo a pagar	Contas a pagar	Empréstimos/ Mútuo a pagar	
AB USA	0,7	—	—	1,3	—	(8,7)	—	—	(7,6)	—
AB InBev	136,7	—	—	137,4	—	(2,6)	—	—	(8,5)	—
AB Services	10,7	—	—	13,9	—	(0,5)	—	—	—	—
Ambev Luxemburgo	0,1	—	—	0,1	—	(0,5)	(12,6)	(3.701,0)	(9,1)	(2.601,0)
Arosuco	74,7	—	—	165,1	—	(463,5)	—	(2.214,3)	(1.107,5)	(2.214,3)
Cervejaria ZX	31,9	5,4	—	7,7	2,0	(9,3)	—	—	(10,7)	—
CMQ	4,3	—	—	62,9	—	(6,4)	—	—	(58,4)	—
CRBS	665,7	—	—	258,9	—	(77,8)	—	—	(14,3)	—
Cympay	0,8	—	—	0,8	11,0	(43,9)	—	—	(42,8)	—
Incrível	—	—	—	—	—	(0,1)	—	—	(0,1)	—
Labatt Brewing	1,6	—	—	2,8	—	(0,5)	(238,8)	(15.524,7)	(180,9)	(16.376,2)
Maltería Pampa	3,0	—	—	3,2	—	—	—	—	(59,4)	—
Panamá Holding	—	6,0	—	—	—	0,6	—	—	(1,6)	—
Zé Soluções	7,0	—	—	4,4	2,9	(0,4)	—	—	—	—
Outras	87,6	—	—	92,0	—	(116,9)	(18,6)	(0,4)	(126,5)	(0,4)
	1.026,5	5,4	6,0	93,3	752,5	(730,9)	(270,0)	(21.440,4)	(1.437,4)	(209,1)
								(21.440,4)	(209,1)	(21.191,9)

⁽ⁱ⁾ O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

30. GARANTIAS, OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, ADIANTAMENTO DE CLIENTES E OUTROS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Cauções	535,0	708,2	581,0	764,5
Outros compromissos	—	—	1.146,8	1.368,1
	535,0	708,2	1.727,8	2.132,6
Compromissos contratuais com fornecedores - Imobilizado/Intangível	732,7	114,9	1.000,8	276,7
Compromissos contratuais com fornecedores - Estoques	31.339,4	38.589,2	38.391,0	50.088,6
	32.072,1	38.704,1	39.391,8	50.365,3

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía R\$535,0 na Controladora e R\$558,2 no Consolidado em garantias em espécie (R\$708,2 na Controladora e R\$744,0 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022). Os depósitos em dinheiro para garantia são apresentados como parte do saldo de outros ativos. Adicionalmente, para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantinha, em 31 de dezembro de 2023, um montante de R\$197,7 no Consolidado (R\$376,9 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022) em aplicações de liquidez imediata ou espécie, classificado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*).

A maior parte do saldo de compromissos contratuais refere-se a obrigações com fornecedores de embalagens. Esses compromissos têm como principal objetivo conferir segurança no fornecimento de longo prazo para a Companhia com relação a insumos estratégicos, além de prover maior segurança aos fornecedores para investimentos de longo prazo. Imobilizados dados em garantia não são relevantes.

O vencimento dos compromissos contratuais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Menos de 1 ano	6.785,3	8.517,0	9.619,2	12.491,0
Entre 1 e 2 anos	7.075,4	7.907,6	9.536,3	10.315,3
Mais de 2 anos	18.211,4	22.279,5	20.236,3	27.559,0
	32.072,1	38.704,1	39.391,8	50.365,3

31. PARTES RELACIONADAS

A Companhia adota práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação que lhe é aplicável. Nos termos do estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração a aprovação de quaisquer negócios ou contratos entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas (exceto aquelas integralmente controladas), administradores e/ou acionistas (incluindo os sócios, diretos ou indiretos, dos acionistas da Companhia). Ao Comitê de Governança da Companhia cabe assessorar o Conselho de Administração em assuntos relativos às transações com partes relacionadas, entre outros assuntos.

É vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante, ainda que em tese, com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria a sua não participação na deliberação.

31.1 Transações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração compreende a Diretoria Estatutária e o Conselho de Administração. Além dos benefícios de curto prazo, os administradores são elegíveis aos planos de remuneração baseada em ações, conforme mencionado na nota 28 - *Pagamento baseado em ações*.

O total das despesas com administradores da Companhia está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Benefícios de curto prazo ⁽ⁱ⁾	66,7	74,2
Pagamento baseado em ações ⁽ⁱⁱ⁾	80,7	66,0
Total da remuneração do pessoal-chave da Administração	147,4	140,2

⁽ⁱ⁾ Corresponde substancialmente a honorários de administradores e participação no resultado (incluindo bônus por desempenho).

⁽ⁱⁱ⁾ Corresponde a despesas com opções, ações diferidas, ações restritas e ações com desempenho concedidas aos administradores.

Nos valores totais acima não consta a remuneração do Conselho Fiscal e de Comitês.

Exceto pela remuneração descrita acima, a Companhia não possui nenhum tipo de transação com os administradores, tampouco saldos pendentes a receber ou a pagar em seu balanço patrimonial.

Adicionalmente, em 19 de outubro de 2023, a Companhia adotou uma política de *clawback*, que se aplica à remuneração variável concedida por desempenho a determinados executivos, restrita aos membros da diretoria executiva. De acordo com essa política, a remuneração variável concedida por desempenho é definida de forma ampla e inclui qualquer remuneração variável concedida, percebida ou adquirida que seja atrelada, de forma parcial ou total, a números ou índices relacionados às demonstrações contábeis (por exemplo, participação nos lucros, bônus e remuneração baseada em ações).

A política prevê que, no caso de a Companhia ser obrigada a preparar uma representação de suas demonstrações contábeis devido à não conformidade material em relação aos requisitos de apresentação das demonstrações contábeis, a Companhia recuperará dos diretores executivos qualquer remuneração variável concedida por desempenho (em valores anteriores à incidência tributária) que tenha sido concedida em ou após 2 de outubro de 2023 e dos três exercícios fiscais anteriores à data em que a reapresentação for requerida, que exceda o valor que seria devido caso a remuneração variável por desempenho tivesse sido determinada conforme os números reapresentados nas demonstrações contábeis, sujeita a exceções limitadas. A recuperação dessa remuneração pela Companhia é aplicável independentemente da ocorrência de qualquer má conduta individual por parte do executivo, ou de qualquer outro membro da diretoria

Ambev S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00 - NIRE 35.300.368.941

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2023 (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa	2023			Consolidado	
	Circulante			Circulante	
	Dividendos a receber			Dividendos a receber	
	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Outras contas a receber ⁽ⁱ⁾	a receber	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Outras contas a receber ⁽ⁱ⁾
AB Africa	3,7	–	–	1,6	–
AB InBev	139,2	–	–	142,7	–
AB Services	17,2	–	–	23,7	–
AB USA	27,1	–	–	71,1	–
Bavaria	10,4	–	–	13,9	–
Cerveceria Modelo	11,2	–	–	12,0	–
Cervecerias Peruanas	–	–	–	0,9	–
Inbev	1,4	19,0	–	1,0	23,9
Panamá Holding	4,0	–	1,0	3,9	–
Outras	22,5	–	–	19,9	0,9
	236,7	19,0	1,0	290,7	24,8

⁽ⁱ⁾ O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

Empresa	2023		Consolidado	
	Circulante		Circulante	
	Não Circulante		Não Circulante	
	Contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Contas a pagar	Contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Contas a pagar
AB InBev	(21,5)	–	(82,0)	–
AB Package	(110,2)	–	(79,3)	–
AB Services	(2,4)	–	(5,7)	–
AB USA	(209,6)	–	(237,7)	–
Bavaria	(30,2)	–	(6,9)	–
Cerveceria Modelo ⁽ⁱ⁾	(1.497,9)	–	(345,5)	–
Cervecerias Peruanas	(7,9)	–	(46,4)	–
Inbev	(8,7)	–	(12,2)	–
ITW International	–	(199,9)	–	(343,6)
Outras	(28,1)	–	(14,7)	–
	(1.916,5)	(199,9)	(830,4)	(343,6)

⁽ⁱ⁾ O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

⁽ⁱⁱ⁾ Os saldos em aberto com a Cerveceria Modelo são compostos primordialmente pelo contas a pagar descrito na nota explicativa 1.2.2, além de saldos de compras de produtos e outros.

Denominações utilizadas nos quadros acima:

AB InBev Procurement GmbH (“AB Procurement”)
Ambev Luxembourg S.A.R.L. (“Ambev Luxemburgo”)
Anheuser-Busch Inbev Africa (Pty) Ltd. (“AB Africa”)
Anheuser-Busch InBev N.V. (“AB InBev”)
Anheuser-Busch Inbev Services LLC (“AB Services”)
Anheuser-Busch Inbev USA LLC (“AB USA”)
Anheuser-Busch Packaging Group Inc. (“AB Package”)
Arosuco Aromas e Sucos Ltda. (“Arosuco”)
Bavaria S.A. (“Bavaria”)
Cerveceria Chile S.A. (“Cerveceria Chile”)
Cerveceria Modelo de Mexico S. de R.L. de C.V. (“Cerveceria Modelo”)
Cerveceria Nacional S de RL (“Panamá Holding”)
Cerveceria Nacional Dominicana, S.A. (“CND”)
Cerveceria Paraguaya S.A. (“Cerveceria Paraguaya”)
Cerveceria y Malteria Payssandú S.A. (“Cympay”)
Cerveceria y Malteria Quilmes S.A.I.C.A. y G. (“CMQ”)
Cervejaria ZX S.A. (“Cervejaria ZX”)
Compañia Cervecera Ambev Peru S.A.C. (“Ambev Peru”)
CRBS S.A. (“CRBS”)
Inbev Belgium N.V. (“Inbev”)

DIRETORIA

Jean Jereissati Neto - Diretor Presidente Executivo

Lucas Machado Lira - Diretor Vice-Presidente Financeiro, de Relações com Investidores e de Serviços Compartilhados

Eduardo Braga Cavalcanti de Lacerda - Diretor Vice-Presidente Comercial

Ricardo Morais Pereira de Melo - Diretor Vice-Presidente de Gente e Gestã

Valdecir Duarte - Diretor Vice-Presidente Industrial

Eduardo Eiji Horai - Diretor Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

Carla Smith de Vasconcellos Crippa Prado - Diretora Vice-Presidente de Relações Corporativas

Felipe Moreira Haddad Baruque - Diretor Vice-Presidente de Suprimentos

Paulo André Zagman - Diretor Vice-Presidente de Logística

João Coelho Rua Derbli de Carvalho - Diretor Vice-Presidente de Vendas

Daniel Wakswasser Cordeiro - Diretor Vice-Presidente de Marketing

Daniela Gavranic Cachich - Diretora Vice-Presidente de Bebidas Não Alcoólicas e de Future Beverages

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Michel Dimitrios Doukeris - Presidente

Victório Carlos De Marchi
Lia Machado de Matos
Fernando Mommsenohn Tennenbaum
Fabio Colletti Barbosa
Milton Seligman

Nelson José Jamel
Carlos Eduardo Klutzenschell Lisboa
Claudia Quintella Woods
Marcos de Barros Lisboa
Luciana Pires Dias

Victor Kauan Bento de Souza - 1SP272864/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Ambev S.A. em conformidade com as atribuições dispostas no Estatuto Social da Companhia, em seu Regimento Interno e nos incisos do art. 163 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, examinou: (i) o relatório do auditor emitido sem ressalvas pela PricewaterhouseCoopers; e (ii) o relato sobre o desempenho da Companhia realizado pelo Diretor Vice-Presidente Financeiro, de Relações com Investidores e de Serviços Compartilhados. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, os membros titulares do Conselho Fiscal, abaixo assinados, opinaram pela aprovação em Assembleia Geral do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e da destinação do lucro líquido do referido exercício e distribuição de juros sobre capital próprio na forma constante das Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024.

José Ronaldo Vilela Rezende

Eldie Palma Bifano

Fabio de Oliveira Moser

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Ambev S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Ambev S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Avaliação e divulgação de passivos contingentes tributários e tratamentos fiscais incertos (Nota 17.2)

A Companhia e suas controladas possuem assuntos relevantes de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais. A determinação do prognóstico de perda dos processos administrativos e judiciais, especialmente daqueles envolvendo passivos contingentes e posições fiscais incertas de tributos sobre o lucro divulgados em nota explicativa, bem como do prazo e do valor de liquidação, depende de julgamentos críticos da diretoria.

Para esses tratamentos fiscais incertos e para as contingências avaliadas com de perdas possíveis não há provisão constituída, em virtude da avaliação de prognóstico realizada pela diretoria da Companhia, e os valores em 31 de dezembro de 2023 totalizam R\$ 86.452.494 mil (controladora) e R\$ 93.878.240 mil (consolidado).

Mantivemos esse tema como foco de auditoria, dada a relevância dos valores envolvidos e a subjetividade no processo de classificação de riscos de perda. Quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas adotadas pela diretoria que influenciam a determinação do prognóstico de perda podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia e controladas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do processo e dos controles internos estabelecidos pela diretoria para identificação, mensuração, reconhecimento e divulgação dos processos tributários nas demonstrações contábeis.

Obtivemos confirmações dos assessores jurídicos externos contemplando os prognósticos de perda para os processos tributários, bem como a sua respectiva quantificação para cada perspectiva de risco de perda envolvida. Também efetuamos avaliação, com auxílio dos nossos especialistas em aspectos tributários, das estimativas e critérios utilizados pela diretoria para os principais processos tributários em andamento, com o objetivo de avaliar a razoabilidade de prognósticos determinados pelos assessores jurídicos da Companhia, bem como argumentos e jurisprudências por eles mencionados.

Para as posições tributárias relacionadas a tributos sobre o lucro - posições fiscais incertas, nos reunimos com a administração para discutir e avaliar as circunstâncias relevantes perante os requisitos da Interpretação ICPC 22/ IFRIC 23.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria para a determinação dos passivos contingentes tributários, bem como dos tratamentos fiscais incertos, e as consequentes divulgações em notas explicativas estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos da Companhia e controladas.

Incrível Comércio de Bebidas e Alimentos S.A. (“Incrível”)
Interbrew International B.V. (“ITW International”)
Labatt Brewing Company Limited (“Labatt Brewing”)
Malería Pampa S.A. (“Malería Pampa”)
Malería Uruguay S.A. (“Malería Uruguay”)
MenupontoCom Comércio Eletrônico e Representação S.A. (“MenupontoCom”)
Unión de Cervecerías Peruanas Backus Y Johnston S.A.A. (“Cervecerías Peruanas”)
Zé Soluções Tecnológicas de Comércio de Bebidas Ltda. (“Zé Soluções”)

Política contábil

As operações entre as controladas, incluindo saldos, ganhos e perdas não realizados nessas operações, são eliminadas.

As políticas contábeis das controladas são consistentes com as adotadas pela Controladora.

Royalties pagos são registrados como custo dos produtos vendidos.

É regra da Companhia que as transações com partes relacionadas sigam condições razoáveis e comutativas, em linha com as que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros, estejam claramente refletidas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e sejam formalizadas em contratos escritos.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

32.1 Exercício PUT CND

Conforme divulgado na nota explicativa 1 - *Informações Gerais*, em 31 de janeiro de 2024 a ELJ exerceu opção de venda à Companhia da participação de 12,11% de ações da Tenedora, correspondentes à Tranche A, em conformidade com o previsto no Acordo de Acionistas. A liquidação do instrumento se deu por meio de: (i) desembolso de caixa da Companhia de R\$1.704 milhões; e (ii) abatimento de dívida da ELJ detida pelo Grupo no valor de R\$335 milhões. Com a conclusão da transação, o Grupo passou a deter participação de 97,11% na Tenedora, sendo os 2,89% restantes detidos pela ELJ, correspondentes à Tranche B, conforme divulgado na nota 29 - *Instrumentos Financeiros e Riscos*.

32.2 IPI Suspensão

Conforme divulgado na nota explicativa 17 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia aguardava intimação do acórdão proferido pela Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), que deu parcial provimento ao Recurso Especial interposto pela Ambev na matéria de IPI suspensão. Em janeiro de 2024 a Companhia foi intimada da decisão, o que levou à redução de 98% do valor autuado, correspondente a aproximadamente R\$916 milhões. Em relação à parcela remanescente do débito, a Companhia ingressará com medida judicial buscando o seu integral cancelamento.

32.3 Lucro presumido – Arosuco

Em fevereiro de 2024, o CARF proferiu decisão favorável unânime no processo administrativo que discute a utilização pela Arosuco (subsidiária da Ambev) do método de lucro presumido para o cálculo do IRPJ e da CSLL em detrimento do lucro real. O valor classificado como contingência possível do processo julgado era de R\$633,4 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$581,5 milhões em 31 de dezembro de 2022). A Companhia aguarda a formalização e notificação do acórdão para, junto aos seus assessores externos, avaliar eventuais impactos na classificação de risco da contingência e demais providências necessárias.

32.4 Lucro da exploração

Em fevereiro de 2024, o CARF proferiu decisão parcialmente favorável, de forma unânime, no processo administrativo que discute a glosa do benefício de redução do Imposto de Renda, previsto na Medida Provisória nº 2199-14/2001, usufruído pela Arosuco, subsidiária da Companhia dedicada à produção de concentrados, localizada na Zona Franca de Manaus, durante os anos de 2015 a 2018. A decisão que deu parcial provimento ao recurso interposto pela Arosuco reconheceu o pleno gozo do incentivo fiscal, mantendo apenas parcela da autuação referente à diferença de metodologia de cálculo entre fisco e contribuinte. A parcela referente ao incentivo fiscal perfaz aproximadamente R\$2,6 bilhões e a parcela referente à diferença no cálculo perfaz aproximadamente R\$0,02 bilhão. A Companhia aguarda a formalização e notificação do acórdão para, junto aos seus assessores externos, avaliar eventuais impactos do julgamento na classificação de risco da contingência, bem como tomar demais providências necessárias.



Ambev S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00 - NIRE 35.300.368.941

★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira

compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024



pwc

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Alessandro Marchesino de Oliveira

Contador - CRC 1SP265450/O-8

www.ambev.com.br

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 29/02/2024
A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/29/AMBEV1574642429022024.pdf>

Hash: 17091620412d436d4d9c374965b46225c80ea6fb3a